

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#61



INSTITUTO
FILANTROPIA

EDUCAÇÃO DO FUTURO

QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DAQUI
PARA FRENTE NO BRASIL E NO MUNDO?

TECNOLOGIA

Como solicitar apoio ligado à tecnologia e saber utilizar a ferramenta para a gestão mais efetiva da organização

PONTO DE VISTA

Bob Carter, diretor da Association of Fundraising Professionals, fala sobre captação de recursos no Brasil e no mundo

ENTREVISTA • Luiza Brunet fala sobre seu envolvimento na defesa das causas voltadas à saúde e aos direitos da mulher

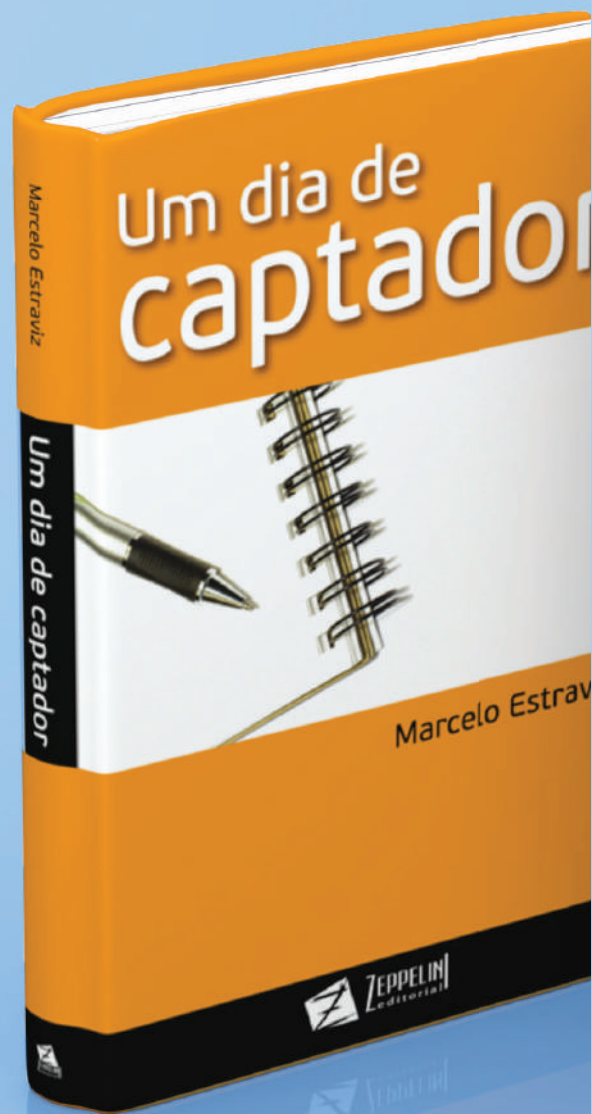


TRÊS

Melhor: as TRÊS

Os livros editados pela Zeppelini Editorial agora são também canais de comunicação do Instituto Filantropia. São três obras que têm como intuito colaborar com a profissionalização do Terceiro Setor. Os livros serão o início de uma série de publicações técnicas voltadas para a gestão de obras sociais, desde a sua concepção até o monitoramento de resultados. Legislação, contabilidade e a prática do voluntariado serão parte da coleção, que até o momento traz três temas importantes: captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais.

WWW.INSTITUTOFILANTROPIA.ORG.BR



UM DIA DE CAPTADOR

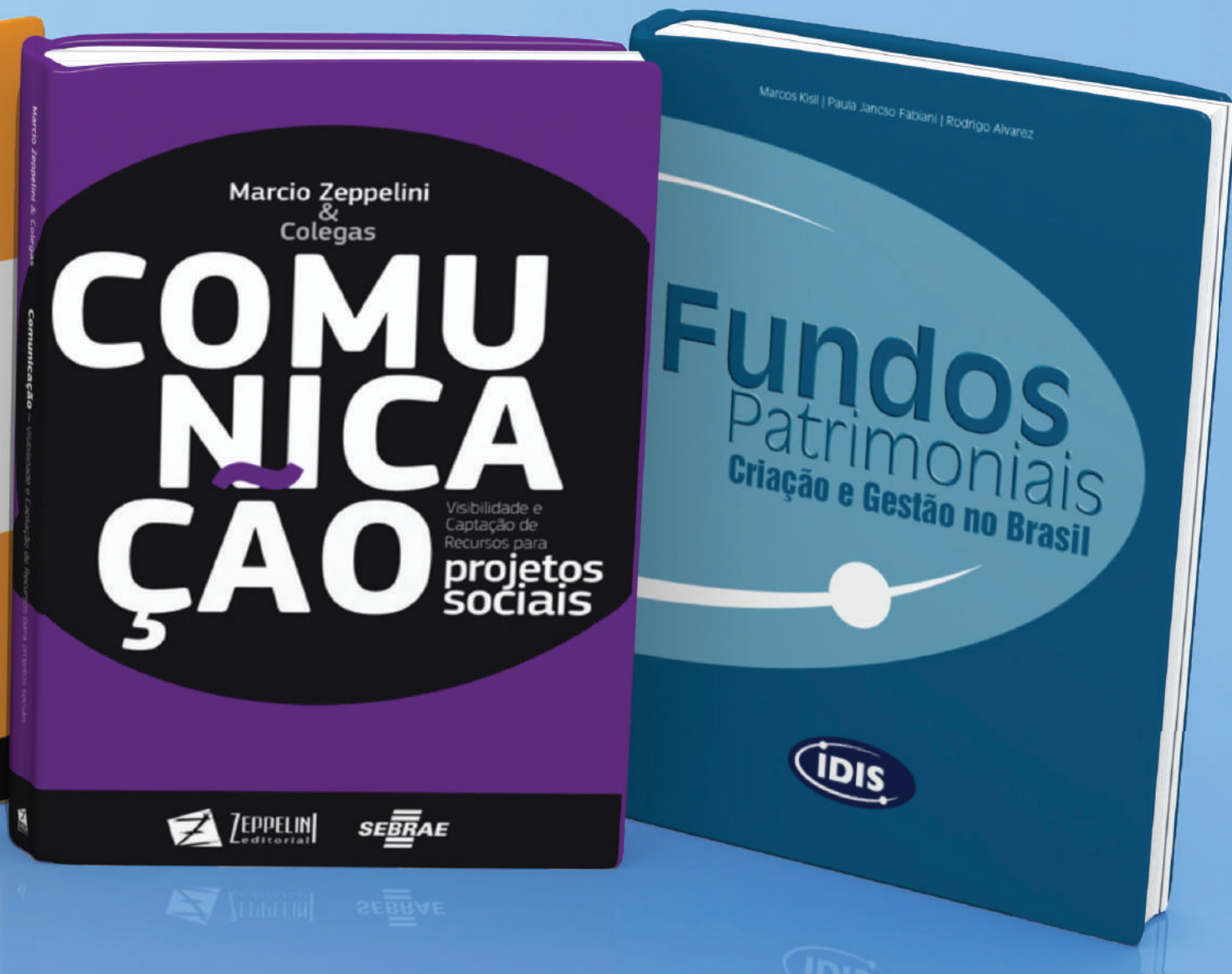
O livro Um dia de captador, de Marcelo Estraviz, baseia-se no relato do dia a dia de um captador de recursos que busca parcerias e financiadores em busca de sustentabilidade para sua instituição. Juntamente com o exemplo da rotina do profissional, o autor traz pilulas com informações técnicas, teóricas e dicas úteis para os captadores de recursos brasileiros.

Zeppelini Editorial | Autor: Marcelo Estraviz
Ano: 2011 - Edição: 1ª | Número de páginas: 192



OBRAS

PRIMEIRAS obras



COMUNICAÇÃO - VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O livro Comunicação – Visibilidade e Captação de Recursos para Projetos Sociais reúne matérias e artigos ligados à comunicação e ao marketing para a área social. O objetivo do livro é proporcionar aos leitores estratégias de gestão da comunicação que possam incrementar as ações das instituições sociais, levando-as à profissionalização, fator cada vez mais presente no Terceiro Setor.

Zeppelini Editorial & Sebrae | Autor: Marcio Zeppelini
Ano: 2011 - Edição: 1ª | Número de páginas: 208

FUNDOS PATRIMONIAIS - CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL

Embora existente desde o Império Romano, o *endowment*, ou fundo patrimonial, é ainda incipiente no Brasil. Enfrentamos uma enorme carência de informações sobre sua criação e gestão, e de estruturas que sirvam de exemplo a investidores sociais privados engajados no tema. Esta publicação é uma primeira tentativa de cobrir esta lacuna e apresenta informações para leitores em diversos níveis de compreensão do assunto.

Instituto Filantropia, Fundo Vale & IDIS | Autores: Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani e Rodrigo Alvarez
Ano: 2012 - Edição: 1ª | Número de páginas: 148



56

EDUCAÇÃO DO FUTURO

PERSPECTIVAS E REALIDADES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO PARA OS PRÓXIMOS ANOS



6

ENTREVISTA

Luiza Brunet



28

ESPECIAL

Festival ABCR: Reunião de ideias e pessoas



72 DATA FILANTROPIA
Medindo o progresso sustentável: os sete desafios



80 REFLEXÃO
Felipe Mello



10 RADAR SOCIAL
40 PAINEL DE CONTROLE
76 FIQUE LIGADO!
78 GERAÇÃO DE RENDA



GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

14 Perspectivas na área de captação de recursos

Captação de Recursos

17 Por que doamos?

20 No ar: doar

Voluntariado

22 O que é um centro de voluntariado?

24 A importância do voluntário no processo de inovação das empresas

Ativismo

26 A Ética do cuidar ou a arte de desatar...nós

Administração

32 EFD-Social redimensiona relação governo e empregadores

Tecnologia

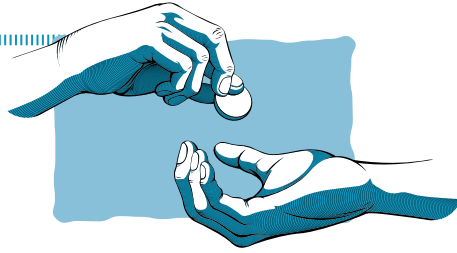
35 Planejamento para tecnologia

Legislação

38 Os aspectos jurídicos do financiamento

Contabilidade

45 Terceiro setor e responsabilidade social



MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

47 Ajuda-me a conviver

Conselhos e conselheiros

49 A acolhida no Sistema Único de Assistência Social e o Controle Social

Suas Brasil afora

53 Os frutos da comunicação para as organizações sociais

Ficção

55 Uma vida pela janela



SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social

63 Qual o retorno do investimento social?

Especial Sustentabilidade

68 Empreendedorismo no Brasil



FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

EDITOR GERAL Marcio Zeppelini (43.722/SP)

EDITORA-CHEFE Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO Paula Craveiro
Luciano Guimarães

EDIÇÃO Bruna Morais
Daniel Gallo
Felippe Lopes
Karina Watanabe
Luciana Silva Rodrigues
Rodolfo Daufembach Lucas

CONSELHO EDITORIAL Marcelo Monello

DELIBERATIVO Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello



IDEALIZADORES
Impressão: PAULUS

Imagens ilustrativas: shutterstock.com



PRESIDENTE Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA Thaís Iannarelli

AFILIAÇÕES Leila Souza

Danilo Tiisel

Felipe Mello

CONSELHO DIRETOR Marcelo Estraviz

Ricardo Marcelo de Oliveira

Rogério Paganatto

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky Marcus Nakagawa
Dal Marcondes Marianne Pinotti
Fagna Freitas Michel Freller
Joris Van Wijk René Steuer
José Chapina Rilder Campos
Lívio Giosa Tomaz de Aquino
Mara Gabrielli

www.institutofilantropia.org.br

www.facebook.com/InstitutoFilantropia

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo

(11) 2978-6686

Aliados estratégicos



Parceiros Institucionais



QUANTO TEMPO TEM O TEMPO?



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Já estamos no final do primeiro semestre de 2013! Sim, não é o de 2012. É deste ano, e, a cada dia, parece que o relógio está mais rápido.

Se lembrarmos nossa infância, lá quando tínhamos 10 ou 12 anos, de um Natal a outro demorava uma eternidade. Parecia que não chegava nunca o nosso aniversário ou o Dia das Crianças. Nos dias atuais, de um Natal a outro tem pouco mais de 30 dias, ou, pelo menos, parece!

Parafraseando nosso colunista Felipe Mello, a vida é uma verdadeira montanha-russa. Até nossos 18 anos, é aquela interminável subida, que nos dá frio na barriga e não sabemos ao certo o que nos espera depois de chegar ao topo. Quando atingimos a “maioridade”, a vida nos encarrega de descer ladeira abaixo numa velocidade alucinante e frenética.

Mas a velocidade é benéfica? Sim, se estivermos no caminho certo. Pois se estivermos trilhando o Norte errado, com velocidade, será bem mais difícil voltar para recomeçar.

No entanto, como saber se estamos no rumo certo?

Em minhas aulas, digo sempre que o objetivo máximo de uma organização do Terceiro Setor deveria ser ‘encerrar as atividades em X anos’. Se minha missão é ‘erradicar o analfabetismo’, por exemplo, o dia que tivermos toda a sociedade alfabetizada, eu posso encerrar as atividades dessa organização não governamental (ONG) e focar minha energia em outra causa.

Portanto, é necessário fazer uma análise sincera de todas as atividades que seu projeto social desenvolve, desde ações com os beneficiários diretos e indiretos, promoções, eventos e toda atividade que a ONG gaste recursos (financeiros, materiais e humanos).

Questione cada uma dessas atividades: isso vai contribuir com o ‘encerramento das atividades’ da ONG? Se sim, ou seja, se essa atividade afeta direta ou indiretamente a resolução da causa com que lidamos, é sinal que o barco está navegando para o porto certo. Se não contribui em nada para isso, não pense duas vezes: exclua-a do planejamento e simplesmente não a realize mais.

Lembre-se, o tempo é o único recurso que não é renovável. Jamais o desperdice!



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

Boa leitura!

Cursos on-line e ao vivo

Alguns de nossos temas:

- 10 dicas para aparecer no Google.
- 10 formas de melhorar a comunicação de sua ONG.
- 10 temas indispensáveis para a contratação de funcionários e voluntários.
- 30 fontes internacionais de financiamento de projetos.
- 5 Incentivos Fiscais para sua organização captar recursos.
- 7 dicas para implementar o Marketing Relacionado à Causa (MRC) na sua organização.
- 7 razões para usar o Crowdfunding - Financiamento Coletivo de Projetos pela Internet.
- Captação de Recursos com empresas - Dicas e Truques.
- Criação de índice de desenvolvimento da causa e avaliação de impacto em projetos sociais.
- Leis e impostos que você deve conhecer antes de captar recursos.
- O que é preciso saber para captar com Incentivos Fiscais Federais.
- Recursos governamentais para a área de Cultura.
- Verificação e avaliação de resultados sociais: quantitativos e qualitativos.

Verifique nossa agenda:



diálogo
digital

A **Diálogo Digital**, parceira da **Revista Filantropia**,
é a versão on-line da **Diálogo Eventos**,
que leva via internet e ao vivo
treinamentos para gestores de projetos sociais.

www.dialogodigital.com.br



Pela Saúde da Mulher

LUIZA BRUNET É EMBAIXADORA DO INSTITUTO AVON E ATUA
EM PROL DA SAÚDE E DOS CUIDADOS DA MULHER

Por Thaís Iannarelli

Beleza e saúde caminham juntas para **Luiza Brunet**, atriz, modelo e empresária nascida em Itaporã, no Mato Grosso do Sul. Sua família era simples e, quando ela tinha 12 anos, foram ao Rio de Janeiro. Logo começou a trabalhar como babá, e depois como empacotadora em uma fábrica. Aos 16 anos, começou sua carreira de modelo, que decolou e a levou à fama. Na década de 1980, Luiza tornou-se um dos grandes ícones da beleza brasileira. Atuou ainda na Europa e realizou alguns papéis na televisão. Depois, investiu na carreira de empresária e lançou uma marca. Na área da saúde, levando a saúde e a beleza a sério, Luiza tornou-se embaixadora do Instituto Avon, que trabalha principalmente em duas frentes: prevenção do câncer de mama e contra a violência doméstica. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Luiza fala sobre sua atuação na área social e sobre a luta pelos direitos das mulheres.



Luiza fala durante evento do Instituto Avon

Revista Filantropia: Como embaixadora do Instituto Avon na causa do câncer de mama, como você descreveria a importância deste tema para as mulheres brasileiras?

Luiza Brunet: Sou Embaixadora do Instituto Avon para todas as causas com as quais ele trabalha, e o combate ao câncer de mama é a ação mais conhecida porque nasceu com o Instituto Avon há dez anos. Mas o trabalho do instituto vai além e inclui, por exemplo, a campanha contra a violência doméstica. Sobre o tema do câncer de mama, posso falar como mulher, filha e mãe: é um assunto de enorme importância! Precisamos tratar disso com uma seriedade enorme porque todos os anos mais de 12 mil mulheres morrem por causa dessa doença no Brasil. Não dá para evitar o câncer, mas podemos, sim, dar mais acesso aos exames de detecção, principalmente à mamografia, e criar condições para a mulher ter o diagnóstico rapidamente e começar a ser tratada de imediato, se for o caso.

RF: Na sua opinião, qual é a importância do trabalho do Instituto Avon e das causas que ele defende?

LB: Considero o trabalho do Instituto Avon uma inspiração. Ele se baseia no fato de que a mulher merece ser bonita não

Sobre o tema do câncer de mama, posso falar como mulher, filha e mãe: é um assunto de enorme importância! Precisamos tratar disso com uma seriedade enorme porque todos os anos mais de 12 mil mulheres morrem por causa dessa doença no Brasil”

só por fora, mas também por dentro. A Avon é uma empresa que realmente acredita que toda mulher merece ser linda, ter dignidade, viver em um ambiente de paz, se desenvolver e promover o desenvolvimento de sua família. Eu tenho enorme orgulho de fazer parte disso.

RF: Como você se envolveu com este trabalho?

LB: Minha relação com a Avon vem de longa data. Desenvolvi várias parcerias com a empresa, inclusive uma das fragrâncias mais famosas da Avon leva o meu nome! Em meio a essas parcerias, surgiram oportunidades de conhecer



Acho que todas as pessoas que são formadoras de opinião devem ter essa consciência, e abraçar as causas nas quais realmente acreditam, porque as pessoas só se deixam inspirar quando percebem que é de verdade”

melhor o trabalho do Instituto e fui realmente me apaixonando. Isso ficou tão notório que um dia decidiram me convidar para ocupar este posto, o de embaixadora do Instituto Avon. Não pensei duas vezes, respondi sim na hora! Estou me esforçando para, juntamente com o Instituto Avon, levar à sociedade uma maior consciência de que é possível ter uma mulher mais bonita por dentro e por fora, respeitada e admirada.

RF: Em relação à violência doméstica, outro braço de atuação do Instituto, como você analisaria a situação da mulher brasileira neste cenário?

LB: Basta olhar algumas manchetes de jornais para ver quantas mulheres são agredidas em todo o país por seus companheiros, os homens que um dia elas amaram ou ainda amam. Isso, por incrível que pareça, ainda acontece. Gosto demais dessa campanha do Instituto Avon porque ela convida a sociedade a refletir, pede para todos se envolverem para que se quebre a barreira do silêncio que faz todos se calarem diante de um caso de violência doméstica, por acharem que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. A ideia é que as pessoas se envolvam sim, mas sabendo que se trata de um problema muito complexo, que envolve sentimentos, relacionamentos, filhos e tantos outros detalhes.

RF: Alguns anos atrás, o acesso à informação por algumas camadas da população era muito restrito, e hoje, com a amplitude de meios de comunicação e o alcance da internet, por exemplo, o acesso à informação é mais difundido. Você acha que com isso as mulheres estão mais conscientes em relação a temas como câncer de mama e violência doméstica, entre outros?

LB: Com certeza! Hoje as informações chegam de forma mais rápida a praticamente todos os lugares. Vemos uma maior conscientização sobre os direitos das mulheres de



Luiza Brunet e Lirio Cipriani, presidente do Instituto Avon

forma geral. Mas não podemos esperar as mudanças acontecerem no ritmo lento. Temos a missão de acelerar esse processo não só para a mulher mudar, mas para toda a sociedade mudar.

RF: Na sua opinião, qual é a importância de pessoas do meio artístico e de grande visibilidade na mídia se envolverem em causas sociais importantes?

LB: Ser conhecido é muito bom, a gente recebe carinho o tempo todo, fala com gente o tempo todo, e precisa ter consciência de que somos formadores de opinião. Se as pessoas me admiram, quero que saibam que eu não sou apenas a modelo conhecida ou a empresária. Sou uma mulher como todas as outras, mãe, filha, quero ter um companheiro bacana do meu lado, quero ser feliz e, principalmente, respeitada. Acho que todas as pessoas que são formadoras de opinião devem ter essa consciência, e abraçar as causas nas quais realmente acreditam, porque as pessoas só se deixam inspirar quando percebem que é de verdade. Por isso abracei as causas que têm tudo a ver comigo. E amo trabalhar por elas. 📸



DOCUMENTÁRIO LONGA-METRAGEM “RAÇA” PROMOVE EQUIDADE RACIAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

O documentário longa-metragem “Raça”, do cineasta brasileiro Joel Zito Araújo e da documentarista norte-americana Megan Mylan, ganhadora do Oscar, chega às telas brasileiras no dia 17 de maio em circuito nacional. Numa parceria inédita, os diretores doarão a renda obtida pela bilheteria do filme ao Fundo Baobá, entidade voltada à promoção da equidade racial da população negra brasileira e ao apoio de projetos nesta área. A obra capta o debate sobre a busca da superação da desigualdade racial no Brasil com cenas inéditas dos bastidores



do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal no início deste século. O documentário também apresenta a luta de Míuda dos Santos — neta de africanos escravizados e ativista quilombola — pela posse das terras e pelo respeito às suas tradições ancestrais da Comunidade Quilombola de Linharinho, no Espírito Santo. “Raça” mostra ainda os bastidores da trajetória do cantor, apresentador e empresário Netinho de Paula durante todo o processo de criação e tentativa de consolidar seu canal TV da Gente.

www.baoba.org.br

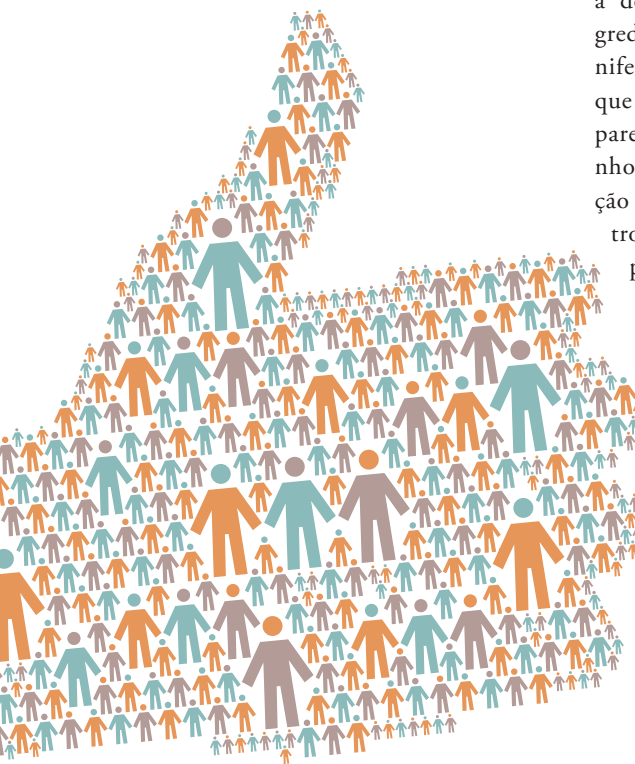
DEMOCRACIA NO MUNDO EM COMPASSO DE ESPERA

A revista inglesa The Economist, por meio do seu braço de pesquisa, a Economist Intelligence Unit, realizou um levantamento sobre o estado da democracia

no mundo. Esse estudo vem sendo realizado desde 2007 e aponta o avanço das liberdades civis e das eleições livres, entre outros critérios, em mais de 100 países de todos os continentes. A conclusão geral foi que, em 2012, a democracia não avançou nem regrediu. De um lado, as enormes manifestações sociais nos países árabes, que trouxeram esperança de avanço, parecem paradas no meio do caminho, tornando incerta a democratização naquela região do planeta. De outro lado, a Europa, cortada por uma profunda crise financeira, tem a credibilidade de suas instituições posta em dúvida pelos cidadãos dos diversos países afetados, cada um à sua maneira, pelos ajustes impostos pelos governos. A revista destaca, no entanto, que tem havido avanços desde que o estudo começou a ser feito. Hoje, metade da população mundial vive em países que adotam regimes democráticos em alguma medida. As cinco

nações com as médias mais altas — e, portanto, avaliadas como “democracia plena” — foram, pela ordem: Noruega (9,93), Suécia (9,73), Islândia (9,65), Dinamarca (9,52) e Nova Zelândia (9,26). Com exceção do Uruguai, com média 8,17, e da Costa Rica (8,10), os países da América Latina classificaram-se entre as “democracias incompletas”. O Brasil teve média 7,12 e ficou no 44º lugar, empatado com a Polônia. O país foi muito bem nos critérios “processo eleitoral”, com nota 9,58, e em “liberdades civis”, com 9,12. São notas que o colocam no mesmo patamar dos países considerados “democracias completas”. Porém, não foi tão bem no critério “funcionamento de governo”, obtendo 7,5, por conta da pouca transparência nas contas e orçamentos públicos. O Brasil obteve notas consideradas muito baixas em dois critérios, que dizem respeito à mobilização da sociedade civil: “participação política” (nota 5) e “cultura política” (4,38).

www.economist.com



CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DO SENADO TOMA POSSE

Em 16 de abril, o presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou o Conselho de Transparência e Controle Social e deu posse aos conselheiros, vindos de organismos da sociedade civil e do próprio Senado. São eles: Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Claudio Abramo, diretor da Transparência Brasil; Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos; ministro Carlos Mathias, diretor da Secretaria da Transparência do Senado; Edilenice Passos, diretora da Secretaria de Informação e Documentação; David Emerich, diretor da Secretaria de Comunicação; e Gilvan Andrade, diretor da Subsecretaria de Pesquisa e Opinião. O Conselho será órgão consultivo da Presidência do Senado, com as funções de debater e propor ações que disseminem o acesso à informação pública, estimulando a cultura de transparência e controle social no Brasil. Deverá também nortear a formulação da Política de Transparência e Controle Social sobre os atos do Senado Federal, sugerir projetos e ações prioritárias sobre estes temas e propor parâmetros de transparência em prestação de contas à sociedade.

www.senado.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO INSTITUI “COMPRAS VERDES”

A Câmara Municipal de São Paulo está adquirindo, desde abril, somente produtos com certificação ambiental. A decisão da Mesa Diretora da Casa estabeleceu um grupo de trabalho, que ficará responsável por avaliar e cuidar das “compras verdes”. “A Câmara Municipal sempre faz aquisições de grande volume, dada a quantidade de funcionários e pessoas que circulam em suas dependências. Tendo em vista o fato de que a instituição se preocupa com a sustentabilidade, consideramos justo que todas as compras sejam feitas junto a fornecedores que possuam certificado de compromisso com o meio ambiente”, explica o secretário geral administrativo, Rodrigo Ravena. A medida vale para todo tipo de material: copos plásticos, papel e até mesmo mobiliário. Com isso, os fornecedores que forem participar dos editais abertos pela instituição precisarão comprovar preocupação com a reciclagem ou apresentar documentação que mostre concordância com os princípios de sustentabilidade.

www.camara.sp.gov.br

IBGE LANÇA MAPA COM DADOS SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA

Em celebração ao Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou a publicação “O Brasil Indígena”, que traz a síntese dos dados demográficos desta população, sistematizados pelo Censo do IBGE/2010. O documento foi produzido em parceria com a Funai e lançado no Memorial dos Povos Indígenas. A publicação será distribuída em escolas, instituições públicas e organizações que trabalham com índios. O estudo revela um crescimento da população indígena em relação ao Censo 2000, quando 294 mil pessoas se declararam parte dela.

www.agenciabrasil.gov.br



O PRIMEIRO E ÚNICO APARELHO AUDITIVO DE USO PROLONGADO

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência auditiva, a Phonak desenvolve soluções de ponta para os problemas auditivos e apresentou, na Reatech 2013, seu novo produto. O Lyric é o primeiro e único aparelho auditivo de uso prolongado, ou seja, não é preciso retirá-lo para tomar banho, nadar, exercitar-se ou dormir. Ele é adaptado dentro do canal auditivo e seu posicionamento, a 4 mm do tímpano, torna-o invisível, além de proporcionar um som natural durante todo o dia. O usuário esquece que está com o aparelho auditivo, podendo ficar meses com ele, sem necessidade de trocar a pilha ou limpar.

www.reatech.tmp.br



CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE REALIZA ESTUDO PROJETO CENSO – QUANTO O BRASIL MUDOU NOS ÚLTIMOS 50 ANOS?

Já está disponível na área de Base de Dados do site do CEM – Centro de Estudos da Metrópole, um vasto conjunto de bancos de dados referentes a Censos Demográficos realizados pelo IBGE ao longo de meio século e Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNADs) coletadas ao longo de 35 anos. Esse material, que passa a integrar a já volumosa Base de Dados do site do CEM, serve como fonte básica para os trabalhos de investigação de um dos novos projetos do CEM/CEPID: Projeto Censo - Quanto o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos? O visitante do site do CEM consegue ter acesso a uma enorme variedade de informações originais de pesquisas do IBGE, com a documentação completa. São microdados das amostras de seis Censos (1960–2010) e de 31 PNADs (1976–2011), que não são encontrados conjuntamente para download em nenhum outro lugar. Além da abrangência na disponibilização das informações, os dados já estão prontos para serem trabalhados (abertos em formato SAV – para o Software SPSS).

<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/>

DEPUTADOS QUEREM LEGISLAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA APROVADA ATÉ O FIM DE 2013

Com a intenção de colaborar com a criação de uma legislação específica para a Primeira Infância, a Frente Parlamentar dedicada ao tema realizou, em Brasília, entre os dias 16 e 18 de abril, o Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, reunindo especialistas e parlamentares de 11 países para debater as políticas públicas destinadas às crianças de até seis anos de idade. As propostas servirão de base para a comissão especial, definida no próprio evento, elaborar uma legislação específica. A Frente Parlamentar espera ter um esboço do projeto de lei até maio e o marco legal aprovado ainda em 2013. A meta é universalizar as políticas públicas para a primeira infância, além de reforçar a importância de se investir nesta faixa etária. A comissão trabalhará durante seis meses e fará audiências públicas por todo o país.

www.camara.gov.br

LEI GARANTE OBRIGATORIAMENTE CIRURGIA REPARADORA DE MAMA PELO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) passará a realizar cirurgia plástica reparadora da mama após a retirada em decorrência de câncer – preferencialmente no mesmo procedimento cirúrgico. A determinação foi publicada no Diário Oficial da União. Segundo a lei nº 12.802/2013, quando existirem condições técnicas, a reconstrução deverá ser feita juntamente à retirada da mama e, no caso de impossibilidade de reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento e terá garantida a realização da cirurgia logo após alcançar as condições clínicas requeridas.

www.agenciabrasil.gov.br

ESPM INAUGURA CENTRO ACADÊMICO DE NEGÓCIOS SOCIAIS EM PARCERIA COM A YUNUS SOCIAL BUSINESS

A Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), juntamente com a Yunus Social Business, vão lançar, no dia 27 de maio, o primeiro Centro Acadêmico de Negócios Sociais da América Latina. O Yunus Social Business é uma organização liderada por Muhammad Yunus, ganhador do Nobel da Paz considerado o pai do banco do microcrédito e do negócio social. Ele fundou o Grammen Bank e mais 50 companhias em Bangladesh, sendo a maioria delas negócios sociais. Os centros acadêmicos Yunus já estão espalhados por diversos países, como Alemanha, Coreia, EUA, França, Japão, Itália e Turquia. Agora, em parceria com a ESPM Social Business, o Yunus ESPM Social Business Centre estará estruturado em três pilares: ensino (cursos de extensão), fomento a pesquisas e apoio ao desenvolvimento de novos projetos sociais apresentados pelos alunos por meio da incubadora.

<http://www2.espm.br>

ESCOLAS PÚBLICAS COM COMPUTADOR PORTÁTIL ALCANÇAM 74%

A presença de computadores portáteis em escolas públicas urbanas do país cresceu 7 pontos percentuais em um ano. O proporção passou de 67% para 74% entre 2011 e 2012, segundo a pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Educação 2012, divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A pesquisa informa também que a média por escola é 21 computadores – incluindo os de mesa, portáteis e tablets. Para cerca de 80% dos professores, o baixo número de computadores disponíveis dificulta o uso dessa tecnologia para fins pedagógicos. O trabalho reuniu informações de 856 escolas públicas e privadas, selecionadas a partir do Censo Escolar de 2011. Foram entrevistados 1.592 professores de português e matemática, 8.332 alunos dos ensinos fundamental e médio, além de 1.604



coordenadores pedagógicos e diretores. A pesquisa aponta que menos da metade dos professores de escolas públicas (44%) tiveram disciplinas na faculdade que estivessem voltadas ao uso do computador como ferramenta pedagógica. “Nós ainda

temos cursos de pedagogia que sequer mencionam tecnologia. A infraestrutura é importante, mas precisamos avançar na capacitação pedagógica para uso dessas tecnologias”, ponderou.

www.agenciabrasil.gov.br

MDS TRANSFERE EM ABRIL R\$ 2 BI PARA BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

Um montante de R\$ 2 bilhões foi transferido em abril pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aos beneficiários do Programa Bolsa Família e do Plano Brasil Sem Miséria. O pagamento incluiu a complementação de renda para que todas as famílias atendidas pelo programa superem o limite de R\$ 70 por pessoa. A finalidade do Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) é acabar com a miséria no país. O público total atendido pelo Bolsa Família soma 13,6 milhões de famílias. O pagamento foi feito de modo escalonado entre os dias 17 e 30 de abril. Os recursos ficam disponíveis para saque por 90 dias. Depois desse período, os valores não sacados



retornam para o orçamento do MDS. O valor médio do benefício é de R\$ 150. Os beneficiários residentes na Região Nordeste recebem R\$ 1 bilhão. São 6,8 milhões de famílias atendidas.

A Bahia é o estado que tem o maior número de beneficiários e o maior volume de recursos, seguido por São Paulo, Pernambuco e Ceará.

http://www.mds.gov.br



PERSPECTIVAS NA ÁREA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Bob Carter, diretor da *Association of Fundraising Professionals*, fala sobre este cenário no mundo e as tendências para o futuro

Por **Thaís Iannarelli**

Quando o assunto é captação de recursos, muitos concordam que, em termos de profissionalização, países da Europa e os Estados Unidos estão à frente e têm muitos anos de experiência no setor. Por estes e outros motivos, Bob Carter, diretor da *Association of Fundraising Professionals* (AFP), foi convidado para palestrar no FLAC 2013 – Festival ABCR, que aconteceu entre os dias 23 e 25 de abril de 2013.

Carter tem décadas de experiência em captação de recursos, incluindo uma carreira de 26 anos na Ketchum, uma das maiores empresas da área, sendo 15 deste total como presidente. Antes de começar na Ketchum, em 1981, atuou em muitas posições de liderança e captação de recursos para a *Catholic University of America*, *The Johns Hopkins University* e *Gilman School*. Até o final de 2014 à frente da AFP, seu papel é levar temas da área social para o governo e também focar na

internacionalização da profissão do captador. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Bob fala sobre o cenário do *fundraising* e as expectativas para o futuro.

Revista Filantropia: Como você analisa o cenário da captação de recursos nos Estados Unidos e no Brasil?

Bob Carter: Temos um ponto muito importante em comum, que é o bom coração das pessoas. Vemos muitas coisas boas acontecerem, ajudamos nossos vizinhos quando há necessidade, estendemos a mão ao próximo. Algumas das diferenças são políticas, já que os Estados Unidos foram fundados com base no princípio das liberdades individuais e em alguns outros governos, como ouvi algumas pessoas dizerem aqui hoje (durante o FLAC), não é tão fácil escolher. Você precisa de uma permissão para qualificar uma organização, por exemplo. Esta é a principal diferença que vejo.



O principal impacto é que as pessoas com riqueza significativa no Brasil estão começando a doar mais, e o crescimento da classe média possibilita que ela tenha mais renda disponível. Ou seja, o foco do trabalho deve ser no indivíduo”

BOB CARTER

Diretor da Association of Fundraising Professionals

RF: Então nos EUA o governo oferece mais subsídios para a criação e manutenção das organizações?

BC: Atualmente, o clima político nos Estados Unidos está mais opositor do que nunca em relação ao setor sem fins lucrativos, como chamamos aqui. Isso porque as excelentes melhorias que tivemos em termos de doações, incluindo deduções de impostos, estão sendo atacadas para que o governo possa ter mais receita para balancear seus orçamentos. Em alguns casos, os políticos não entendem as consequências disso, que poderão ser as pessoas sem acesso aos serviços disponibilizados pelas organizações exigindo isso do governo, que tende a crescer mais e mais, diminuindo as liberdades individuais.

RF: Qual é o impacto do aumento da renda do brasileiro no trabalho do captador de recursos?

BC: O principal impacto é que as pessoas com riqueza significativa no Brasil estão começando a doar mais, e o crescimento da classe média possibilita que ela tenha mais renda disponível. Ou seja, o foco do trabalho deve ser no indivíduo.

RF: Qual é o futuro da área social, sob seu ponto de vista?

BC: Pensando globalmente, o futuro da filantropia pode ir por dois caminhos. Um deles é a doação individual, porque são as pessoas que controlam os sistemas monetários no mundo todo, ou seja, são elas que controlam a riqueza. O outro caminho é que empresas com cunho de responsabilidade social passem a fazer parcerias com instituições que já existem, e a apoiá-las, ao invés de criar seus próprios projetos e organizações. E se puder citar ainda um terceiro caminho, que também envolve indivíduos, é importante melhorar as oportunidades que as famílias têm de deixar seus legados para as instituições de sua escolha. Isso é comum nos Estados Unidos, mas nem tanto em outras partes do mundo, onde os cidadãos preferem passar os legados e heranças para a próxima geração. Se houvesse incentivo para isso, provavelmente haveria mais geração de recurso dessa forma.

RF: Em sua opinião, como analisa a situação do Brasil em termos de profissionalização do Terceiro Setor?

BC: O Brasil está adiantado em relação a outras partes da América do Sul. Talvez o México esteja à frente, e isso se deve em parte à sua

conexão geográfica com os EUA, ou seja, o país é muito influenciado pelas práticas de negócios e filantrópicas norte-americanas. Também existem dois pontos: um deles é o aumento no número de pessoas do segundo setor migrando para o mundo social, e trazendo consigo sua experiência e, com ela, práticas de marketing e planejamento de negócios. O outro item é que justamente quando essas empresas passam a ser parceiras das ONGs também passam a levar experiências empresariais, já que emprestam suas marcas ao nome da instituição. Então a empresa não doa só dinheiro, mas ajuda na profissionalização e na eficiência da gestão.

RF: Qual você considera que seja o papel de um evento como este, o FLAC?

BC: Tem um papel importante, porque às vezes você se sente sozinho em sua instituição, mas aqui percebe que muitas pessoas têm o mesmo problema, e algumas o administram de maneiras que você não havia pensado antes, e isso é um benefício real. Além disso, eventos assim mostram às pessoas que este é um setor em crescimento. Veja só, temos aqui 500 pessoas reunidas para falar de captação de recursos. Acho que o Brasil também está chegando ao ponto de premiar e reconhecer modelos de ação na área social, e isso é muito positivo.

RF: Quais são suas expectativas em relação ao novo cargo na AFP?

BC: Bem, no momento estou envolvido com as políticas públicas, ou seja, a política do governo norte-americano. Estivemos em diversas reuniões na Casa Branca, com a equipe da presidência, e também com os membros do Comitê de Finanças, e trabalhamos para manter as deduções de impostos para as instituições e para ter uma conversa mais ampla com o governo para que este possa também apoiar o setor sem fins lucrativos, doando recursos. Nossa intenção é informá-los também, porque, sinceramente, não creio que o governo tenha plena consciência do que é este setor. Outra questão é a internacionalização da profissão do captador de recursos. Eu já trabalhei na Europa, no México, nos Estados Unidos e no Canadá, e precisamos ter uma compreensão global da riqueza, da filantropia e das necessidades de forma geral. 📌

Treinamentos em Gestão Social



São Paulo-SP
25 de junho

Sustentabilidade Humana e Empreendedorismo Social

Edson Marques

São Paulo-SP
27 de junho

Legislação e tributação dos recursos captados

Danilo Tiisel

São Paulo-SP
28 de junho

Storytelling: comunicação e captação de recursos

Fabiana Dias

São Paulo-SP
01 a 05 de julho

Oficina Intensiva em Siconv

Fernanda Lyra

Atibaia-SP
15 a 19 de julho

Imersão em Captação de Recursos

Marcelo Estraviz, Marcio Zeppelini e Danilo Tiisel

Cabreúva-SP
22 a 26 de julho

PMD: Certificação Internacional em Gestão de Projetos Sociais

Liziane Dranka e Bárbara Basso

São Paulo-SP
25 de julho

Comunicação e Redação sobre Sustentabilidade

Dal Marcondes e Reinaldo Canto

São Paulo-SP
01 de agosto

Mottainai: Sustentabilidade gerencial

Tiemi Yamashita

São Paulo-SP
02 de agosto

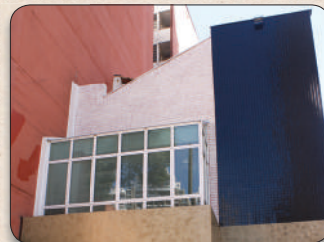
Produção de eventos sustentáveis conforme ISO 20121

Val Sátiro

São Paulo-SP
08 de agosto

GRI - Relatório Global de Sustentabilidade

Luis Pero



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo seu smartphone

GESTÃO SOCIAL



CAPTAÇÃO DE RECURSOS

POR QUE DOAMOS?

Algumas reflexões para os captadores de recursos

Por que pessoas doam e, de forma mais geral, desenvolvem comportamentos altruístas? Essas foram algumas das principais questões debatidas em uma conferência na universidade New School, em Nova Iorque, em dezembro de 2012. Com o nome *Giving: Caring for the Need of Strangers* (Doar: Importar-se com as necessidades de desconhecidos, em tradução livre), o encontro reuniu pesquisadores e especialistas dos Estados Unidos, Canadá e Europa para discutir resultados de pesquisas recentes em doações, captação de recursos e filantropia. Este texto traz um relato de algumas questões e, em seguida,

apresenta alguns pontos de reflexão para a prática do captador de recursos.

Em termos científicos, altruísmo pode ser definido como o cuidado que damos a outros a um custo para nós mesmos. Biologicamente, esse comportamento é ilustrado pelo esforço que o corpo da mãe tem de fazer para gerar alimentação a seus filhos, tanto no útero quanto em seguida, na produção do leite. As duas principais explicações aceitas por psicólogos e biólogos sobre a origem do comportamento altruísta são por proximidade de parentesco (*kinship*, em inglês) e reciprocidade.



O primeiro caso ocorre quando ajudamos filhos, irmãos, primos ou parentes em geral, seja por laços biológicos (para preservar genes semelhantes aos nossos) ou sociais (pela força da família como unidade cultural e social). A reciprocidade se refere à expectativa de contatos constantes entre pessoas de diferentes famílias e, nesse caso, doações ou comportamento tidos como altruístas ajudam a criar laços de confiança que favorecem novas trocas e relações entre os grupos. É interessante notar que o comportamento altruísta também aparece em várias espécies, mas o grau de generosidade humano é significativamente maior e representa uma das marcas que nos diferencia de outros animais.

Entretanto, essas duas abordagens (*kinship* e reciprocidade) ainda não explicam por que pessoas doam para desconhecidos. Nesse sentido, outra forma de pensar sobre nossos comportamentos altruístas se dá no dualismo *nature versus nurture* (natureza *versus* cultura). Doamos por que somos geneticamente programados para termos esse comportamento, por alguma razão evolutiva ou por que socialmente nossa cultura valoriza e incentiva esse tipo de atitude?

Apresentamos aqui uma citação de uma pesquisa que sugere que aparentemente nascemos com a capacidade de sentir compaixão e empatia — nos importamos com o sofrimento alheio

Pesquisas relacionadas ao primeiro caminho, o evolutivo, apresentam evidências de que nos sentimos bem ao sermos generosos. A doação ativa centros de recompensa ou mesmo prazer em nossos cérebros, o que nos motiva a doar novamente. Além disso, aparentemente nascemos com a capacidade de sentir compaixão e empatia — nos importamos com o sofrimento alheio. Doar a estranhos pode ser uma das manifestações dessa capacidade.

Já a linha com ênfase na cultura humana apresenta explicações como tradição (doamos por que nossos pais já doavam), pressão social ou do grupo (se várias pessoas de nosso círculo social ou comunidade doam, também nos sentimos pressionados ou motivados a doar); por questões de *status* (valorizamos os que doam e se preocupam com

desconhecidos), de identidade (demonstramos nossos valores e ideais por meio de nossas ações) ou mesmo uma extensão dos argumentos de reciprocidade e criação de laços sociais, como mencionado anteriormente.

O professor Felix Warneken, um dos debatedores do evento, desenvolveu uma hipótese que combina os dois caminhos. Estudando a capacidade de bebês e crianças de ajudar estranhos sem serem solicitados, ele conclui que a socialização humana — a forma como somos criados, como educamos nossos filhos — se dá em cima de uma predisposição biológica, ou seja, nascemos com o potencial da generosidade, mas nossas práticas altruístas se desenvolvem em maior ou menor grau com base em nossa cultura.

Pesquisas relacionadas ao primeiro caminho, o evolutivo, apresentam evidências de que nos sentimos bem ao sermos generosos. A doação ativa centros de recompensa ou mesmo prazer em nossos cérebros, o que nos motiva a doar novamente.

Esse debate é significativo, pois permite algumas reflexões sobre as práticas de um captador de recursos.

Todos, teoricamente, nascemos com o potencial genético de agir de forma altruísta. O captador de recursos é peça-chave para que saibamos exercitar esse potencial e desenvolver uma cultura mais forte de doação e voluntariado. 📌

REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DE UM CAPTADOR DE RECURSOS

1

A IMPORTÂNCIA DOS GATILHOS

Assim como uma mãe normalmente só passa a produzir leite após ser incentivada por determinados hormônios ligados à gravidez, os especialistas sugerem que pode haver “gatilhos” que resultem em comportamentos altruístas. Isso não é novidade no mundo do marketing com fins lucrativos: há cada vez mais pesquisas para entender o consumidor e incentivar compras por impulso (pense nas gôndolas com chicletes e chocolates na boca do caixa de um supermercado, ou no botão “compre em um clique” de lojas como a Amazon). No mundo das doações, ainda sabemos pouco sobre os doadores e suas motivações específicas — ele doou pelo pedido de um conhecido ou de alguém que admira? Ou terá sido por que o pedido foi feito perto do Natal ou de seu aniversário? Quem sabe por que estava associado a outro comportamento prazeroso para essa pessoa (“compre esta camiseta e ajude a combater o câncer”)? Em comum, o desafio é entender o que motiva a doação e remover barreiras e dificuldades para esse comportamento.

3

MUITAS MOTIVAÇÕES

Uma pessoa pode se envolver com uma causa social por diversas razões simultâneas: *sou voluntário por que gosto, por que me beneficia em termos de status em meu grupo e por que é uma tradição familiar*. As pessoas não são máquinas frias, racionais e calculativas: muitas vezes nem sabem explicar direito por que agiram de uma determinada maneira. Isso tem duas implicações para ONGs e captadores de recursos. A primeira é que uma boa estratégia de mobilização de recursos passa por trabalhar com várias táticas diferentes, para atingir diferentes pessoas e diferentes motivações. A segunda é que, ao demonstrar os resultados da organização — sempre um passo importante para reforçar o vínculo entre doadores, voluntários e ONG — é também importante ressaltar diferentes tipos de resultado. Alguns doadores vão preferir saber dos grandes números e estatísticas; outros, de histórias individuais mostrando o impacto da organização.

2

BULLYING DO BEM

Poucas coisas influenciam tanto nosso comportamento quanto a pressão de grupo (*peer-pressure*): é uma das formas mais eficazes de criar padrões morais. Em algumas situações, como em casos extremos de *bullying*, isso pode ter efeitos devastadores. No entanto, essa influência exercida por parentes e amigos pode ser usada de forma ética e efetiva para mobilizar recursos para uma causa social. Uma das formas pelas quais se pode fazer isso é com os chamados “*friend-raisers*”: são eventos — jantares, coquetéis, cafés da manhã ou chás da tarde — em que voluntários mobilizam seus amigos e conhecidos para divulgar uma causa e a ONG da qual participam. Com suporte técnico e logístico da entidade, o anfitrião apresenta a causa e mostra a seus convidados por que se envolve com ela. Idealmente, não deve haver pedido de doação nesse primeiro contato, de forma a não constranger seus convidados. Um evento bem-sucedido tende a trazer novos entusiastas para a causa e, posteriormente, novos doadores. A chave de sucesso é transformar um pedido frio e seco de doação em um evento pessoal, que tenderá a reforçar os laços de amizade e coesão social.

4

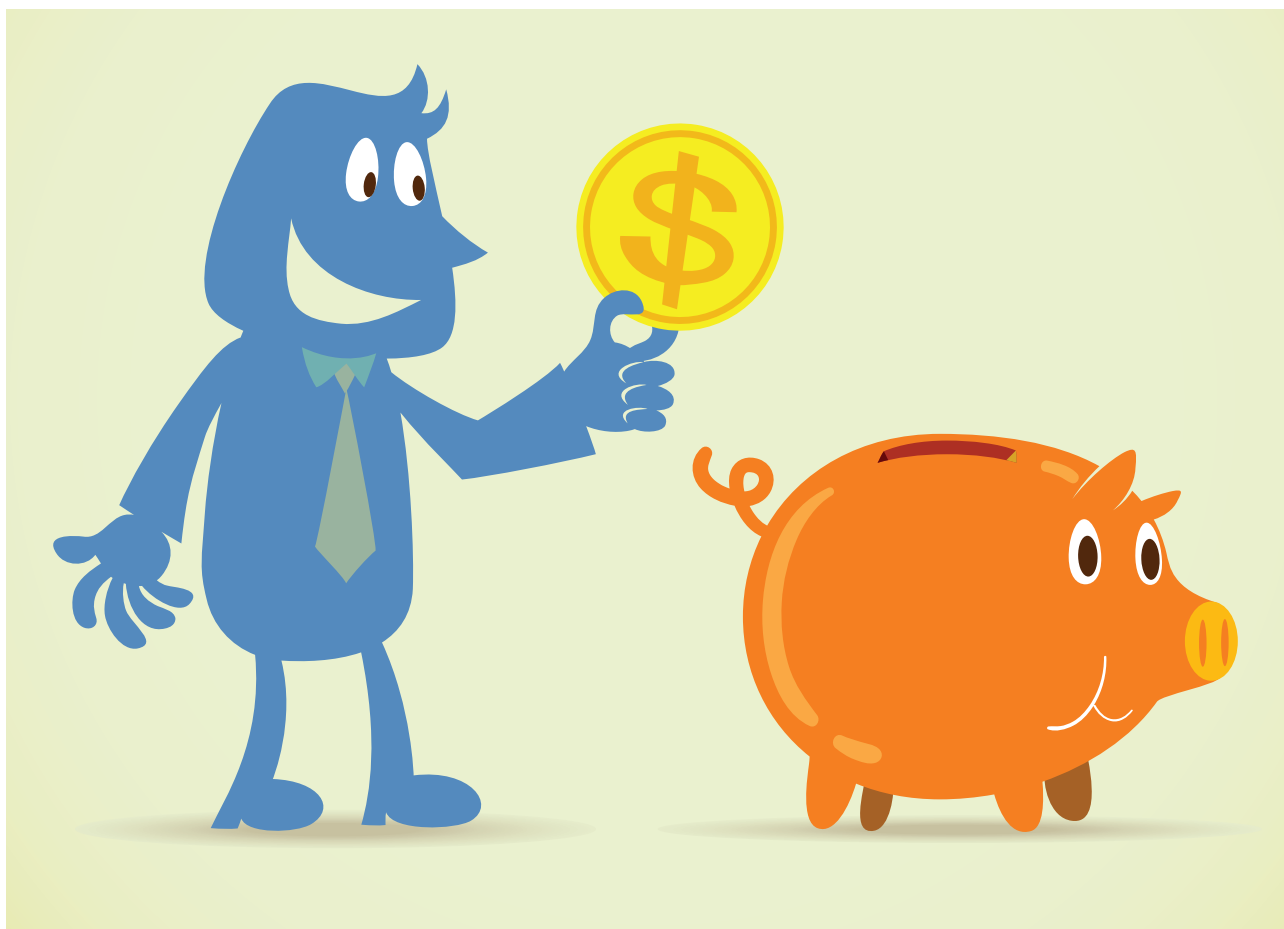
A DOAÇÃO COMO IDENTIDADE PESSOAL

O comportamento altruísta é, sobretudo, um ato de expressão de nossos valores e de nossa visão de mundo. Um bom captador de recursos é, nesse sentido, alguém que dá oportunidades para que as pessoas exerçam sua generosidade, que se envolvam com o que acreditam, que se juntem a outras pessoas que compartilham das mesmas crenças e práticas, que entendam quem são e o que valorizam. É mais uma oportunidade de renovar, nas palavras da ativista e consultora Cenise Monte Vicente, o “*paradigma da esperança*”. Em um mundo que muitas vezes parece demasiadamente complicado, violento e sem soluções, a menor das ações voluntárias representa um passo na direção de acreditar que podemos, por meio do nosso comportamento, fazer alguma diferença em nossa realidade.



◀ **MARCELO ESTRAVIZ** é Ex-presidente da ABCR, conselheiro do Greenpeace e embaixador da iniciativa The Hub. Professor do MBA de Gestão e Empreendedorismo Social da FIA/USP-Gife e autor de "Um dia de captador".

xxxxxxxx@xxxxxxxx



NO AR: DOAR

É claro que você vê isso na *timeline* de seu facebook. Pedidos de apoio para esta ou aquela causa, misturados com algumas frases bonitinhas de autoajuda e as típicas fotos dos filhos dos amigos. Então poderíamos dizer que nada mudou, não é mesmo? Só que mudou sim. E sutilmente segue mudando. Esse infinito compartilhamento de coisas boas e ruins, de curtidas e comentários. Esse *voyeurismo* agora não só pela desgraça alheia, mas também pela causa do outro, pela briga por mais ciclovias, por mais educação nos estádios, ou até simplesmente pela redução de algo ou pelo aumento de outro algo. “*Soy contra*” misturado a um “*todos juntos por alguma coisa*”.

Então, sabe o que mudou? Mudou, pelo menos um pouquinho, essa coisa de esperarmos. Agora passa a ser *cool* fazermos algo, mesmo que pequeno, mesmo que discreto, mesmo que só com os amigos. Principalmente e saborosamente só com os amigos. Estamos nos doando. O rapazinho

lá no fundo da sala acaba de dar sua risadinha sarcástica. Vamos então dar mais pano pra manga para o rapazinho: estamos nos DANDO.

Durante quase 15 anos de carreira, dediquei-me a ensinar e ajudar ONGs a conseguirem aliados, dinheiro, fortalecimento institucional. Nos próximos anos decidi fazer uma coisa parecida, só que do outro lado do balcão. Estou me dedicando a fazer as pessoas doarem. Não está difícil, porque, como disse, as pessoas já estão se dando pras coisas, sutilmente. Elas estão se entregando a pequenas atividades, pequenos gestos, pequenas e frutíferas relações.

Mas para que minhas ações possam ser avaliadas (eu sempre coloco metas nas minhas atividades, vício de origem), precisaria definir parâmetros, precisaria medir o quanto de fato eu e outros poderíamos aumentar o nível de doação de pessoas. Eu teria também que definir um espaço geográfico, um período de tempo, um conjunto de apoiadores... enfim,

precisaria transformar um desejo subjetivo em uma ação objetiva e mensurável.

Aí surgiu uma oportunidade, de fazer uma palestra de encerramento no maior evento da América Latina sobre mobilização de recursos. Quase 600 pessoas dedicadas a captar recursos, envolvidas com causas das mais diversas, portanto, molas propulsoras para qualquer plano que envolvesse uma ação de engajamento coletivo neste país. Eu já havia escrito sobre mudanças de cultura de doação, e o desafio agora, o tema que me pediram para abordar, era algo potente e genérico: falar do futuro da captação. Tão geral que soaria bobo se eu me descuidasse.

Meus quatro slides serviram de bússola para o que eu diria ao final. Pois iria propor que todos os mais de 500 ativistas de causas se comprometessem, cada um com suas causas, a ampliar as doações para suas ONGs, em valores e em quantidade de doadores. Para facilitar suas vidas, falei de tecnologia, da possibilidade que já temos hoje de captar pelo celular. Perguntei se alguém já tinha alguma plataforma e surgiu uma ONG de Sergipe. Então, lá mesmo pedi que quem quisesse, doasse para a ONG de Sergipe. Repeti o número quatro vezes, como se deve fazer, facilitando para o doador, como a Hebe fazia no Teleton (aliás, pedi e deram uma salva de palmas para a saudosa Hebe). Falei que daqui a um ano faríamos uma doação em massa para uma ONG selecionada. Todos ao mesmo tempo. Falei que os ativistas e captadores são hoje, e serão cada vez mais, triatletas. Vão focar em pedir doações, transformarão voluntários em *fundraisers* e farão a ativação de ativistas. Tudo ao mesmo tempo.

O clima estava bacana naquele auditório. As pessoas animadas, excelente oportunidade para o fim de um evento positivo. Ótima oportunidade para um desafio. Perguntei a eles se sabiam quanto o brasileiro doa por ano. R\$ 5 bilhões.

Daqui a cinco anos o Brasil dobrará o valor de doações de indivíduos e chegará a R\$ 10 bilhões, pois há um compromisso. Cada um fazendo um pouquinho, pequenos gestos

Quanto dá em média para cada doador? R\$ 300 por ano. Então perguntei quanto achavam que seria possível fazer em cinco anos. Muitas mãos se levantaram quando sugerimos que esse número fosse dobrado. Quando perguntei se poderíamos fechar com essa ideia, mais mãos se levantaram, mas ainda somente perto da metade. Depois, disse que em princípio não precisariam fazer nada muito além de aumentar o número de doações e doadores em suas organizações, e que com isso estariam contribuindo coletivamente para um resultado para o país. Assim que disse isso e pedi que levantasse a mão aquele que se comprometesse a que, em cinco anos, tivéssemos R\$ 10 bilhões em doações de pessoas físicas, dobrando os números atuais, nem eu acreditei. Todos levantaram as mãos e aplaudiram ao mesmo tempo. Eu achei emocionante.

Então é isso. Daqui a cinco anos o Brasil dobrará o valor de doações de indivíduos e chegará a R\$ 10 bilhões, pois há um compromisso. Cada um fazendo um pouquinho, pequenos gestos. Simples? Simples. 📌

PS: Agradeço à ABCR, que me convidou a participar do Festival ABCR – FLAC em Salvador. E obrigado principalmente aos mais de 500 seres que, como eu, acreditam que é possível termos um país de doadores, ativistas e engajados.

CANT
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br





O QUE É UM CENTRO DE VOLUNTARIADO?

Como disse o dramaturgo francês Victor Hugo: “chega uma hora em que não basta protestar: após a filosofia, a ação é indispensável”. Seu pensamento convida a sociedade a agir. E, por falar em ação, os Centros de Voluntariado surgiram com o intuito de incentivar e apoiar o trabalho e as necessidades de voluntários e organizações sociais no seu dia a dia. É um instrumento de promoção e fortalecimento da cidadania para a melhoria da qualidade de vida em uma cidade ou região.

Os centros promovem o voluntariado, informando a comunidade sobre os benefícios da atividade, atraindo novos talentos e mantendo os colaboradores já existentes. Também são oferecidas consultorias gerenciais sobre programas de voluntariado em organizações sociais e empresas, através de informações atualizadas sobre gerenciamento de voluntários. As organizações são orientadas sobre como recrutar, entrevistar e selecionar voluntários, além de sua capacitação e coordenação.

POR QUE TER UM CENTRO DE VOLUNTARIADO NA SUA COMUNIDADE?

- Porque as pessoas interessadas em doar seu tempo, trabalho e talento querem encontrar um lugar para oferecê-lo.
- Porque o centro saberá reconhecer as habilidades, interesses, tempo e energia que os voluntários têm para oferecer, assegurando treinamento adequado e reconhecimento pelo esforço.
- Porque propicia oportunidades para que as pessoas façam contato, aprendam novas habilidades, ganhem novas experiências de trabalho e aumentem sua autoestima.
- Porque é um sistema de apoio às lideranças e desenvolvimento de voluntários, que compartilha o aprendizado e o conhecimento com todos os envolvidos.

POR ONDE COMEÇAR?

O primeiro passo para a implantação de um Centro de Voluntariado em uma comunidade ou município é reunir um grupo que se disponha a estudar a viabilidade do projeto. É fundamental conseguir apoio da imprensa local: jornais, rádios e emissoras de televisão. Vale também estabelecer contato junto às igrejas, escolas, clubes, grupos sociais (Rotary, Lions, sindicatos, associações), empresas e lideranças comunitárias.

É muito importante reconhecer a demanda em relação aos anseios dos voluntários. O sentimento de solidariedade e o desejo de participação tornaram-se tão intensos na sociedade brasileira que um número expressivo de pessoas responde de forma imediata e positiva a qualquer convocação para ações voluntárias. Uma pesquisa da Rede Brasil Voluntário, em 2011, identificou que 25% da população brasileira de mais de 16 anos faz ou fez serviço voluntário: estamos falando de 35 milhões de brasileiros!

O desafio é que, ao convocar voluntários sem a identificação prévia de oportunidades de inserção, o Centro de Voluntariado corre o risco de não absorver essa mão de obra e tampouco ter como encaminhá-los. Portanto, antes de mobilizá-los, é necessário conhecer e cadastrar instituições

ou programas capazes de absorver esses talentos e até desenvolver propostas para sua inserção junto à comunidade. A combinação entre a demanda e a oferta começa, então, pela identificação e organização das necessidades e oportunidades de trabalho voluntário em função das quais serão convocados os voluntários.

Vale ressaltar que recursos significam muito mais do que dinheiro. O ativo mais precioso para o desenvolvimento de qualquer atividade são as pessoas com suas competências, conhecimentos e capacidade de criação. Infraestrutura e equipamentos são também valiosos e indispensáveis, porém, quando obtidos, são operados por pessoas. “As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”¹.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS?

A maior parte dos recursos aplicados nos centros é proveniente de parcerias estabelecidas com órgãos governamentais, empresas e organizações da própria sociedade. O trabalho em conjunto é fundamental para garantir suas condições básicas de funcionamento. Parcerias são construídas com base em objetivos comuns, além de uma grande parcela de cumplicidade, pois também é preciso dividir o mesmo sonho. Para sua efetiva realização, é necessário identificar pessoas e organizações com ideias e interesses que vão ao encontro da proposta do Centro de Voluntariado. Todo parceiro tem algo a oferecer e algo a receber. Estabelecidas as metas a serem alcançadas e a forma como podem ser verificadas, o grupo terá subsídios para avaliar o desenvolvimento das ações. Poderá, também, analisar em maior profundidade as dificuldades encontradas e valorizar os resultados obtidos, sem perder de vista o horizonte geral da iniciativa. Comunicação transparente e fluxo constante de informação contribuirão para um planejamento mais produtivo. A avaliação faz a equipe amadurecer e valoriza a contribuição de cada um. Identificando as razões dos erros e dos resultados positivos, o grupo aprende e adequa ideias e planos com as possibilidades reais de tempo, atividades e recursos.

Os caminhos para a construção de um Centro de Voluntariado são múltiplos. Sua criação e funcionamento podem ser traduzidos em invenção e experimentação constantes. Cabe à sociedade civil, empresas, organizações sociais e poder público dar prosseguimento à causa, conquistar parceiros, colaboradores, qualificar lideranças, estimular e fortalecer os projetos na construção de melhorias coletivas. O processo é longo, mas, através da corrente solidária e da semente plantada através dos centros, chegaremos lá. 🏡

¹Relatório de Desenvolvimento Humano – PNUD 1990).



A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTÁRIO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO DAS EMPRESAS

Hoje, o tema inovação está mais em voga do que nunca e vem sendo discutido por ser um importante diferencial estratégico das empresas. As organizações devem se preparar para renovar continuamente seus produtos, serviços, processos, competências e organogramas, de modo que suas decisões garantam sua sustentabilidade.

Existem muitas maneiras de inovar, e as empresas estão sedentas por encontrar alguma que seja a ideal ao seu negócio. Os investimentos em inovação são muito altos, e o que se percebe é que apenas um grupo de pessoas ou áreas específicas são envolvidas nestes processos. Será que só os cientistas, designers e engenheiros são capazes de inovar?

Este artigo defende a ideia de que todos podem participar, especialmente os voluntários. O programa de voluntariado empresarial pode estar alinhado à estratégia de inovação da empresa, desde que esteja visando uma relação de valor compartilhado com a sociedade. Este termo foi criado por Michael Porter, um dos papas da estratégia, para mostrar ao mundo sua conclusão da interdependência entre empresas e comunidades. O ambiente deve ser saudável e favorável a todos. Só assim os negócios terão sucesso em longo prazo.

Um exemplo interessante é o Programa “10.000 Women”, do Goldman Sachs Group, que elegeu como uma de suas causas

o apoio ao empreendedorismo feminino, oferecendo educação empresarial e gestão de negócios para mulheres em todo o mundo. O programa de voluntariado que complementa esse investimento social foi eleito um dos finalistas do prêmio “2011 Points of Light Corporate Engagement Award of Excellence”.

Investir nas mulheres é uma forma eficaz de reduzir a desigualdade entre os gêneros e facilitar o crescimento econômico inclusivo. A comunidade torna-se, portanto, socioeconomicamente mais saudável e fortalecida para realizar cada vez mais negócios. Neste contexto, os voluntários que já têm afinidade natural com a causa são envolvidos em novas experiências e desafios, contribuindo com a melhora da qualidade de vida da sociedade e podendo trazer inovações.

O voluntariado deve ser reconhecido como um componente essencial para o processo igualitário e sustentável, como traz o 1º Relatório sobre o Estado do Voluntariado no Mundo, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Programa dos Voluntários das Nações Unidas, publicado em dezembro de 2011. Outro documento, publicado em 2010, é o Relatório do Desenvolvimento Humano Global, que declarou que “colocar as pessoas no centro do desenvolvimento significa progredir com justiça e com uma forte base, capacitando pessoas a serem participantes ativas nas mudanças”.

É estimado que o mundo conte com 140 milhões de voluntários, força considerada essencial para mudá-lo.

Uma das maiores empresas de alimentos no mundo, a Kraft Foods, levanta as bandeiras do combate à fome e do incentivo ao estilo de vida saudável. Para desenvolver um programa de voluntariado holístico, colocou na mesma mesa voluntários, parceiros, fornecedores e outros atores interessados. Um dos resultados inovadores e replicáveis foi a construção, em sua sede global, em Northfield, nos Estados Unidos, de uma horta orgânica que produz milhares de quilos de alimentos por ano e que são distribuídos entre organizações locais que atuam na mesma causa.

Na Índia, os voluntários da HP organizaram um evento que reuniu 200 programadores e desenvolvedores com o propósito de gerar novas soluções para velhos problemas sociais, nas áreas de saúde e educação. Diversos grupos foram formados e, a partir daí, 19 aplicativos foram desenvolvidos em menos de 24 horas para estas causas.

A empresa geralmente encara o voluntariado empresarial como uma das estratégias para seu investimento social, de relações com a comunidade, de motivação e formação de funcionários, entre outras. Mas pode ir além, considerando-se parte da comunidade e integrando o programa em sua estratégia de negócios. A globalização mudou a cara do voluntariado. Agora todos têm a chance de participar e contribuir.

A gestão deve propiciar um voluntariado que incentive e capacite para a inovação e o empreendedorismo e que vá ao encontro das demandas do mercado e da sociedade, que são as mesmas, uma vez que somos interdependentes e interconectados.

Os voluntários podem ser estimulados a exercer o seu trabalho com um olhar apreciativo, ou seja, observar a partir das potencialidades o que poderia ser estudado e desenvolvido para melhorar a qualidade de vida de um grupo, comunidade e sociedade. Esta ação analisará como a empresa pode inovar em seus produtos, serviços e processos a partir das reais necessidades e interesses dessas pessoas.

Tudo isso forma uma cultura de diálogo, iniciativa, coparticipação, corresponsabilidade, cocriação, parceria e engajamento. E essa é a cultura de inovação!

Para que o voluntário participe dos processos de inovação trazendo suas experiências de dentro para fora da comunidade (e vice-versa), ele vai precisar empreender uma nova ideia na empresa. E hoje já sabemos que intraempreender é possível dentro de uma pequena, média ou grande estrutura organizacional. Não quer dizer que seja fácil, mas as empresas podem organizar processos que facilitem essa troca.

A CDC Development Solutions, organização sediada em Washington, tem a missão de utilizar recursos públicos, privados e voluntários para fortalecer PMEs (Pequenas e Médias Empresas), instituições sociais, governos e indústrias, que impulsionam o crescimento em mercados emergentes. Para tanto, estruturam programas internacionais de voluntariado com o



objetivo de impulsionar a inovação global utilizando o talento do voluntário para criar valor de alto impacto social. Os funcionários contribuem com sua *expertise* dentro de instituições locais por um tempo determinado. São clientes da CDS: IBM, FedEx, Deloitte, Pfizer, Dow Corning, Intel, PepsiCo e Novartis.

Os resultados, claro, são de ganha-ganha: todos são beneficiados pela parceria.

Nessa mesma linha, a Ernst & Young oferece aos funcionários a oportunidade de participar de um programa de intercâmbio de três meses em países da América Central e da América do Sul, realizando o mesmo trabalho que estariam fazendo em *home office*, mas em empresas locais menores, com problemas de gestão e que não teriam condições de pagar por uma consultoria. Com isso, espera reforçar seus negócios, construir relações nos mercados em crescimento, desenvolver lideranças internas e reter funcionários.

É evidente que o programa de voluntariado empresarial deve ser legítimo para abordar essas questões com naturalidade, vontade e muito compromisso. A empresa precisa preparar-se para o ciclo pós-estímulo, pois toda mobilização gera resultados que podem ser muito positivos não só para a empresa, mas para a sociedade como um todo. 🚀



A ÉTICA DO CUIDAR OU A ARTE DE DESATAR NÓS

O mote da simplicidade, alicerçado nos saberes acadêmico formal e popular, parece ser um bom caminho para refletir sobre temas abrangentes, redefinindo conceitos e quebrando preconceitos a fim de atender aos desafios contemporâneos na prática do cuidar.

Como tema transversal a escolha profissional do assistente social tem importante significado. Será que, para uma prática saudável, devemos ter mais satisfação do que inquietação? Será esta uma afirmativa interessante?

Entra aqui o conceito de “zona de conforto”, deve-se pensar até que ponto é possível mensurar nossa própria resiliência e abertura para novos desafios e quebra de paradigmas, entre outros.

Novos modelos de convivência e novas demandas e necessidades de desenvolver habilidades sociais fazem com que as tradicionais equipes multiprofissionais estabeleçam novas formas de ações interdisciplinares, vislumbrando a prática transdisciplinar como alternativa irreversível e saudável.

Sob esta perspectiva, ampliando o entendimento sobre conceitos calcificados na nossa mente, temos algumas perguntas para reflexão da prática profissional:

QUEM SOMOS?

Somos cuidadores/profissionais da ajuda/agentes de transformação? Temos noção dos riscos emocionais da nossa profissão, enquanto trabalhador social?

QUEM ACOLHEMOS?

Indivíduos, grupos alternativos, comunidades ou famílias? Afinal, de qual família falamos? Qual conceito está cristalizado em nossa prática, que veio de nossa própria história de vida, do nosso conceito ideal de família, entre outros?

COMO ATUAMOS?

Em equipe interdisciplinar verdadeiramente? Com ações inovadoras? Cuidamos de quem cuida? Cuidamos de nós mesmos?

QUAL A NOSSA VISÃO DE MUNDO?

Refletimos sobre esta questão permanentemente? É uma visão holística? O nosso pensamento é sistêmico ou compartmentado, observamos somente a parte e não o todo?

Com estes eixos norteadores, podemos iniciar uma reflexão considerando algumas definições iniciais, as quais legitimam

uma forma de estar no mundo. Norteadores podem e devem ser questionados permanentemente, num exercício dialético saudável e sujeito à transformação.

COMPLEXIDADE VERSUS SIMPLICIDADE

Ampliar o foco de observação, permitindo-se ouvir opiniões, saindo do mote “velha opinião formada sobre tudo”, principalmente quando se está há muitos anos numa prática profissional rotineira. Permito-me ouvir todos os envolvidos no processo?

INSTABILIDADE VERSUS ESTABILIDADE

Descrever com o verbo ‘Estar’, e não ‘Ser’.

Quando a atuação profissional parte do princípio de que uma determinada situação social, familiar ou profissional é problemática, o foco fica prejudicado, pois não há possibilidade de transformação em algo que, por natureza, já é. Por exemplo: este jovem é problemático, esta família é desajustada, esta comunidade é violenta ou este profissional da equipe é despreparado. Para tais afirmações não existem ações preparando o sujeito para “cumprir a lenda preestabelecida”.

Observe agora ao mudar nosso conceito: este jovem está com problemas em determinadas situações, portanto ele é maior do que o problema. Da mesma forma para a família: afinal o que é estar desajustada? Quais as condições que levaram a comunidade a situações de violência? O nosso colega de equipe está despreparado para quais atividades?

Exercitar esta mudança de olhar nos permite aposentar a ideia de pessoa-problema, bode expiatório, para uma visão do contexto familiar, comunitário e social em que estamos inseridos num verdadeiro caldo cultural e social.

INTERSUBJETIVIDADE VERSUS OBJETIVIDADE

Acatar outras descrições (paradoxos) – complementando a possibilidade de ouvir os outros, permitir-se estudar uma determinada situação sobre várias perspectivas, raciocinando de forma paradoxal: qual a razão de não ser possível? Ouvir a intuição de que a prática profissional permite desenvolver e da qual, muitas vezes, desconfiamos e não valorizamos.

Esse pensamento sistêmico nos leva imediatamente a uma visão holística do mundo, a tal da sincronicidade, que permite juntar aspectos distanciados de uma mesma realidade. Neste contexto, ampliar o conceito de cuidado e cuidador parece

bastante razoável. Afinal, o que significa cuidar? A seguir estão alguns conceitos:

- significa atenção, precaução, dedicação, carinho, encargo e responsabilidade. Cuidar é servir, é oferecer ao outro, em forma de serviço, o resultado de seus talentos, preparo e escolhas. É praticar o cuidado;
- envolve perceber a outra pessoa como ela é e como se mostra. Cuidado de forma individualizada;
- implica em atitude de ocupação, preocupação, responsabilização e envolvimento efetivo com o outro.

Há muito a ser discutido sobre este importante tema e suas várias formas. Para tanto, proponho uma associação com a pirâmide de Maslow.

Utilizando as cinco etapas propostas na pirâmide, podemos considerar que os níveis de cuidado podem se associar desde as necessidades básicas até aquelas de autorrealização.

Desta forma, saímos do velho discurso de oferecer alternativas de “assistencialismo” para ações integradas que vislumbrem a transformação, sem perder o foco nas singularidades de cada situação.

Portanto, o termo cuidador será utilizado, sendo este conceito sujeito a mudanças e questionamentos, com o sentido de observar no profissional questões singulares.

Quais os riscos para o cuidador ao cuidar de todos como escolha profissional?

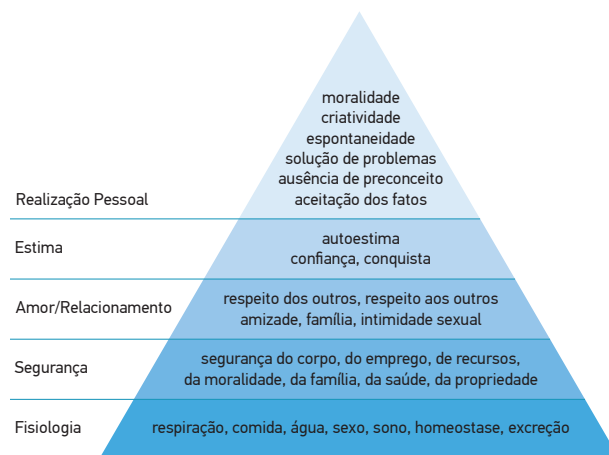
Existe a tendência de desenvolver a necessidade imperiosa de controlar coisas, pessoas, circunstâncias e comportamentos, na expectativa de monitorar suas próprias emoções. Pode desenvolver atitudes codependentes, ou seja, viver a vida do outro e não a sua, ser envolvido de forma doentia pela situação do outro, esquecendo a sua própria individualidade e, em muitas situações, adoecendo por isso. De um modo geral, caso estas características sejam desenvolvidas, o cuidador tende a ampliar tal comportamento para todos os segmentos de sua vida.

Os sentimentos mais comuns são: negação, tentativa de controle, sentimento de culpa, raiva, isolamento, tensão, vergonha, sensação de impotência e incapacidade, tendendo a desenvolver comportamentos como indefinição de regras, confusão de papéis, envolvimento emocional danoso para as relações interpessoais, enfim, um relacionamento codependente.

Os problemas que podem resultar são encontrados em vários profissionais da ajuda, cuidadores familiares, líderes comunitários, entre outros. Podemos citar: entorpecimento, depressão, síndrome do pânico, estresse do cuidador, baixa estima, uso de drogas para aliviar tensão, problemas de saúde e nos relacionamentos.

Nos sites dos Alcoólicos Anônimos existe um questionário interessante para verificar nosso grau de codependência, no link voltado para famílias (Naranon) e de outras irmandades semelhantes, como Narcóticos Anônimos, Amor Exigente, entre outros.

AS ETAPAS DO CUIDADO - PIRÂMIDE DE MASLOW



CUIDANDO DE QUEM CUIDA

Frente a estes riscos para o cuidador, algumas sugestões podem contribuir para uma vida saudável, cuidando de si mesmo, as quais, embora simples, podem colaborar para a prática do dia-a-dia: organize-se para pequenas pausas; peça ajuda, apoio e encorajamento aos colegas; experimente fazer as atividades de modo diferente; peça auxílio quando se sentir estressado, ou seja, ajuda mútua; preste atenção ao que sente; não se deixe atingir pessoalmente pelo comportamento das pessoas das quais você cuida e valorize o positivo; preste atenção em alguma coisa boa que acontece em sua rotina.

Para finalizar este momento de reflexão, é importante acrescentar um conceito que pode facilitar a nossa prática profissional e que, embora não seja inovadora, traz uma perspectiva alentadora: falo da espiritualidade. Espiritualidade, não religiosidade, posto que esta última é individual e intransferível.

Dalai Lama desenvolveu um conceito interessante sobre o assunto ao caracterizar a espiritualidade como as qualidades do espírito humano: amor, compaixão, paciência, tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade e noção de harmonia, que compõem a felicidade da própria pessoa e para os outros. O mesmo finaliza declarando que, se estas qualidades estivessem plenamente desenvolvidas, a noção de religião seria desnecessária.

Duas destas características me chamam mais a atenção em relação ao cuidador: compaixão e capacidade de perdoar. A compaixão é vista no sentido de solidariedade, que nos dá um princípio norteador mais horizontal em nossa prática, diferentemente da comisseração, pena, dó etc. Já a capacidade de perdoar, partindo do princípio que o cuidador, ao querer controlar tudo e todos, corre o risco de ser muito rigoroso consigo mesmo, morre achando que fez pouco. Quando o cuidador consegue aceitar suas limitações, perdoar suas faltas, ele tende a realizar o mesmo com as fragilidades alheias. Vivendo e deixando viver. 🏡



FOTOS: PATRÍCIA LOBO

João Paulo Vergueiro, presidente da ABCR, e Rodrigo Alvarez, diretor do IDIS, durante abertura do FLAC

REUNIÃO DE IDEIAS E PESSOAS

Festival ABCR reúne mais de 500 pessoas em Salvador e abre diversos espaços para debates sobre captação de recursos

Por *Thaís Iannarelli*



Em sua quinta edição, o FLAC 2013 – Festival ABCR, realizado em Salvador nos dias 23 a 25 de abril, superou as edições anteriores em termos de quantidade e variedade de participantes e trouxe temas muito pertinentes à realidade do cenário de captação de recursos no Brasil. O evento foi realizado pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e correalizado pelo Instituto Filantropia e pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Mais de 60 temas foram abordados nas grandes palestras, salas temáticas e espaço aberto, este que possibilita que os participantes proponham assuntos e liderem a discussão. “Recebemos o maior número de participantes de todas as edições do evento e contamos com uma diversidade incrível dos participantes, que tinham origem em quase todos os Estados do país, além de alguns visitantes da Argentina e Peru”, conta João Paulo Vergueiro, presidente da ABCR. “Como realizadores, foi importante poder oferecer conhecimento de qualidade a todos, em um evento onde também se estimula a formação de vínculos dentre os captadores e a integração social”, completa.

Na abertura do evento, após a solenidade de abertura, o primeiro debate envolveu a cultura de doação no Brasil e no mundo e contou com a participação de Bob Carter, presidente do conselho da Association of Fundraising Professionals (AFP), João Paulo Vergueiro e Rodrigo Alvarez, diretor do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Os palestrantes discutiram o perfil dos doadores e a da captação de recursos com indivíduos. Eles apontaram dados do World Giving Index, publicado pela organização britânica Charities Aid Foundation (CAF), afirmando que o Brasil tinha, em 2011, 35 milhões de doadores. Com este número, o país é o oitavo no mundo com mais pessoas doando. No ranking global, em termos de engajamento social da população, o Brasil ficou em 83º, dentre os 146 países pesquisados.

No período da tarde, as salas foram abertas e os temas passaram a ser divididos — fazendo com que os participantes tivessem de escolher o que gostariam de assistir. A primeira parte foi dividida em temas, como direitos humanos, meio ambiente, esportes, saúde, educação, assistência social e cultura, com foco na atuação de organizações dessas naturezas. Depois, os temas giraram em torno de diferentes formas de captar recursos, ou seja, *crowdfunding*, economia criativa, fundos patrimoniais, captação para municípios e organizações religiosas, entre outros. O dia acabou com o case da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sobre investimento social, e uma seção de autógrafos com autores de livros voltados à captação de recursos. “Para mim, os pontos fortes do evento são a organização, a diversidade e a qualidade dos temas, a qualidade dos palestrantes e o grande número de participantes, que possibilita ampliar o *network* e a troca de experiências”, conta Jonas Flores, da ONG Impacto Social.

A abertura do segundo dia do FLAC contou com a participação de Laís Lopes, assessora especial do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, André Degenszajn, secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e João Paulo Vergueiro. O tema debatido foram os desafios do financiamento e sustentabilidade das organizações da sociedade civil, discutindo o marco regulatório do

RANKING DE DOAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS - PESSOAS (MILHÕES)

165



Índia

143



Estados Unidos

126



Indonésia

109



China

39



Tailândia

37



Reino Unido

36



Japão

35



Brasil

31



Alemanha

29



Irã

FONTE: WORLD GIVING INDEX, CAF



FOTO: PATRÍCIA LOBO



Feira com artesanato local foi realizada durante o evento, promovendo a geração de renda

Terceiro Setor. Com esse assunto, uniram-se à discussão representantes do governo e das empresas, que muito têm a conversar com os captadores de recursos das instituições. “Vejo o FLAC como informativo e precioso no que se refere à atualização sobre tendências nas diversas maneiras de mobilização de recursos. Vejo também como importante ambiente para a troca de experiências e estabelecimento de redes”, conta o participante Moisés Pangoni, assessor de financiamentos da Norwegian Church Aid.

A marca registrada do FLAC, presente desde a primeira edição, não deixou de acontecer na edição de Salvador. O Espaço Aberto, originado do termo em inglês *Open Space*, teve duas sessões com sete salas à disposição, somando 14 espaços para temas sugeridos e liderados por participantes. Dentre esses temas, falou-se de cultura, comunicação, captação com indivíduos, entre outros.

Neste dia, temas como mídias sociais, contabilidade, legislação, incentivos fiscais, voluntariado, gestão de projetos em editais, dificuldades na captação de recursos, planejamento e negócios sociais foram abordados no período da tarde por diversos profissionais. Por fim, o case da AACD e do Teleton foram abordados. “Com a profissionalização da gestão das organizações como uma necessidade cada vez mais reconhecida, realizar

eventos para debater a captação de recursos é fundamental. Disseminar informações relevantes, apresentar casos de sucesso, debater os problemas da profissão e a sustentabilidade das organizações são, dentre outros, motivos que nos incentivam a promover encontros e debates por todo o país”, explica João Paulo.

O último dia foi marcado por um debate sobre o futuro da profissão de captador de recursos, com Marcelo Estraviz e Marcio Zeppelini, presidente do Instituto Filantropia. Temas como fundos independentes, captação com eventos, grandes doadores, geração de renda e editais internacionais ainda foram abordados. O encerramento do evento contou com a apresentação da pesquisa da ABCR sobre o perfil do captador de recursos no Brasil e o lançamento do FLAC 2014, que acontecerá em Vitória, no Espírito Santo. Para a ABCR, as expectativas estão altas. “Para 2014, queremos aprofundar o modelo desenvolvido neste ano: ter um evento para um público estimado de 500 participantes, possibilitar que captadores dos mais variados tipos de organizações participem e, principalmente, continuar o processo de ter o festival como um momento para profundo debate sobre o financiamento das organizações da sociedade civil, trazendo casos e palestrantes que estão dentro das organizações, com suas experiências e dificuldade”, complementa João Paulo. 📖

Ressoar Solidário

Ações de voluntariado em diversas áreas por todo o Brasil.



Programa Ressoar

Apresentado por Chris Flores, o Programa Ressoar vai ao ar pela Record News todos os domingos às 19h30, com reprise nos sábados seguintes às 11h30. Por meio de reportagens e entrevistas, abre espaço para o debate sobre o terceiro setor, incluindo temas econômicos, sociais e educacionais.



Projeto Nova Canaã

Educação, esportes e alimentação para 600 crianças de Irecê, no sertão da Bahia.



INSTITUTO RESSOAR



Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos por ano. Diversão e prestação de serviços para quem mais precisa.

Ressoar Multimeios

Curso de capacitação profissional na área audiovisual com 700 alunos inscritos a cada etapa.



É MAIS QUE ESPERANÇA. É REALIZAÇÃO!

Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!
Faça parte de nossos projetos.

Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.

Fale conosco - ressoar@ressoar.org.br



www.ressoar.org.br



facebook.com/institutoressoar



twitter.com/ressoar



EFD-SOCIAL REDIMENSIONA RELAÇÃO GOVERNO E EMPREGADORES

Projeto enquadrará multinacional a empregador doméstico, exigindo dados relativos a um leque de eventos sociais ligados às áreas trabalhista e previdenciária

Por Luciano Guimarães

Focado exclusivamente em elevar o nível de formalização do trabalho no país, o projeto da Escrituração Fiscal Digital Social terá reflexos profundos nas organizações do Terceiro Setor, que utilizam mão de obra diretamente contratada segundo as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os gestores de entidades sem fins lucrativos também terão de redobrar a atenção para essa importante questão, pois ela se relaciona diretamente às áreas contábil e financeira, ligadas às rotinas trabalhistas. A EFD-Social atingirá inclusive aqueles que costumam terceirizar a contratação de pessoal.

Considerado o maior e mais complexo subprojeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a EFD-Social tem gerado muitas dúvidas aos profissionais que atuam nos departamentos contábeis, financeiros e até de RH de empresas e entidades sociais, pois enquadrará todos os contratantes de funcionários e de serviços no país.

O projeto visa a formalizar em meio digital as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas a todos os

empregados, empregadores e às contratações de serviços no território brasileiro. Portanto, ele não é somente a escrituração digital da folha de pagamentos, como muitos acreditam.

Por conta de tanta complexidade, a **Revista Filantropia** ouviu dois dos mais respeitados especialistas em SPED do Brasil: Mauro Negruni, sócio-fundador e diretor de Serviços da Decision IT e membro ativo do Grupo de Empresas-piloto da EFD-Social (grupo de trabalho que discute os aspectos operacionais e legais do SPED); e Fernando Sampaio, diretor de Negócios da Sinergix e consultor empresarial nas áreas de sistemas e tecnologias voltadas para a contabilidade e gestão empresarial.

Revista Filantropia: Por que o projeto da EFD-Social é tão complexo?

Mauro Negruni: Porque enquadrará desde a multinacional até o empregador doméstico, exigindo uma coleção considerável de dados interdepartamental. Não compreenderá somente a escrituração da folha de pagamentos, mas todo um complexo leque

Projeta-se que, com uma base única para estes dados, haverá a eliminação de prestação de informações redundantes, que provavelmente reduzirá os custos de geração e entrega dessas informações”

MAURO NEGRUNI

Sócio-fundador e diretor de Serviços da Decision IT



Negruni: o trabalhador terá uma base única de informação, a qual poderá consultar na hora em que desejar, evitando movimentações fraudulentas

de eventos sociais, como contratação de prestadores de serviços, autônomos, acordos judiciais trabalhistas, alterações de cargos, ações trabalhistas, dissídios, entre outros, que exigem esforços de diversos departamentos.

RF: Qual o escopo do projeto?

MN: Atualmente, a EFD-Social tem no seu arcabouço de informações a previsão de todos os eventos relacionados à folha de pagamentos dos funcionários efetivos, temporários e eventuais. Além disso, também são alvos dela todas as informações sobre retenções praticadas pela pessoa jurídica sobre pagamentos de serviços (pessoas físicas e jurídicas).

RF: Quem é responsável pela execução do projeto?

MN: Hoje, essas informações são entregues a diferentes agentes estatais diretamente responsáveis por essas informações, como Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

RF: A EFD-Social atinge todos os empregadores. Qual será o impacto para as ONGs que contratam mão de obra terceirizada? Que dicas você pode dar para os gestores?

Fernando Sampaio: O governo anuncia que todos os trabalhadores em regime CLT devem constar na EFD-Social e, por isso, todos os empregadores terão, obrigatoriamente, de enviar as informações. Sobre a mão de obra terceirizada, as ONGs devem se atentar para as regras de retenções federais e previdenciárias sobre os contratos com terceiros, e a devida informação detalhada sobre estes serviços contratados também farão parte da EFD-Social.

RF: Uma das grandes promessas do SPED é a simplificação das obrigações acessórias. Na EFD-Social ela acontecerá?

MN: Sim, há previsão da unificação de obrigações acessórias, pois o projeto visa à eliminação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) e Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Gefip). Projeta-se que, com uma base única para estes dados, haverá a eliminação de prestação de informações redundantes, que provavelmente reduzirá os custos de geração e entrega dessas informações.

RF: A EFD-Social coibirá fraudes trabalhistas e previdenciárias?

FS: Um dos objetivos do projeto é reduzir as fraudes, em especial as previdenciárias, como a concessão de benefícios e habilitação ao seguro desemprego. O salário e pró-labore não registrados também serão identificados, cedo ou tarde. O CPF de cada trabalhador ou dirigente de empresa tem cruzamento possível com os gastos efetuados e comprovados em documentos fiscais eletrônicos. Imagine o contracheque em formato eletrônico cruzado com os vários documentos fiscais eletrônicos emitidos para o mesmo CPF.

RF: Qual o cronograma do projeto?

MN: Até o fim de abril seriam colocados à disposição os Guias e Manuais para orientação das empresas. Como deverá haver um saneamento de informações sobre os trabalhadores, é possível que sejam colocados à disposição um programa e *webservices* para a confirmação de informações até o fim de junho. A intenção dos órgãos estatais é que o projeto ganhe o ambiente de produção em janeiro de 2014.

RF: Esses prazos serão cumpridos?

MN: Os prazos são um pouco apertados, não só pela amplitude de entes atingidos (pessoas físicas e jurídicas), mas também pelos dados estarem com incoerências nas bases estatais – problema que deverá ser resolvido com o saneamento de cadastros, antes que o projeto seja colocado em produção.

RF: Haverá custos para os empregadores por conta desta nova obrigação acessória. Se sim, é possível estimar?

FS: No início, todos os empregadores terão custos de adaptação, sejam de *softwares*, de treinamento de colaboradores, ou até mesmo de revisão de processos. Dependendo de cada organização, pode haver também demanda de consultorias na área jurídica, trabalhista e previdenciária sobre os empregados e terceiros contratados.

RF: O que é o saneamento de cadastros e por que você acha que este processo é um ponto crítico para a EFD-Social?

MN: O saneamento de cadastros será uma etapa na qual as bases de dados estatais serão checadas e corrigidas. Pense na magnitude de se fazer isso com os dados de todos os trabalhadores brasileiros em quatro diferentes bases de dados, e em poucos meses. A grande importância dessa questão se deve ao fato de que a tecnologia apoia os processos, ou seja, se a base de dados não estiver correta, o resultado final será errado – comprometendo parcialmente o êxito da EFD-Social.

RF: Qual o sistema operacional previsto da EFD-Social?

MN: Até pouco tempo atrás, todo o projeto da EFD-Social estava baseado em um sistema híbrido: por eventos (XML) e mensal (Livro TXT). Este procedimento seria muito próximo ao que acontece na NF-e (XML – por evento) e na EFD-ICMS/IPI (TXT – com envio mensal de livro), contudo, poderá não haver mais a figura do livro mensal da EFD-Social, e tudo seria considerado como evento.

RF: Quais os benefícios previstos?

MN: A EFD-Social é tida pelo governo federal como um grande catalisador para a formalização do trabalho no país, aumentando o controle, promovendo a otimização da informação, da alocação dos recursos públicos e, possivelmente, da arrecadação. Por outro lado, o trabalhador terá uma base única de informações, a qual poderá consultar na hora em que desejar, evitando movimentações fraudulentas e também o corre-corre atrás das empresas em que esteve empregado e, principalmente, evitando surpresas desagradáveis sobre seus recolhimentos de INSS e FGTS.



Sampaio: as ONGs devem se atentar para as regras de retenções federais e previdenciárias sobre os contratos com terceiros, e a devida informação detalhada sobre estes serviços contratados

RF: Ao simplificar esta sistemática, o governo obterá economia de recursos?

FS: Os atuais modelos e sistemas de trabalho e previdência são onerosos. Os custos de manutenção com várias fontes de informação são superiores ao custo único da EFD-Social. A carteira de trabalho é um documento que gera muitos transtornos quando é perdido. Por outro lado, muitas questões só são resolvidas diretamente nos órgãos trabalhistas, e a ideia é que o trabalhador reduza as constantes idas ao Ministério do Trabalho, Previdência Social, Caixa Econômica e Receita Federal com as informações eletrônicas sendo geradas para a EFD-Social, inclusive a resolução de várias pendências, sejam cadastrais ou de informações de contas do FGTS, de recolhimentos previdenciários e de Imposto de Renda.

RF: Que tipo de treinamento os profissionais que atuam na área contábil terão de fazer e quantas horas serão necessárias, em média, para uma capacitação suficiente?

FS: Os profissionais da área contábil, mais uma vez, terão de se atualizar com o novo modelo. Estimo que, em média, serão de 30 a 40 horas de treinamento específico. Sem contar que, desde já, um aprofundamento em questões previdenciárias, revisão das rubricas utilizadas em folha e revisão de contratos com terceiros devem ser aprofundados. O que me preocupa são as pessoas que efetuam cálculos trabalhistas, mas que não possuem conhecimento contábil, problema que ocorre muito, em todo o país. Para estas pessoas, o impacto será maior ainda, pois há muita coisa a aprender. 📖



PLANEJAMENTO PARA TECNOLOGIA

Planejar o uso das tecnologias da instituição é mais uma ferramenta de gestão que leva à eficiência das ações

Por Valter Cegal

As organizações sem fins lucrativos estão reconhecendo cada vez mais como a tecnologia pode ajudá-las a trabalhar de maneira mais inteligente, ampliar seus objetivos e, finalmente, obter mais resultados. Para preencher a lacuna entre o reconhecimento e a ação, no entanto, são necessários recursos para:

- Adquirir a tecnologia
- Implementá-la na organização
- Mantê-la em funcionamento
- Treinar a equipe para o uso adequado.

Mas, se a organização for como a grande maioria no Terceiro Setor, estes recursos provavelmente não estão prontamente à mão.

Felizmente, existem as pequenas maravilhas chamadas doações! Antes de iniciarmos o processo de captação de recursos, no entanto, temos de considerar as sugestões a seguir. Elas, provavelmente, podem poupar um tempo considerável e necessitar de menos esforço.

1. PLANEJAMENTO EM PRIMEIRO LUGAR

Um dos maiores erros cometidos na busca por doações de tecnologia está em preparar uma proposta antes de engajar-se em um cuidadoso processo de planejamento de tecnologia. Um sólido plano (que deveria ser integrado ao esforço de planejamento estratégico da organização) irá garantir uma correspondência entre as iniciativas de tecnologia que a organização propõe e de que mais precisa para avançar em sua missão. Às vezes, o resultado de um processo de planejamento de tecnologia é a percepção de que o que a organização realmente precisa não é uma nova tecnologia, mas mudanças em seus processos de organização de trabalho, diferentes alocações de tempo da equipe ou uso mais eficiente das tecnologias que já possui. O planejamento pode ajudar a estabelecer prioridades, quando (muito provável) a organização não pode executar todas as atividades de uma só vez.

Além de ser um seguro contra uma proposta que é desnecessária ou equivocada, um plano de tecnologia é cada vez mais algo que financiadores esperam ver incluídos em um projeto de captação de recursos. Tal fato reflete a apreciação do conceito dos projetos de tecnologia que não estão ancorados na missão e nas prioridades da organização.

Depois de saber quais recomendações básicas de tecnologia se encaixam na sua organização, deve-se analisar e revisar o plano com a equipe. Isso acabará por definir e preparar o cenário e facilitar seus esforços de planejamento de tecnologia.

2. PÚBLICO-ALVO

Escolha um alvo adequado e alinhado à causa de sua organização. Embora um número crescente de fundações, empresas, governos e doadores compreendam os benefícios que a tecnologia pode trazer para entidades sem fins lucrativos, alguns ainda descartam os subsídios relacionados a ela. Mas, antes de a organização mudar seu ponto de vista, deve olhar mais de perto. Existe alguma menção nas orientações para doações sobre “capacitar” ou “melhorar a eficácia organizacional”?

Em caso positivo, se o doador especifica melhorias no processo interno da organização para realizar uma doação, a entidade solicitante pode explicar sua situação em termos de capacitação. Pode comentar de maneira convincente sobre o valor de sua missão, e como sua forma atual de trabalho pode limitar a sua capacidade. Somente após esta fase, explique como uma solução de tecnologia poderia ajudar.

3. FOCANDO NA MISSÃO

Concentre sua proposta em sua missão, não em máquinas. Ao escrever o projeto, se você observar que está informando o problema em termos de ausência de alguma solução tecnológica, pare.

Só depois de fazer uma apresentação sobre seu real problema com foco na missão é que sua proposta de solução tecnológica deve entrar na discussão. Quando você finalmente apresentar a tecnologia, mantenha seu texto em linguagem acessível

Para ilustrar: digamos que você faça parte de uma equipe de serviços lutando com o problema da manutenção de registros. A falta de um sistema de gerenciamento de banco de dados não é o problema, mas sim não poder prestar serviços que necessitam de cuidado, atenção e proatividade. Em outras palavras, você não consegue realizar plenamente a sua missão em função de seu atual sistema pesado de manutenção de registros em papel.

Só depois de fazer uma apresentação sobre seu real problema com foco na missão é que sua proposta de solução tecnológica deve entrar na discussão. Quando você finalmente apresentar a tecnologia, mantenha seu texto em linguagem acessível. Não fique preso a aspectos técnicos, como “Windows 2000 Advanced Server, 256 MB de RAM, 1 MB L2 Cache, GuardianPro firewall.

Reserve tais detalhes, embora importantes, para um apêndice.

Em vez disso, dê ao leitor um retrato de como a solução vai mudar a forma e melhorar as funções da organização. Se um banco de dados de gerenciamento de casos é a solução proposta por seu grupo, dirija o leitor para uma experiência de um cliente hipotético, na sua interação com a organização, antes e depois da solução implantada. Mais uma vez, colocar a ênfase em melhorias no atendimento e valorizar a missão são mais importantes do que falar dos equipamentos. É preciso dar a devida atenção ao desenvolvimento pessoal, que sempre acompanha iniciativas tecnológicas, investir uma quantia adequada para o projeto pessoal inicial e continuar o treinamento. Caso contrário, a nova tecnologia pode não ser estabelecida.

4. OBJETIVOS CLAROS

Seja inteligente na definição de seus objetivos. Como em qualquer proposta de financiamento, as metas que você estipular em um pedido de tecnologia devem ser específicas, mensuráveis, atingíveis e relevantes. Utilizando critérios inteligentes, você pode garantir que os objetivos que estabelece são alcançáveis e, sobretudo, capazes de serem avaliados. Um objetivo que é específico, é claro e estreito. “Mover registros atuais que estão em papel para o banco de dados de gerenciamento” é um objetivo específico. “Melhorar a manutenção de registros da organização” é excessivamente amplo.

Uma meta é mensurável quando o progresso em direção a ela pode ser quantificado. “Tornar-se mais eficiente na nova gestão de cliente” é muito vago. Um objetivo possível é aquele que, embora possa ser ampliado, possui uma perspectiva realista de chegada: “A implementação do sistema de CRM dentro de nossa própria organização”. Porém, “Unir o sistema de CRM aos bancos de dados de todas as organizações parceiras do governo” pode ser excessivamente ambicioso.

Uma meta relevante é a que tem uma relação lógica com o problema identificado. Se o seu desafio é um sistema de manutenção de registros antiquados, “implementar o banco de dados” é um objetivo relevante. Mas, “reformular o site da organização” não é. Resista à tentação de transformar sua proposta em uma lista de desejos de tecnologia *all-inclusive*.

5. AVALIAÇÃO DEVIDA

Financiadores fazem doações pois querem ter um impacto positivo sobre uma causa que acham importante. A avaliação de sua proposta é o momento no qual você explica como vai determinar o impacto realizado, ou, em outras palavras, se a concessão valeu a pena.

Muitos escritores da concessão lutam com a seção de avaliação. Mas se o tempo é investido em desenvolvimento, um plano

de avaliação irá fluir facilmente, pois os objetivos claros e mensuráveis foram alcançados.

Um número crescente de financiadores quer ver a avaliação ao longo da vida do projeto, em vez de tê-la guardado para o fim. Essa é a chamada avaliação “formativa”. No final do projeto, o seu financiador provavelmente vai querer uma avaliação “somativa”. Neste ponto, tente olhar além de seus objetivos e avaliar o benefício da missão do projeto global de sua organização. Se, por exemplo, você introduziu o banco de dados, como tem melhorado a qualidade do atendimento e os resultados para os clientes? Chegar à resposta pode envolver comentários, entrevistas, grupos focais ou questionários. Além dessas dicas, não se esqueça das regras usuais de escrita para o sucesso, evitando jargões e siglas, utilizando letra legível e não deixando espaços em branco.

PRÓS E CONTRAS DE RECURSOS DE TI

Depois de identificar que tipo de especialização tecnológica uma organização está procurando, será preciso descobrir como contratar funcionários para essa atividade. Usar a tabela abaixo pode ser uma alternativa para comparar os benefícios e preocupações em relação ao uso de pessoal não remunerado e equipe paga, bem como a utilização de mão de obra terceirizada *versus* equipe de TI própria organização. 📄

Recursos de TI - Prós e contras das várias opções

Recursos de TI – Prós e contras das várias opções		
Pessoal não Remunerado	Prós	Contras
Voluntariado/Estagiário	<ul style="list-style-type: none"> a. Opção de baixo custo b. Paixão pela missão c. Se o projeto for claramente definido, pode ser de grande valia para uma organização pequena 	<ul style="list-style-type: none"> a. Confiabilidade b. Prestação de Contas c. Disponibilidade
Pessoal remunerado		
Tecnólogo accidental	<ul style="list-style-type: none"> a. Geralmente soluciona problemas simples b. Oportunidade para crescimento pessoal c. Solução de baixo custo para necessidades básicas d. Paixão pela missão 	<ul style="list-style-type: none"> a. Falta de treinamento formal b. Necessita de suporte c. Às vezes não gosta de adicionar outras responsabilidades d. Mantém o funcionário longe de outros deveres/fazeres
Técnico Generalista em TI	<ul style="list-style-type: none"> a. Dedicado para a organização b. Atendimento personalizado e compreensão das necessidades da organização c. Sempre disponível no local d. Competências especializadas 	<ul style="list-style-type: none"> a. Custo, incluindo benefícios b. Podem se especializar em uma área, mas não conseguem se aprofundar em outras áreas c. Pode ser oprimido com a rotina das tarefas de TI d. Organização pode exigir tecnólogos especializados de acordo com a necessidade do projeto e. Supervisão f. Suporte durante férias
Consultor ou empresa de TI terceirizada	<ul style="list-style-type: none"> a. Redução da despesa de TI b. Diversidade de habilidades disponível c. Possibilita que a equipe da organização possa ter maior foco da organização na missão 	<ul style="list-style-type: none"> a. Menos controle b. Não tem pessoas de TI no local da organização c. Não existe transferência de conhecimento para o pessoal da organização d. Segurança da informação e disponibilidade a longo prazo



OS ASPECTOS JURÍDICOS DO FINANCIAMENTO

Qual é o papel do Estado nos serviços prestados à pessoa com deficiência?

É natural e espontânea nossa reação de perplexidade quando nos deparamos com dedicados pais protegendo seus filhos especiais. Logo nos visita a sensação de piedade e comoção daqueles seres. Os ateus até colocam culpa no nosso Criador, sob o fundamento de que Ele não existe, pois jamais um pai lançaria um “problema” de tamanha magnitude para pessoas iguais aos seus semelhantes. A indignação é tanta que chegamos a questionar: será um castigo dos céus? Ledo engano! Lembremos as lições traduzidas por Hebreus¹: “*Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por ela alguns, não o sabendo, hospedaram anjos*”. Desta máxima, deduz-se que os filhos especiais, enfim, são anjos disfarçados e entram na vida das pessoas para trazer-lhes lições de amor.

No entanto, é notório que os cuidados aos filhos especiais são diferentes, porém não maiores que os cuidados necessários a certos “filhos espaciais”, ou seja, aqueles que vivem no mundo da lua. O verdadeiro castigo é colhido não quando se tem um filho especial, mas sim quando deixamos de educar sem o devido cuidado especial. Há filho espacial por aí: arrancando braço de gente na rua e jogando no rio, outros trocando vidas por crack, alguns matando por relógio, e outros fazendo juras de amor pela droga à custa da dignidade dos pais.

A tônica deste tema, infelizmente, leva-nos a outros questionamentos, que caminham ao lado do cuidado e do conseqüente aumento do custo de cuidar de um filho especial, dada a sua especificidade, e aí a nuance sai do campo familiar e chega ao campo da política pública. Em nível nacional, o último Censo apontou, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que, no Brasil, 14,5% da população possui alguma restrição física, motora, intelectual ou sensorial. Apenas em São Paulo, segundo a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, há cerca de 1,1 milhão de paulistanos, ou 10,9% da população da cidade, que possuem alguma deficiência.

Diante deste cenário, quando o assunto é educação, guardada a contribuição de algumas iniciativas privadas, a vida da maioria dos pais de filhos especiais tem se tornado uma verdadeira maratona, pois ainda que possuam recursos está cada dia mais difícil encontrar escolas preparadas para recebê-los, e a explicação é que não têm condições econômicas, tampouco estrutura e preparação, para os cuidados necessários, a exemplo de obrigação legal.

Em face de tais desencontros de razões, o assunto tem virado palco de acaloradas discussões na seara judicial, sendo que de um lado estão os pais, que postulam uma vaga e os peculiares cuidados aos seus filhos. De outro, a escola privada, que tem disponibilizada a vaga, porém, sem a garantia de oferta do cuidado adequado, quanto menos de custear uma cuidadora para cada aluno.

Já o Estado se omite em tal batalha, e o Judiciário acaba colocando a mão pesada na decisão, quer por iniciativa das defensorias públicas, quer por meio do Ministério Público.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por exemplo, está convocando algumas instituições privadas para uma mediação extrajudicial, no sentido de que a escola privada banque o custo de uma acompanhante em tempo integral para o especial e rateie tal custo para todos os demais alunos, sob pena de judicialização da matéria.

Para tentar desanuviar esse imbróglio é sempre bom refletir sobre algumas relevantes disposições legais e suas conseqüências.

TEMÁTICA JURÍDICA

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na construção de políticas de Estado, a qual é diametralmente diferente das políticas de governo, uma vez que devem ser perenes e sustentáveis, pois regulam, entre outros assuntos, a causa e a fonte das nuances sociais e de direitos humanos, tal como o direito das pessoas portadoras de deficiência.

Assim, não é exagero concluir que cabe ao Estado: cuidar da saúde, da proteção e das garantias, entre elas de habilitação e

¹13:12.

reabilitação, bem como de assegurar o direito à educação das pessoas portadoras de deficiência.

De outro lado, também é verdadeira a afirmação que cabe a entidades não governamentais, entre elas as associações, fundações e organizações religiosas com atividades híbridas, participar da missão do Estado, assegurando à criança, ao adolescente e ao jovem, incluindo os portadores de deficiência, o direito, entre outros, à saúde e à educação, conforme se observa na mesma Carta Constitucional, ora transcrita nos artigos 205 e 227.

No quesito da educação inclusiva da pessoa portadora de deficiência, são deveres da instituição de educação privada promover os recursos de acessibilidade e pedagógicos, inclusive os serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), conforme se verifica na regulação contida no Decreto 5.296/04.

Contudo, resta examinar se cabe à fundação ou à associação de educação financiar os serviços especiais.

FINANCIAMENTO DO ACOMPANHANTE EM TEMPO INTEGRAL

Apesar das obrigações que a instituição tem na saga da promoção e da educação das pessoas portadoras de deficiência, em pé de igualdade com os demais, entendemos que o financiamento de seu acompanhante dentro da escola em tempo integral, como anseia a defensoria pública mineira, foge da obrigação da iniciativa privada por uma única razão: não há previsão legal a tal respeito.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, da qual o Brasil é signatário por meio do Decreto 6.949/07, impõe que os Estados Parte assegurem sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, e que as adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas.


O Decreto presidencial nº 7.611/11, reconhecendo a Convenção, impõe que é dever do Estado a educação das pessoas público-alvo da educação especial, porém, regula que a União prestará apoio técnico e financeiro para entidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Diante de tais considerações, entendemos que cabe às associações e fundações atenderem aos parâmetros nacionais de educação, entre eles a acessibilidade e o programa pedagógico especial aos portadores de deficiência. Porém, não cabe a elas financiar o acompanhante do portador de deficiência, por se tratar de um dever do Estado.

No entanto, é importante assinalar que se a fundação ou a associação estiver conveniada com o Estado, recebendo dele recursos para tal inclusão, mesmo que seja do FUNDEB, como prevê o 6.523/07, art. 14, ela passa a ser obrigada a honrar com os custos do acompanhante, pois, neste caso estará apenas funcionando como intermediadora, haja vista que o recurso é originário do Estado.

Em homenagem à cidadania, cabe às fundações e associações buscarem a sinergia com o Estado, para que possam administrar o recurso público.

De uma forma ou de outra, é necessário buscar uma saída e, parafraseando Norberto Bobbio:

“Acreditamos saber que existe uma saída, mas não sabemos onde está. Não havendo ninguém do lado de fora que nos possa indicá-la, devemos procurá-la por nós mesmos. O que o labirinto ensina não é onde está a saída, mas quais são os caminhos que não levam a lugar algum”. 

CARTA POLÍTICA

Art. 23	É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
Art. 203	Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
Art. 205	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
Art. 208.	O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
Art. 227	§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.



APOSENTADORIA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Aposentadoria virá mais cedo para pessoas com deficiência. Aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, a proposta permitirá que este benefício seja obtido com menos tempo de contribuição à Previdência Social. No caso por idade, será possível solicitá-la cinco anos antes do prazo atual. Para os casos de deficiência grave, o tempo de contribuição exigido para aposentadoria integral de homens passa dos 35 para os 25 anos; e de mulheres, de 30 para 20 anos. Quando a deficiência for moderada, as novas condições para aposentadoria por tempo de contribuição passam a ser de 29 anos para homens e de 24 para mulheres. Caso seja leve, esse tempo será de 33 anos para homens e 28 para mulheres.

O benefício de aposentadoria por idade também poderá ser requisitado, independentemente do grau de deficiência, com cinco anos a menos que a idade exigida atualmente, de 65 anos para homem e 60 para mulher. Nesse caso, tanto o homem quanto a mulher com deficiência deverão ter contribuído por, no mínimo, 15 anos. O texto aprovado é o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar 277/05, do ex-deputado Leonardo Mattos. Um regulamento do Ministério da Previdência disciplinará como ocorrerão as avaliações médica e funcional da deficiência.

www.camara.gov.br

SEM DIREITO A SEGURO-DESEMPREGO

Um indivíduo trabalhando há menos de 30 dias na empresa não tem direito ao seguro-desemprego. Este foi o entendimento da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que negou recurso de uma trabalhadora alegando direito à indenização substitutiva do seguro-desemprego. Os magistrados entenderam que o empregador não tem a obrigação de entregar as guias para obtenção do seguro-desemprego à trabalhadora, visto que ela trabalhou por menos de 30 dias na empresa reclamada e não comprovou que à época da dispensa fazia jus à percepção do benefício. Portanto, não tem direito à respectiva indenização substitutiva.

www.trtsp.jus.br

TRABALHO DE MENORES

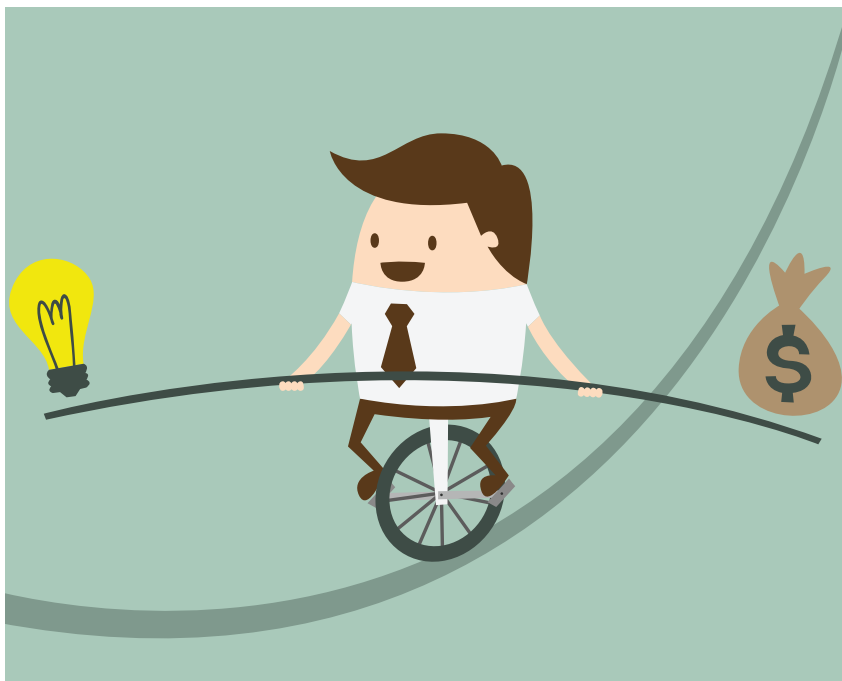
A idade mínima para o trabalho de menores poderá ser alterada dos atuais 14 aos 16 anos, caso seja aprovada, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4968/13, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ). A proposta modificará o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O parlamentar argumenta que a Constituição proíbe o trabalho de menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14. No entanto, esta exceção continua prevista no ECA. A proposta também revoga os artigos da CLT, os quais preveem a possibilidade de alvará judicial que autorize o trabalho antes da idade permitida. Determina ainda que uma parte da remuneração do menor seja depositada em caderneta de poupança. A criança e o adolescente ainda deverão ter total assistência médica, odontológica e psicológica. Quem apresentar desempenho escolar ruim terá de abandonar a tarefa.

www.camara.gov.br

GINÁSTICA LABORAL GERA HORAS EXTRAS

As organizações sociais e as empresas que realizam programas de ginástica laboral devem ficar atentas. Os minutos gastos com este tipo de atividade, quando superado o limite de 10 minutos, previsto no artigo 58, parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são considerados tempo à disposição do empregador. A Justiça do Trabalho de Minas Gerais reconheceu o direito de um trabalhador de uma companhia siderúrgica a receber, como extra, o período gasto antes do início da jornada com a ginástica laboral instituída pela empregadora. Foi apurado que o tempo despendido pelo trabalhador para o exercício dessa ginástica não era registrado no cartão de ponto, fazendo com que os magistrados entendessem que ele fazia jus às horas extras correspondentes. Os magistrados mantiveram a condenação ao pagamento de horas extras, apenas reduzindo seu montante para 20 minutos diários, três vezes por semana, conforme demonstrado pela prova testemunhal.

www.trt3.jus.br



RECEBIMENTO SIMULTÂNEO DE ADICIONAIS

Os trabalhadores com direito aos adicionais de periculosidade e insalubridade poderão recebê-los cumulativamente, caso o Projeto de Lei 4983/2013, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), seja aprovado. O texto alterará a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que atualmente obriga o trabalhador a optar por um deles. O parlamentar alega que os valores devem ser pagos se houver exposição do trabalhador a ambas as situações de risco: ambiente de trabalho sob a incidência de agentes nocivos à sua saúde e atividade desenvolvida em condições que põem sua vida em risco. O projeto foi apensado ao PL 2549/92, do Senado, que está tramitando no Congresso há 21 anos, e vai à votação no Plenário.

www.camara.gov.br



EMPREGADO DOMÉSTICO

Pessoas físicas poderão deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda as despesas com salários de empregados domésticos, desde que recolham os direitos trabalhistas e os encargos previdenciários do funcionário. A proposta está prevista no Projeto de Lei 4971/2013, do deputado Izalci (PSDB-DF), e tem o objetivo de ajudar a incrementar o número de contratações legais de empregados domésticos. O texto do Senado tramita em regime de prioridade nas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br

REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES AO FGTS

Empregadores que não repassarem à Caixa Econômica Federal, no prazo legal, as contribuições ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), recolhidas dos contribuintes, poderão ser processados e presos por crime de apropriação indébita. A proposta está no Projeto de Lei 4804/12, do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), e também aumenta a multa a ser paga em benefício do trabalhador para esses casos, de 5 e 10% no mês de vencimento e no seguinte, para 50 e 100%, respectivamente. O texto altera o Código Penal e sujeita o infrator à pena de reclusão de dois a cinco anos. A proposta será analisada pelas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

www.camara.gov.br



TÁXI PARA CADEIRANTES

O Projeto de Lei (PLS 12/2012), que obriga as empresas e cooperativas de táxi, com frota de 20 ou mais veículos, a terem pelo menos 5% de seus carros adaptados para o transporte de passageiros cadeirantes, poderá virar realidade, caso seja aprovado no Senado. O objetivo é permitir que cadeirantes embarquem e desembarquem do automóvel sem a necessidade de serem retirados de suas cadeiras de rodas. O projeto altera a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A proposta será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

www.senado.gov.br

GINÁSIOS ADAPTADOS

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a obrigatoriedade de adaptar para pessoas com deficiência qualquer obra de construção, ampliação ou reforma de ginásios esportivos. A medida vale para arenas públicas e privadas, que deverão ter instalações, equipamentos esportivos, vestiários e sanitários acessíveis aos para-atletas. Deverão ser atendidos os critérios de acessibilidade previstos na Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais de acessibilidade, de forma que a pessoa com deficiência possa praticar atividades esportivas, seja por lazer ou visando sua participação em eventos desportivos, em espaços a serem utilizados por todas as pessoas. Os ginásios públicos já construídos deverão ser adaptados às pessoas com deficiência. A proposta ainda terá análise conclusiva das comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

www.camara.gov.br



DOENÇA OCUPACIONAL

O período de afastamento do empregado por motivo de acidente de trabalho ou doenças ocupacionais a ele equiparadas é considerado como de serviço para efeito de recolhimento dos depósitos do FGTS. Por não ter observado essa regra, uma empresa de cerâmica foi condenada a recolher, na conta vinculada de uma empregada, o FGTS do período em que ela ficou afastada por doença, até que recuperasse a capacidade de trabalho. A perícia médica constatou que a trabalhadora possui uma doença que diminui sua capacidade para trabalhos manuais exigentes do uso de sobrecarga de membros superiores. Além disso, a doença foi agravada pelo trabalho desenvolvido na cerâmica. O juiz entendeu que a enfermidade é de índole ocupacional, portanto a prestação de serviço foi um fator importante para o desencadeamento ou agravamento da doença, equiparando a doença ao acidente do trabalho.

www.trt3.jus.br

DEMISSÃO ILEGAL

Pessoas com necessidades especiais contratadas pelo sistema de cotas só podem ser demitidas caso o empregador contrate substituto, nas mesmas condições, para o mesmo cargo. O entendimento é da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determinou a reintegração ao emprego de uma bancária – vítima de amputação traumática – demitida em 2008. O banco foi condenado, ainda, ao pagamento dos salários vencidos e vincendos, das vantagens correspondentes, além dos benefícios a que a trabalhadora teria direito se estivesse em atividade. De acordo com a lei, empresas com 100 ou mais empregados estão obrigadas a preencher entre 2 a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, e a dispensa imotivada poderá ocorrer somente após a contratação de um substituto de condição semelhante.

www.tst.jus.br

.....

1 É possível que uma Oscip possua mais de um termo de parceria de forma simultânea?

R: *Sim. É plenamente possível o encaminhamento de projetos simultâneos. Inclusive, o Decreto nº 3.100/99, que regulamenta as Oscips, prevê no artigo 16 que é possível a vigência simultânea de um ou mais Termos de Parceria, ainda que com o mesmo órgão estatal, de acordo com a capacidade operacional da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.*

.....

2 Existe alguma regra própria que regulamente de forma específica o reajuste salarial dos empregados do terceiro setor?

R: *Não. O reajuste salarial no Terceiro Setor deverá respeitar o acordo coletivo firmado relativo à categoria, lembrando que já existem sindicatos de entidades filantrópicas.*

.....

3 Existe vedação ou proibição legal de que uma entidade sem fins lucrativos comercialize sua produção própria emitindo nota fiscal?

R: *Respondendo ao seu questionamento acerca da possibilidade de uma entidade sem fins lucrativos que produza produtos comercializá-los e emitir nota fiscal, inexistente impedimento legal desde que o produto obtido com esta atividade seja integralmente revertido para a consecução das finalidades da entidade.*

.....

4 Minha instituição atua na área da educação e concede bolsas de estudos a alunos carentes. Além das bolsas de estudo, concedemos também o material didático. É possível incluir os valores gastos para aquisição do material didático no cálculo da gratuidade para fins de manutenção do CEBAS?

R: *Cara leitora, de acordo com o artigo 14 da Lei 12.101/09, a bolsa de estudo refere-se apenas à semestralidade ou anuidade. A parte final do mesmo artigo de lei veda a cobrança de taxa de matrícula, bem como o custeio de material didático. Contudo, caso a entidade esteja com*

dificuldades na aplicação de 20% da sua receita anual em gratuidade para fins de manutenção do Cebas, o § 3º do artigo 13 da citada lei possibilita que este percentual seja complementado com programas de apoio a alunos bolsistas, tais como transporte, uniforme, material didático, além de outros, definidos em regulamento até o montante de 25% da gratuidade prevista em lei, ou seja, 20% da receita anual.

.....

5 Com a publicação da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002, a qual se dirige às entidades sem finalidade de lucro, gostaria de saber se como uma Oscip esta norma contábil se aplica à minha instituição?

R: *Sim, se aplica, posto que a citada resolução, já em seu item 2, estabelece que a entidade sem finalidade de lucro pode ser constituída sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social entre outras. Assim, a Lei 9.790/90 (Lei das Oscips), em seu artigo 1º, afirma que podem se qualificar como Oscips, as pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, as associações, as sociedades e as fundações, conforme elencado pelo artigo 44 do Código Civil. Portanto, para fins contábeis, sua instituição deve observar o disposto na Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.*

.....

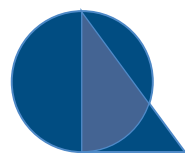
6 Por que uma instituição social, que desenvolve eminentemente um trabalho de caráter público, deve observar a Lei de Cotas de portadores de necessidades especiais?

R: *Em relação ao caráter social destas instituições, ao se apresentarem perante seus empregados, estas assumem a condição de empregador. O parágrafo 1º do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) as equiparam aos empregadores que têm finalidade econômica, isto é, que visam lucro. Portanto, a instituição de caráter social com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2 a 5% de seus cargos com pessoas portadoras de necessidades especiais, sob pena de serem autuadas pelo Ministério Público de Trabalho ou pelas Delegacias Regionais do Trabalho.*

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**



Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



TERCEIRO SETOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ação intersetorial deve ser pensada em prol da sociedade

O artigo 3º da Constituição Federal define que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Portanto, somente teremos uma sociedade mais justa, fraterna e solidária quando esses propósitos forem alcançados. Assim, toda a população é convocada diariamente a prestar seu empenho e sua dedicação para o desenvolvimento social do Brasil, especialmente das pessoas.

Para que o Brasil possa atingir os objetivos propostos em sua Carta Magna, é essencial e fundamental que se coloque em prática os postulados contidos no artigo 6º da Constituição.

Quais são esses postulados? Que sejam garantidos aos cidadãos os direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Para que a sociedade possa atingir a promoção social de seu povo, forças de coletividade devem fazer um trabalho sintonizado e voltado ao bem comum.

Esse trabalho deve ser primeiramente assumido pelas próprias pessoas no cumprimento de seus deveres e no exercício de sua cidadania. O Estado foi criado para o bem e a promoção das pessoas, e não as pessoas para o bem do Estado. Foi iniciado para servir a coletividade na promoção do bem comum, na prática da justiça e na felicidade das pessoas. Dentro dessa visão, tem o dever de ser honestamente administrado e estar atento às necessidades da sociedade.

O Estado por si só nada pode fazer. Precisa da ação conjunta com a sociedade organizada. Desse modo, aqui entra a figura do Terceiro Setor, que é constituído por pessoas que se organizam em jurídicas, como entidades sem fins lucrativos que unicamente objetivam a promoção da coletividade.

A ação do Terceiro Setor é realizada por meio de associações, fundações e organização religiosas. Entende-se também que os partidos políticos se constituem como organização do Terceiro Setor, devido às suas finalidades essenciais. Enfim, todas as instituições que agem na sociedade com o objetivo da promoção da pessoa humana

Para que a sociedade possa atingir a promoção social de seu povo, forças de coletividade devem fazer um trabalho sintonizado e voltado ao bem comum

para que esta possa exercer integralmente sua cidadania, sem fins lucrativos, constituem-se em organizações do setor mencionado.

No que concerne à responsabilidade social, todas as pessoas, físicas e jurídicas, possuem o seu quinhão de responsabilidade. As empresas no seu relacionamento com a sociedade, com o Estado e com as pessoas, em suas individualidades, têm enorme papel nisso.

É fundamental e essencial que as empresas tenham lucro em suas finalidades como elemento propulsor e mantenedor de suas atividades e de reaplicação na sociedade, com instrumento multiplicador de ações promocionais e sociais do próprio povo. Este lucro deve ser justo e nunca abusivo, ganancioso e explorador das pessoas. O Estado é o grande instrumento da ação social e promocional da sociedade, razão pela qual deve possuir uma política honesta, transparente e eficaz, efetivamente voltada para o bem das pessoas e da sociedade.

O Estado deve e tem a obrigação de ter uma gestão transparente, fiscalizada e auditada pelo Tribunal de Contas. Não pode e não deve se constituir meramente num órgão de arrecadação financeira mau gestor de recursos públicos.

A iniciativa privada, constituída por pessoas jurídicas sem fins lucrativos, possui interesse social e atua em benefício da sociedade. Essas entidades têm uma função social da mais alta relevância. Suas atividades são tipicamente de interesses público e coletivo, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado.

É importantíssimo que o Estado estimule e ajude as organizações de entidades sem fins lucrativos, não dificultando sua ação promotora ou criando dificuldades à sua existência. Lamentavelmente, o mesmo tem criado inúmeros obstáculos à manutenção dessas entidades devido às burocracias estatal e fiscal.

É necessário que o Estado colabore, ajude e fiscalize a ação social das entidades do Terceiro Setor, atuando em sua missão e ação, mas não dificultando sua existência e gestão. 🇧🇷



INSTITUTO
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br

MULTIPLICANDO O SUAS



AJUDA-ME A CONVIVER

Quando Eduardo Galeano publicou seu genial *Livro dos Abraços* (1991), ele nos desposou a uma maviosa e heterodoxa perspectiva de ainda crer no mundo como um bom lugar para se viver. Confirmava-se ali mais um autor do gênero “*soy loco por ti América*”, que expunha ao restante do mundo a verve resistente do cone Sul, iniciada 20 anos antes com sua obra-prima, as *Veias Abertas da América Latina*.

O *Livro dos Abraços* é lírico, simétrico e político. É um pequeno tratado das relações interpessoais que se projetam na convivência coletiva. Várias de suas histórias, por assim dizer, parábolas, apontam caminhos, revelam segredos e afixam valores e

seguranças. Da alegoria de velozes histórias, surge o simbolismo da sociedade humanamente viável, apesar das pressões desajustadas do consumismo contemporâneo.

A despeito de seus escritos anteriores, é com essa colagem de ideias e potentes reflexões que o uruguaio Galeano seduz e se faz seguir pelos fieis herdeiros de sua doutrina humanista, todos crentes de que a utopia serve principalmente para nos fazer avançar e caminhar para o horizonte das certezas construídas no dia-a-dia em sociedade.

Uma das mais conhecidas microsituações narradas no livro apresenta Diego e seu pai. O primeiro, ainda menino, não conhecia o mar. Decidido a encerrar aquele suplício, seu pai o



conduz em uma longa e cansativa viagem para encontrar-se com o oceano, sumariamente apresentado pela sua condição de intraduzível por escrito, um mundo paralelo de beleza, poder e mistérios.

Descortinado o mar, o efeito no menino é quase catatônico. Estupefato, ele não se sente seguro para entender por si só aquela cena e sua novidade sem limites. No amparo das mãos dadas com o pai, Diego recorre à segurança de seu protetor e pede: ajuda-me a olhar.

A simples descrição no texto de Galeano nos faz lembrar a mordaz sensação daquelas tiras na última página dos antigos gibis. Certo, conciso e exato, nos diziam tudo no mais exíguo espaço e selavam nossas aquisições daquela leitura.

A esteira literária de Eduardo Galeano e seu personagem Diego remetem à analogia das seguranças sociais, as quais atualmente nos instigam pela novidade que ainda são no ambiente jurídico da assistência social brasileira.

O tema, além de recente, é novo em um contexto cravado de contradições, que variam desde modelos de atendimento ainda disponíveis para a população à falta de entendimento suficiente dos atores envolvidos para que os novos ideais de seguridade social se estabeleçam na sociedade.

Na Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 2009, que trata de tipificar os serviços socioassistenciais brasileiros, surgiu uma preocupação ímpar. Além de esquadrihar conceitualmente o que deve ser o serviço a ser disponibilizado à população, o público destinatário e a hierarquização de categorias de atendimento, conforme a demanda e a finalidade de superação da vulnerabilidade apresentada, a resolução aponta os resultados que esse conjunto de procedimentos deve produzir.

Essa visão de efetividade do sistema coloca em discussão dezenas de anos de história da política de assistência no Brasil, de maneira simples e objetiva, com um questionamento: qual deve ser o resultado da assistência social?

Para além dos cursos de bugigangas, de panos de prato mal diagramados e do indefectível tapete com a tecnologia do fuxico, que ainda grassam em profusão pelas entidades e seus grupos de mães, a política de assistência quer assegurar a seu usuário algumas aquisições que lhe encham os olhos e a mente de cidadania. Estas devem causar o impacto do mar de direitos que são devidos ao usuário como cidadão e a conclusão tácita de que não há país civilizado sem uma política de seguridade social bem definida, conhecida e a serviço da sociedade.

Para isso, a resolução prescreve às organizações que executam os serviços socioassistenciais o compromisso e a responsabilidade diante de seus participantes, a fim de que estes, ao saírem dali, façam-no com algo adicional ao que trouxeram, especialmente à posse de elementos estruturantes a partir dos quais sejam

Essa visão de efetividade do sistema coloca em discussão dezenas de anos de história da política de assistência no Brasil, de maneira simples e objetiva, com um questionamento: qual deve ser o resultado da assistência social?

promovidas as mudanças efetivas em seus modos de vida.

Portanto, além de tornar reconhecível e de fácil identificação pela sociedade quais são os serviços socioassistenciais disponíveis, a Política de Assistência Social se adianta em apontar à rede de promoção os ganhos do processo, no formato de aquisições e seguranças para quem, eventualmente, não compartilhava antes.

A primeira segurança, a de acolhida, compromete o executor do serviço a oferecer ao usuário propostas qualificadas de atividades,


desenhadas com esmero planejamento, as quais devem considerar o contexto, a trajetória e o perfil dos indivíduos, sobretudo os pontos que vêm ao encontro de seus interesses, códigos de conduta e promessas trazidas ao nascer. A segurança de acolhida remete às boas vindas e à razão de se preparar para isso. Realiza-se no ponto de partida da ação e determina sua continuidade, influenciando em sua conclusão.

A segurança dos convívios familiar e comunitário traz à tona um dos principais nortes da proposta da seguridade social, que é o envolvimento significativo das famílias dos usuários do serviço nas atividades e o respectivo espaço da comunidade como recurso de significação das propostas de trabalho desenvolvidas.

Essa segurança reserva ao serviço ofertado reavivar a alma das localidades, da familiaridade das crianças e adolescentes, do sentimento de raiz para com sua gente e seu território; portanto, o punhado de elementos que nutriram nossos primeiros passos e são a célula-tronco para nos salvar da negação de pertencimento.

A terceira segurança de desenvolvimento da autonomia sistematiza as anteriores e coloca a criança e o adolescente do serviço como corresponsáveis por suas atividades, quando estes têm a oportunidade de compartilhar seus saberes, fazeres e quererem como repertório do serviço.

A tenra idade e o pleno rebuliço hormonal causam ao ser humano infantojuvenil uma força indestrutível, a imortalidade sazonal, que nos impele à iniciativa, ao arrebatamento, às descobertas e ao protagonismo. Esse ímpeto criador solicita das gerações adultas parâmetros, viabilidades inéditas de participação social desse jovem, em benefício da coletividade e de sua própria geração.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com suas seguranças expressas nos serviços tipificados, precisa de nosso esforço e compromisso. Necessita da poesia e da prosa do cotidiano dos serviços para consolidar uma prática política de assistência social, que se inspire de direitos diariamente, como uma onda que conta o tempo em repetições garantidas, mas nos surpreende toda vez que mostra sua plenitude de transformação. 



A ACOLHIDA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL

Por Luziele Tapajós

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

As alterações substantivas ocorridas nos últimos anos na concepção e estruturação da política de assistência social comprovam seu claro deslocamento para o campo da política pública. Esta mudança teve início em 1988, com o seu reconhecimento constitucional como área de seguridade social, atestando-se na formação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atualmente está em franco estágio de consolidação no Brasil.

Uma das maneiras de compreender a importância dessas mudanças é aprofundar-se no significado do conjunto de seguranças sociais que delimitam as bases desta política pública. É um arco de coberturas do campo da proteção social, as quais reduzem ou previnem riscos e vulnerabilidade, bem como necessidades emergentes ou permanentes dos usuários ou potenciais usuários da assistência social. Nesta nova perspectiva, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004), a proteção

social deve garantir segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia), acolhimento e convívio ou vivência familiares. A confiança de acolhimento e a ação do controle social são interesses dos comentários no presente artigo.

A segurança da acolhida é uma característica no campo mais específico da provisão de necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, abrigo etc. Deve ser compreendida na dimensão de sua complexidade, visto que a autonomia do usuário (e de sua família) deve estar na base das ações desencadeadas para o alcance deste fundamento.

Neste sentido, para a atuação neste campo, algumas condições foram fornecidas pela PNAS 2004, devido ao fato de que é imperativo que sejam aportados nos serviços benefícios, projetos ou programas socioassistenciais, garantindo acolhimento à circunstâncias para a reconstrução da autonomia e da perspectiva de protagonismo dos usuários e de suas famílias.

Também é importante realizar a conexão da segurança de acolhida com duas deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, que podem servir de sustentação às análises relacionadas à segurança de acolhida: os direitos socioassistenciais e a tipificação de serviços socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS 09/2009).

Com relação ao leque dos dez direitos aprovados na V Conferência Nacional de Assistência Social de 2005, é necessário proceder a um corte estratégico para a atual avaliação. Aborda-se especificamente os direitos socioassistenciais, os quais determinam que todos os cidadãos devem ter a garantia de seu atendimento, visando à acolhida que este tem direito, sem perder de vista sua autonomia e seu protagonismo, conforme mostrado:

“[...] 4. Direito à igualdade, do cidadão e cidadã, de acesso à rede socioassistencial: direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: direito, do usuário e usuária, à rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive para os usuários com deficiência e para os idosos.

[...]

7. Direito à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: direito, do cidadão e cidadã,

“Não se pode conceber, sob qualquer ângulo, que frágeis soluções imediatistas ou institucionalizantes sejam sempre e prontamente identificadas (ou confundidas) com atos que garantam a segurança de acolhida

à melhor qualidade de vida garantida pela articulação intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna, trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável”.

Esses três direitos socioassistenciais apresentam noções centrais quando o interesse é discutir ações relacionadas à segurança de acolhida ou avaliá-las: o acesso à rede socioassistencial com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um; o acolhimento sem deixar de considerar que o usuário deve ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas e o direito a ser atendido intersetorialmente para que as necessidades coletivas sejam atendidas e levem à melhor qualidade de vida.

Não se pode conceber, sob qualquer ângulo, que frágeis soluções imediatistas ou institucionalizantes sejam sempre e prontamente identificadas (ou confundidas) com atos que garantam a segurança de acolhida, tão fundamental para os usuários da política de assistência social. Deste ponto de vista, considera-se fundamental examinar todas essas vertentes quando a questão for fiscalizar e analisar, de acordo com o controle social, as ações de tal campo de atuação dentro da política de assistência social. A segurança de acolhida não pode ser apenas relacionada com o ato do acolhimento institucional, sendo este apenas um aspecto da segurança.

A tipificação dos serviços socioassistenciais, da Resolução CNAS 09/2009, por sua vez, é um grande divisor de águas ao definir quais regulamentam, pois refletem as seguranças sociais afiançadas na PNAS 2004. Definição e orientação reguladas dos serviços socioassistenciais são fatos históricos de importante significado e são sinais da consagração dos direitos sociais conquistados. É nesta caracterização que se encontra a indicação da segurança de acolhida como uma aquisição efetiva dos usuários da política de assistência social, seja nos termos da proteção social básica ou especial de média ou alta complexidade. Por isso, aponta-se a tipificação como uma baliza sob a qual se deve realizar qualquer análise sobre os serviços que garantam o acolhimento na assistência social. O documento designa como tal segurança



deve ser garantida em cada serviço socioassistencial e a proporcionalidade deste atendimento, considerando as especificidades dos diferentes serviços. Entretanto, também estão padronizados os termos e as condições para que a segurança de acolhida seja garantida aos usuários da assistência social.

Percebe-se que, no que se refere aos serviços de proteção social básica, a acolhida refere-se ao aceite de demandas, interesses, necessidades e possibilidades, visando ao atendimento dos usuários em ambiente digno e acolhedor e preservando a privacidade do usuário. Portanto, acolhimento significa respeito às demandas e interesses do usuário e do trabalho social para seu empoderamento e protagonismo.

Quanto ao atendimento no campo da proteção social especial, de média complexidade, a acolhida deve representar, para além do amparo em condições de dignidade, a reparação ou minimização de danos por vivências de violações e riscos, dentro do respeito à privacidade e garantia de efetividade nos encaminhamentos. Ainda nesse campo de proteção social, deve significar a oportunização das condições de expressão e diálogo e motivação para que o usuário possa manifestar suas necessidades e interesses. Destaca-se o

serviço especializado para a população em situação de rua, no qual a acolhida resgata condições de dignidade e garantia de reparação dos danos ocasionados por vivência de violência ou abusos, além, efetivamente, do acesso a abrigo e alimentação adequados.

A respeito dos serviços socioassistenciais tipificados como tendo proteção especial de alta complexidade, pode-se denotar que a segurança de acolhida a ser afeiçoada ao usuário possui contornos muito específicos e bem definidos, pois a atenção diferencia-se, visto que o tipo de serviço prevê o ato do acolhimento do usuário em unidades especialmente preparadas para tal. Neste, o acolhimento acontece de forma diferenciada, dependendo da demanda.

No serviço de acolhimento institucional, indicado a usuários com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a acolhida pode acontecer em diferentes equipamentos desde que garanta proteção integral com privacidade e respeito aos costumes, às tradições, aos ciclos de vida, aos arranjos familiares, à raça/etnia religião, ao gênero e à orientação sexual. Neste contexto, acolher significa promover o acesso ao abrigo em espaços, com condições de dignidade,

Além do serviço de acolhimento institucional, a proteção social especial de alta complexidade prevê aquele em repúblicas e em famílias acolhedoras. Para estes também está especificado que o acolhimento deve ter características padronizadas, respeitando os ciclos de vida e as diferentes situações em que o usuário se encontra

padrão de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitação, salubridade, segurança e conforto, além de assegurar alimentação e garantir respeito e privacidade.

A tipificação dos serviços socioassistenciais descreve detalhadamente como deve ser o acolhimento institucional aos diferentes ciclos de vida e às situações específicas dos usuários, além do tipo de trabalho social indicado para cada atendimento a ser realizado. Tais etapas são direcionadas à atuação dos profissionais, sendo que a mesma começa na recepção do usuário, chegando ao detalhamento do trabalho interdisciplinar e das práticas de estímulo aos convívios familiar, grupal e social; da identificação da família extensa ou ampliada; da mobilização para o exercício da cidadania; da articulação da rede de serviços socioassistenciais; da articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa dos direitos; da articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; do monitoramento e da avaliação do serviço; da organização do banco de dados e de informações sobre o serviço, sobre as organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos. Ainda define quais tipos de equipamentos são indicados para cada atendimento.

Além do serviço de acolhimento institucional, a proteção social especial de alta complexidade prevê aquele em repúblicas e em famílias acolhedoras. Para estes também está especificado que o acolhimento deve ter características padronizadas, respeitando os ciclos de vida e as diferentes situações em que o usuário se encontra.

No caso do serviço de acolhimento em repúblicas, a acolhida representa apoio e moradia subsidiada a usuários em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco social, sem garantia de prover condições de vida a si próprios.

É uma atividade que pode ser prestada a diferentes segmentos, dependendo da demanda, e que visa à redução da presença de usuários em situação de abandono, de vulnerabilidade e de risco social e à construção da autonomia.

O serviço de atendimento em famílias acolhedoras é específico para o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, e possui um regimento muito definido e extenso que precisa observar a singularidade do atendimento e a especificidade deste ciclo de vida.

É importante destacar que os parâmetros para a compreensão e para a análise sobre a prática do acolhimento, que culmina com a garantia da segurança de acolhida, estão delineados não apenas nos documentos rapidamente mencionados neste breve artigo, mas em outros que dão o suporte necessário para tal.

Nos termos colocados é imperioso reforçar que:

- A compreensão da segurança de acolhida não pode ser reduzida à atenção institucional ou ao atendimento a um segmento de usuários como a população de rua, por exemplo. Ainda que seja composto destas provisões, o acolhimento pode ser garantido no campo das proteções sociais básica e especial, pois está designado nos direitos socioassistenciais e demonstrado na tipificação de tais serviços.
- A segurança de acolhida está diretamente relacionada com a conquista da autonomia e do protagonismo, por mais complexa que seja essa relação.
- O acolhimento, uma forma de garantir a segurança de acolhida, deve ser efetivado tomando por base os padrões definidos e aprovados pelo CNAS, sendo no caso a tipificação dos serviços socioassistenciais.
- A análise e o acompanhamento dos serviços socioassistenciais relacionados à acolhida precisam pautar-se nos padrões estabelecidos pela tipificação e pela documentação orientadora sobre o assunto.

A ação do controle social, portanto, no ato de fiscalizar e analisar as ações referentes à segurança de acolhida, deve ser sempre moderada com as balizas claras das resoluções do CNAS, das orientações técnicas advindas dos órgãos gestores, tendo como horizonte o impacto esperado desta segurança de proteção social assegurada pela PNAS na vida dos usuários. ■

REFERÊNCIAS

BRASIL. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. PNAS-2004 – Política Nacional de Assistência Social. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

_____. NOB-2005 – Norma Operacional Básica do Suas. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

_____. V Conferência Nacional de Assistência Social, SUAS-Plano 10. Brasília. Anais... Brasília: CNAS, 5 a 8 de dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 23 mai. 2013.



OS FRUTOS DA COMUNICAÇÃO PARA AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Por Dario Vedana

*Uma ideia fraca que gera entusiasmo irá muito mais
adiante do que uma grande ideia que não inspira ninguém*
Mary Kay Ash

Como transmitir os valores de uma causa para criar vínculo longínquo com as pessoas? Esta é uma das principais perguntas dos profissionais de comunicação e marketing, diante de um cenário em constante transformação impulsionado pelas mudanças de legislação na área social, dos interesses das pessoas e da própria tecnologia.

Com o grande volume de informação diário, de que forma uma causa pode ser vista ou lembrada? Quais são as atividades e os investimentos-chave necessários para despertar o interesse de um financiador e criar um vínculo emocional com ele? Para responder a esses questionamentos, é crucial fazer uma análise interna para entender as forças e fraquezas da organização: o que se faz bem, onde é preciso evoluir ou fazer mudanças. Depois disso, é possível “olhar para fora” e mapear oportunidades e ameaças.

Tal exercício vai contribuir para (re)descobrir a razão de existir da entidade socioassistencial. Quando a missão e os valores estão muito claros e domina-se o território de inserção da entidade, é possível definir o posicionamento geral dela na comunidade, ou seja, a maneira como vai estabelecer a sua marca e como pretende ser vista e conhecida na sociedade.

Cruzar o resultado da análise interna com a externa é um caminho para encontrar pontos a fim de alavancar, entender implicações para crescer, identificar fatores críticos de sucesso e as mudanças que podem ser transformadoras da realidade em questão. No começo, não focar apenas nas grandes coisas, mas sim nas pequenas, que podem gerar poderosos resultados.

Da década de 1950, quando Neil Borden criou a conhecida expressão “*mix* de marketing”, e dos anos 1960, em que Jerome McCarthy apresentou os 4Ps (preço, produto, praça, promoção), aos dias atuais, o marketing sofreu muitas mudanças e transformações. Deixou de ser focado somente na venda de produtos e na satisfação dos consumidores e assumiu o papel de transmissor de valores, humanidade e colaboração. Passou a ser o Marketing de Valor, centrado no ser humano. É o conceito do Marketing 3.0, de Philip Kotler.

Tal estratégia de comunicação e marketing traz uma nova visão para as entidades socioassistenciais na forma de planejar, de se relacionar e de trabalhar. É uma mudança de cultura e pensamento. As antigas regras de comunicação nem sempre se aplicam à realidade atual, e o público participante das entidades, em sua maioria crianças e jovens, aprende cada vez mais rápido a exercer seus direitos, a fazer escolhas e a tomar decisões. A partir do acesso facilitado à informação, tornam-se cada vez mais exigentes na realização de seus sonhos e projetos de vida. Desta forma, tais pessoas buscam nas instituições a satisfação de suas necessidades de entendimento, personalização, criatividade, ideias, tecnologia, agilidade, atenção, confiança, entre outros. É um oceano de oportunidades.

Cruzar o resultado da análise interna com a externa é um caminho para encontrar pontos a fim de alavancar, entender implicações para crescer, identificar fatores críticos de sucesso e as mudanças que podem ser transformadoras da realidade em questão

A comunicação nas entidades socioassistenciais convida os públicos de interesse a participarem e colaborarem com a causa, no desenvolvimento de novas soluções para as questões coletivas e circunvizinhas das entidades. Aquelas que tiverem a capacidade de incorporar essas mudanças atrairão voluntários, profissionais e parceiros mais preparados para desenvolver metodologias e tecnologias sociais adequadas para as suas causas, contribuindo, assim, com a revolução do trabalho social no Brasil.

Promover essa nova realidade nas organizações sociais favorece que estas sejam mais atrativas e habilitadas a receber investimentos de empresas — e até pessoas físicas —, que estão em busca de entidades estruturadas, modernizadas e com solidez de organização e indicadores a fim de agregar valor à sua marca e ao seu escopo socialmente responsável.

As marcas têm interesse em incentivar projetos sociais que sejam próximos à sua missão e valores. Mais do que isso, os profissionais dessas empresas querem ser parte desses projetos e estão dispostos a construir e assumir a causa juntamente com as organizações não governamentais (ONGs), não somente investindo recursos financeiros, mas recursos humanos, tecnologia e ideias.

Esse movimento de qualificação da área social com possível participação da iniciativa privada já começou. Existe hoje um grande número de empresas que medem o impacto social gerado por seus negócios. Cabe às entidades buscar a profissionalização para ter acesso à sustentabilidade operacional e melhor contribuir para suas comunidades.

A intensa discussão sobre a chegada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no panorama jurídico brasileiro pode se beneficiar desses movimentos e deslocamentos de comunicação e marketing institucionais, os quais apontam para uma relação de direito e cidadania que se constituirá de planejamento, operação, resultados alcançados e, principalmente, aquisições dos usuários. Essa longa teia a ser construída implica em saber comunicar melhor para ter suporte de financiamento. O futuro agradece, e o presente diz: sejam bem-vindos. 📌



UMA VIDA PELA JANELA

Por Dílvia Ludvichak

Foi por olhar à rua que beirava a casa que aquela menina-moça foi tecendo a vida.

De dentro da janela, o mundo era estranhamento arrumado. Cada coisa e pessoa tinha o seu lugar, mas tudo parecia de passagem. Lá dentro a arrumação incomodava, algo como um desconforto, uma angústia. Sempre uma saudade, sempre uma solidão. A vida não é assim, arrumada.

O movimento que ali existia não a tocava, não a emocionava. Era a rua quem lhe dizia coisas ao pé do ouvido, coisas boas de se ouvir. Era da rua que vinha o imprevisível que lhe dava conta de que a vida estava ali.

A moça não era só, mas era a janela que lhe abria um mundo de possibilidades que a casa insistia em lhe furtar.

Do lado de dentro da casa, ela era só silêncio, uma moça, uma casa, o silêncio. Dentro dela todos eram muito ocupados com seus afazeres. Guiados pelo relógio do tempo, iam e vinham, sem se perguntar se valia a pena. Era essa atitude que a empurrava para a janela, ela, que queria bem mais, desejava esbarrar em alguém, para pedir desculpas, para mostrar-se viva.

Na janela ela recitava poemas, cantarolava canções de amor, sorria um tanto de felicidade. A moça não era triste.

O dia, que vinha com um pouco de tudo, aguardava por ela na rua. Era o olhar da mulher que a despertava para o melhor de si.

Lá dentro, uma grossa parede de silêncio e solidão se erguia fazendo estranhos, preenchendo de cimento, veios de sangue. Às vezes a vida é assim mesmo, estranha, cruel, faz brotar todas as diferenças do mundo, onde deveriam existir similaridades.

As pessoas se sabiam assim, distantes, a moça se sentia assim, deserta. Mas ninguém tinha forças e ânimo para quebrar paredes, fazer reformas, pintar de cores novas as paredes descascadas, trocar a fiação. A casa era velha, mas era uma casa, e para o que precisavam ela servia.

Mas o mundo lá de fora, o da janela, rompia tudo isso, e faria mais, se todos se deixassem tocar. A moça se deixava tocar, sentir, cheirar, por isso ainda ousava dizer em construção.

Era estranho como também os de casa, vistos da janela, ganhavam alma e ânimo. Ela gostava deles mais quando os olhava de longe. Podia vê-los melhor. Às vezes, olhar de longe nos dá a verdadeira dimensão de alguém ou algo. Mas não se sabe a razão, um desejo de abraço grande, eterno, morria quando a porta se abria.

Como podiam os laços serem assim, ora atados, ora desatados. Esta era uma implacável sensação de dualidade.

A janela, com o passar dos anos, sem perceber, foi o ponto de encontro da moça com os seus, da moça com a rua, da moça com a vida, da moça com a moça.

Um dia, tal abertura ficou pequena, pois ninguém ama apenas pelo olhar. Amar é misturar-se, ir à rua e lá encontrar aqueles que, próximos, nos parecem estranhos. Na rua não há diferenças, a mesma que cria margens, afasta e separa, também liga, aproxima e junta.

A menina-moça percebeu que olhar é bom, mas estar junto é melhor.

Em outro dia, a janela ficou vazia, e a moça partiu à procura do abraço largo e farto. Partiu para acolher, fez-se acolhida, sem mais esperar dos outros, de gente que nunca se arriscou a olhar pela janela. 📖

#

CAPA

0,4



10%

70%

EDUCAÇÃO *DO FUTURO*

Por Thais Iannarelli

PERSPECTIVAS E REALIDADES PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO PARA OS PRÓXIMOS ANOS

S

ala de aula, giz, quadro negro e professor à frente de carteiras e alunos enfileirados. Até hoje, em plena segunda década do século 21, este é o modelo utilizado na maioria das escolas do Brasil, sejam particulares ou públicas, para levar o conhecimento às crianças e aos adolescentes que frequentam a instituição. Ainda que a tecnologia esteja presente nas escolas – 47% dos jovens pesquisados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil afirmam usar a rede mundial de computadores todos os dias, sendo que 42% dizem acessá-la na escola –, mesmo com as mudanças emblemáticas nos meios de comunicação e nas formas de acesso à informação, o modelo tradicional ainda é o preponderante no país. Com esta realidade, o Brasil ficou em penúltimo lugar no ranking global envolvendo 40 países realizado no final de 2012 pela Pearson, empresa internacional de educação, à frente apenas da Indonésia.

Em se tratando de Brasil, a questão da educação traz diversos tipos de problemáticas. Além do modelo ultrapassado, existe ainda a preocupação com a qualidade do ensino e com o próprio conteúdo ensinado aos alunos. Por isso, em tempos tão modernos que provêm o acesso facilitado a tantos meios de informação e interação entre as pessoas – de todas as faixas etárias –, começamos a pensar a educação do futuro: como iniciativas inovadoras e diferenciadas podem, de fato, dar à palavra “educar” o seu verdadeiro sentido? ▶



► PARA COMEÇO DE CONVERSA...

...O que significa educação? Além de ser o processo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, também engloba hábitos, costumes e valores dos indivíduos. O acesso ao ensino escolar formal faz parte do processo educativo, e é um direito fundamental do ser humano. “Nos últimos 10 a 15 anos, o Brasil avançou muito na questão do acesso. Hoje, 92% das crianças estão na escola. Em relação ao ensino médio, somente 80% dos jovens de 15 a 17 anos vão à escola, e o maior desafio deste período é reter o aluno. Questões como currículo defasado e ensino médio noturno impedem que o aluno comece e termine o processo. Mas o acesso à escola tem avançado continuamente no país”, explica Andrea Bergamaschi, gerente de projetos do Todos pela Educação.

► EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Brasil subiu 33 pontos entre os anos de 2000 e 2009, mas ainda assim está no 54º lugar em um ranking com 65 países. O país teve a terceira maior evolução nas médias de 65 nações, mas ficou abaixo deste patamar em matemática, que ainda é o ponto mais fraco dos brasileiros. De 2000 para 2010, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de crianças de 7 a 14 anos que não frequentavam a escola caiu de 5.1 para 3.1% no Brasil.

44

Questões como currículo defasado e ensino médio noturno impedem que o aluno comece e termine o processo. Mas o acesso à escola tem avançado continuamente no país”

ANDREA BERGAMASCHI,
gerente de projetos da Todos pela Educação

Porém, de acordo com o Todos pela Educação, 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler, e 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental e moram nas grandes cidades não dominam a leitura e a escrita.

► E O FUTURO?

Afinal, o que queremos dizer com “educação do futuro”? Ela pode ser considerada justamente uma educação que consiga, de forma eficiente, envolver os estudantes e torná-los continuamente interessados por temas que formem o ser humano não só intelectualmente, mas também para a vida em sociedade.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, intitulada “A Educação nos Próximos 10 Anos – Perspectivas para a Educação Privada no Município de São Paulo”, que mapeou as mudanças na educação brasileira sob o olhar dos professores, os docentes acreditam que a educação será mais privatizada, e o ensino de qualidade será cada vez mais elitizado.

Dentre os professores consultados, apenas 21% dos que atuam na educação básica e 11% do ensino superior acreditam que a educação será melhor daqui a uma década; 33% dos professores da educação básica e 19% da educação superior indicam que isso depende de políticas públicas, investimentos, engajamento da sociedade, dos pais, valorização dos professores, fiscalização dos cursos de formação de docentes, entre outros.

O resultado desta pesquisa mostrou que a formação é o ponto de maior preocupação entre os professores. Muitos fazem cursos de atualização por conta própria, sem apoio da instituição de ensino. E a questão da qualidade é imperativa para que a educação do futuro possa ser de fato colocada em prática. “O problema da qualidade é muito grave. Basicamente estamos olhando os alunos passarem pela escola e não aprenderem para poderem se desenvolver plenamente como seres humanos, cidadãos. Atualmente, esta é nossa maior questão, que vai acabar impactando na economia do país”, complementa Andrea.

► A TECNOLOGIA É A PORTA DE ENTRADA – MAS PRECISA SER BEM UTILIZADA

É claro que não se pode falar de como será a educação no futuro sem mencionar a tecnologia. Estamos em um período de intenso e rápido desenvolvimento tecnológico, que mudou muito nosso modo de vida nos últimos anos. As tecnologias, que pouco tempo atrás vinham separadamente – celular, internet, computador, MP3, câmera fotográfica –, hoje estão todas integradas em um tablet ou smartphone, por exemplo. Os jovens da geração Y já nasceram em meio à realidade da internet, e hoje

convivem com esses equipamentos naturalmente. Por isso, é inevitável que essas ferramentas afetem a educação.

Sim, é verdade que as tecnologias também chegaram às escolas, mas principalmente no que tange a modernização da infraestrutura e da gestão escolar. Progressos na educação on-line e à distância também aconteceram. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) legalizou a educação à distância, que passa a não mais ser considerada inferior em relação à presencial. Mesmo assim, o modo presencial de ensino ainda é preponderante no país.

Com o acesso facilitado à internet, os alunos ampliam muito o conceito de ensino-aprendizagem. É possível aprender de diversos lugares, sendo a escola um ponto de referência para discussão e integração — e não mais um local onde só o professor fala e os outros escutam. O acesso ampliado à informação mune o aluno de informação até mesmo antes de o professor ensinar sobre o tema. Segundo artigo de Luiz Gonzaga Bertelli, presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), “enquanto crianças brasileiras se reúnem em salas de aula para aprender a ler e escrever e fazer contas de aritmética — ainda que com altos níveis de deficiência —, em algumas escolas primárias da Inglaterra as atividades estão mais avançadas. Os alunos aprendem a linguagem dos computadores, começando com exercícios de linguagem básica aplicados a um jogo, e depois interagem com os comandos. A justificativa é: as crianças de hoje nasceram e vão viver na era digital, e nada mais natural do que formar desde pequenos esta identidade. Para os especialistas ingleses, a intenção é formar pessoas mais criativas e preparadas para o futuro”.

O problema a ser vencido no Brasil consiste na quebra da tradição da maioria das instituições de ensino. É fato que os alunos de hoje estão prontos para aprender com ferramentas multimídia, mas nem todos os professores se sentem confortáveis para incorporá-las à aula. Isso porque na maioria das vezes os alunos dominam mais as tecnologias do que o próprio professor, que não se sente à vontade para demonstrar tal dificuldade. Não basta munir a escola com computadores e internet; é preciso que

RANKING GLOBAL DE HABILIDADES COGNITIVAS E REALIZAÇÕES EDUCACIONAIS



1. Finlândia	11. Irlanda	21. Suécia	31. Grécia
2. Coreia do Sul	12. Dinamarca	22. República Tcheca	32. Romênia
3. Hong Kong	13. Austrália	23. Áustria	33. Chile
4. Japão	14. Polônia	24. Itália	34. Turquia
5. Cingapura	15. Alemanha	25. França	35. Argentina
6. Grã-Bretanha	16. Bélgica	26. Noruega	36. Colômbia
7. Holanda	17. Estados Unidos	27. Portugal	37. Tailândia
8. Nova Zelândia	18. Hungria	28. Espanha	38. México
9. Suíça	19. Eslováquia	29. Israel	39. BRASIL
10. Canadá	20. Rússia	30. Bulgária	40. Indonésia

FONTE: EIU-PEARSON



Salman Khan, criador da Khan Academy

estas ferramentas possam ser aproveitadas pelo professor e pelo aluno, sendo que o primeiro precisa da formação continuada e especializada para que possa fazer isso.

Mantendo os padrões tradicionais, é cada vez mais difícil envolver o aluno no tema a ser tratado. A educação do futuro consiste em envolver esses estudantes no processo participativo; que os cursos passem informação pré-estabelecida, mas que, durante o processo, novos temas possam ser introduzidos e propostos pelos alunos.

► DESPERTANDO PARTICIPAÇÃO E INTERESSE

A educação do futuro deve despertar esses sentimentos em quem busca aprender: participação e interesse. E foi com base nisso que Salman Khan, criador da Khan Academy, tornou-se um fenômeno de acessos no YouTube. Khan tem o dom de ser educador, e é formado em matemática, engenharia elétrica e ciências da computação, além de ser mestre também em ciências da computação. Seu trabalho começou despretensiosamente. Seus primos mais novos moravam em outro estado dos Estados Unidos e estavam com dificuldades para aprender matemática. Por conta da distância, Khan postou alguns vídeos no YouTube para ajudar os primos com a matéria e, quando percebeu, o vídeo tinha milhões de *views*.

Foi assim que ele teve a ideia de criar a Khan Academy, que disponibiliza vídeos gratuitos sobre temas de ciências, matemática, química, física, economia e história. A instituição não cobra pela distribuição de conteúdo, e se sustenta por meio de doações. Hoje, são mais de 4 mil vídeos gravados por ele e assistidos por milhões de pessoas do mundo todo (de todas as idades). Os vídeos são narrados por Khan, que explica de forma acessível questões complicadas de aritmética e química, por exemplo. Para ele, o motivo do sucesso dos vídeos é que “as pessoas podem pausar e continuar a assistir o vídeo quando quiserem. Elas podem assistir várias vezes, sem sentir que estão fazendo o

professor perder tempo nem ficar com vergonha de pedirem que repita uma explicação”, conta Khan. Para ele, quando alguém entra em contato pela primeira vez com algum assunto, e está tentando aprendê-lo, a última coisa que se quer é outra pessoa questionando: você entendeu? Com os vídeos, não há este tipo de pressão.

A iniciativa de Khan mudou a mentalidade de vários professores nos Estados Unidos, que já aplicam seus vídeos na sala de aula. “Recebi um e-mail de um grupo de professores que disseram que usaram meus vídeos para mudar a classe. Então os alunos assistem à explicação em casa, nos vídeos, e no dia seguinte, o que costumava ser lição de casa torna-se atividade de classe. É interessante porque, além do benefício óbvio de os alunos assistirem aos vídeos, pausarem, voltarem e repetirem, aquela aula que antes era um professor falando e 30 alunos ouvindo, muitas vezes sem entender, tornou-se uma atividade humanizada. Agora os alunos fazem as atividades juntos, em grupo, interagindo e gerando discussões sobre o tema”, explica Khan.

No evento InovaEduca 3.0, realizado em março no Recife, o consultor e professor da Universidade de Nova York, Jim Lengel, disse que as salas de aula precisam mudar radicalmente nos próximos anos. Especialista em educação 3.0, ele acredita que deva existir novas configurações de espaços de aprendizagem em grupo, individualmente, na rua, na biblioteca, em ambientes on-line, em horários alternativos e mais independentes. “Será que os estudantes de hoje estão sendo preparados para sobreviver nos espaços de trabalho atuais? Eles saberão usar todas as ferramentas necessárias para chegar à informação? Estão preparados para resolver problemas complexos? Saberão trabalhar em grupo de forma colaborativa? Ao que parece, as salas de aula atuais ainda seguem um modelo ‘linha de produção’, criado durante a Revolução Industrial e que já não corresponde mais às demandas contemporâneas”, disse Jim.

► PREVISÕES PARA O FUTURO

Hoje, a educação passa por várias mudanças causadas pelo desenvolvimento tecnológico. Mas a tecnologia deve ser somente uma ferramenta para que a mudança seja de fato instaurada. Michell Zappa é um futurista brasileiro que ficou conhecido ao importar tendências de tecnologia para diversas áreas. Uma de suas produções trata da educação, e é um infográfico, feito originalmente em inglês e traduzido para o português pelo Porvir, que objetiva organizar uma série de tecnologias emergentes que podem influenciar a educação nas próximas décadas.

Na proposta, Zappa traça uma linha do tempo até 2040 com seis temas centrais que se subdividem, entrelaçam-se e apresentam-se em três espaços diferentes: as salas de aula, dirigidas pelo professor unidirecionalmente; as oficinas, ambientes de ensino-aprendizagem entre pares e grupos; e os ambientes virtuais, espaços de discussão que não envolvem a presença física dos participantes.

O futuro das tecnologias na educação



Sala da aula

Oficina

Virtual



GRÁFICO: UNITED STATES DEPARTMENT OF LABOR – FUTUREWORK – TRENDS AND CHALLENGES FOR WORK IN THE 21ST CENTURY | ENVISIONING TECHNOLOGY | TFE RESEARCH | MARIE CURIE FP7
 TRADUÇÃO: PORVIR.ORG

DICAS DE FERRAMENTAS ON-LINE

Conheça algumas ferramentas educacionais que podem mudar o dia a dia na sala de aula

► EXEMPLOS INOVADORES

Ginásio Experimental de Novas Tecnologias Educacionais – GENTE

O projeto piloto GENTE, que se apropria integralmente de tecnologias e inovação pedagógica para colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem, tem sua primeira atuação na Escola Municipal André Urani, na Rocinha, Rio de Janeiro. O novo modelo foi idealizado pela prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e é realizado com o apoio do Instituto Natura.

A proposta consiste em mudar o conteúdo, o método e a gestão: não há turmas, anos ou salas de aula. Tablets e smartphones compõem o material escolar dos alunos e docentes. A plataforma didática Educopédia é utilizada para desenvolver habilidades e competências por meio de aulas digitais, e as provas são aplicadas por meio do sistema Máquina de Testes, que traz resultados imediatos e correção automática. O papel do professor também é diferenciado, já que ele age como um arquiteto, garantindo a personalização do processo de aprendizagem para que ninguém seja deixado para trás. A concepção do modelo foi baseada em tendências mundiais de práticas inovadoras. O projeto piloto nesta escola terá duração de um ano e passará por um processo de sistematização.

Objetos de Aprendizagem em Sala de Aula: Recursos, Metodologias e Estratégias para a Melhora da Qualidade do Ensino

Realizado pelo núcleo de ensino da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o projeto mostrou que o uso de ferramentas tecnológicas educativas melhoram em 32% o rendimento dos alunos em matemática e física. Para realizar o projeto, foram realizadas aulas expositivas e atividades que contavam com recursos tecnológicos; estes possibilitavam a interação com o conteúdo por meio de animações, simulações e jogos. Em um dos jogos, que ensinava análise combinatória, os alunos precisavam avaliar quantas possibilidades de roupa uma garota poderia usar para sair.

A pesquisa mostrou que os estudantes com menor desempenho em sala de aula obtiveram maior rendimento com o uso das ferramentas tecnológicas. Quem tinha média 5 ou menos melhorou em 51% seu desempenho em física e matemática. Aqueles com média acima de 5 melhoraram cerca

Widbook – plataforma para escrever livros, compartilhar histórias e adicionar fotos e vídeos. É possível convidar amigos para escrever com você
www.widbook.com

KhanAcademy – citada na matéria, a instituição disponibiliza mais de 4 mil vídeos com aulas de matemática, química, física, economia e história
www.khanacademy.org

YouTubeEDU – várias instituições de ensino de todos os níveis contribuem com a divulgação de vídeos educacionais e aulas em diversas áreas do conhecimento
www.youtube.com/education

ToonDo – A ferramenta pode ser utilizada pelos alunos para fazer histórias em quadrinho e criar seus próprios livros
www.toondo.com

Scratched – desenvolvido pelos programadores do MIT, a página tem linguagem específica para que as crianças possam criar seus próprios desenhos, jogos, histórias interativas e muito mais. Possui parte do conteúdo em português
<http://scratched.media.mit.edu/>

Founding Dreams – com conteúdo em português, disponibiliza recursos para diferentes áreas acadêmicas, especialmente matemática
<http://www.e-learningforkids.org/>

de 13%. A pesquisa foi realizada durante dois anos e avaliou o desempenho de 400 estudantes de oito turmas de 2º e 3º anos do ensino médio da escola estadual Bento de Abreu, em Araraquara, São Paulo.

Escola Básica da Ponte

Este exemplo está situado em S. Tomé de Negrelos, distrito do Porto, em Portugal. Esta escola foca nas práticas educativas que fogem do modelo tradicional. Está organizada segundo uma lógica de projetos e de equipe, estruturando-se a partir da integração entre seus membros. Toda sua estrutura exige mais participação dos alunos, com a intenção de que eles participem efetivamente em conjunto com professores no planejamento das atividades.

Não existem salas de aula tradicionais, mas espaços de trabalho onde estão disponíveis diversos recursos, como livros, dicionários, gramáticas, internet, vídeos, ou seja, várias fontes de conhecimento. A dinâmica deste projeto promove a autonomia responsável e solidária, exercitando o uso da palavra como instrumento da cidadania. A organização colocada em prática nesta escola surge de uma filosofia inclusiva e cooperativa baseada no seguinte conceito: todos precisam aprender e todos podemos aprender uns com os outros; quem aprende, aprende a seu modo no exercício da cidadania. 📖

SUSTENTABILIDADE



QUAL O RETORNO DO INVESTIMENTO SOCIAL?

Por Marcio Schiavo, diretor-presidente da Comunicarte.

ASSIM COMO LARANJAS E BANANAS PROJETOS SOCIAIS PODEM SER COMPARADOS?

É possível comparar laranjas com bananas? É claro que sim. Ambas são frutas e satisfazem necessidades ou desejos alimentares, e, ao serem comparadas, não perdem nenhuma de suas características básicas.

É comum ouvirmos que projetos sociais não podem ser comparados entre si: “cada pessoa é uma pessoa e cada vida tem sua própria história”. Não duvidamos disso, mas sabemos que as causas coletivas também têm suas histórias.” No entanto, este não é realmente o problema. Queremos aqui analisar o que pode ser comparado, e assim contribuir

O público atendido, a metodologia utilizada, o tema escolhido ou o local onde as ações serão executadas são variáveis que não impedem o estabelecimento de uma espécie de ranking entre os projetos

para que uma empresa possa decidir, com objetividade, qual é o melhor investimento social para aplicar seu capital.

Vamos começar reconhecendo que laranjas e bananas, mesmo sendo frutas, são diferentes entre si. Porém, isso não quer dizer que não seja possível comparar uma série de indicadores comuns a esses dois alimentos, por exemplo: produção por área plantada, demandas específicas de defensivos agrícolas, sazonalidade, tempos necessários para colocar cada produto no mercado, teor vitamínico, exigências e cuidados com a qualidade e, por fim, taxa de retorno para o capital investido em cada cultura. Com essas informações, um agricultor pode decidir se prefere plantar laranjas ou bananas e pode prever com boa margem de segurança quais resultados serão obtidos.

A comparação se torna difícil somente quando queremos levar em conta gostos ou preferências. Razões subjetivas podem interferir tanto na decisão do agricultor quanto na escolha do consumidor, que, de qualquer forma, deve encontrar os dois produtos no mercado, com qualidade e preços compatíveis.

PRIMADO DA OBJETIVIDADE

Da mesma forma, no campo dos investimentos sociais, quando se procura diminuir ou erradicar o déficit social existente numa área determinada, a subjetividade deve dar lugar à análise científica que facilite decidir objetivamente o que, por qual razão, quando, como e por quem fazer, com quais resultados e impactos esperados e a quais custos. O público atendido, a metodologia utilizada, o tema escolhido ou o local onde as ações serão executadas são variáveis que não impedem o estabelecimento de uma espécie de *ranking* entre os projetos. Essa classificação poderá facilitar a tomada de decisão sobre onde alocar recursos, por parte do governo, de dirigentes de uma empresa ou de uma organização não governamental, a fim de obter melhores resultados e transformações sociais significativas.

Já que se considera possível comparar e criar *rankings* com base na renda *per capita*, no produto interno bruto (PIB) ou no índice de desenvolvimento humano (IDH) de diferentes países, por que não comparar benefícios *per capita* (relação custo/benefício de um projeto), juntamente com outros fatores, como captação de recursos, taxa de sucesso de diferentes programas de inclusão de jovens no

mercado de trabalho ou, ainda, projetos para a diminuição do uso de drogas ou sobre a melhor forma de prevenir a violência urbana? É claro que podemos, e devemos fazê-lo.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Em primeiro lugar, é preciso considerar os pontos comuns de cada projeto, como exemplificado a seguir:

- Público-alvo: muitos projetos destinam-se a crianças, adolescentes e jovens, pessoas com necessidades especiais, mulheres vítimas de violência ou idosos;
- Área geográfica: execução em periferias urbanas, proximidade de grandes empreendimentos ou no meio rural;
- Objetivos pretendidos: diminuição da defasagem escolar (idade-série), promoção da inclusão digital, aumento da empregabilidade e do ingresso no mercado de trabalho, estímulo ao empreendedorismo, diminuição das situações de risco, melhoria das condições de saúde, diminuição da evasão escolar e elevação do aproveitamento dos alunos, bem como aumento da renda familiar;
- Recursos demandados: financeiros, materiais e humanos;
- Tempo de execução dos projetos para que os objetivos principais sejam alcançados.

Os cinco conjuntos de indicadores exemplificados permitem fazer comparações válidas. Projetos destinados aos adolescentes moradores de periferias urbanas, que buscam aumentar a escolaridade, a inclusão social e a geração de renda, independentemente do uso de uma atividade esportiva ou cultural como ação promocional, são comparáveis entre si, por mais que muitas das organizações executoras não aceitem este fato. Por qual razão não aceitam? Devido ao fato de não quererem se submeter a avaliações que possam revelar suas fragilidades, esquecendo-se de que, pelo contrário, uma análise bem feita poderá contribuir para contabilizar os sucessos alcançados por seus projetos. Também é preciso se contrapor à ideia de que avaliação é algo voltado ao passado, 'avaliar é construir o futuro'. É um olhar à frente, para a projeção do ponto em que queremos estar em um determinado momento.

DESMITIFICANDO ILUSÕES

É natural pensar que "as empresas é quem devem pagar pelos projetos sociais, porque são elas que ganham". Quem pensa assim, não se lembra de que as organizações só recebem quando são bem gerenciadas e estão submetidas a rigorosos controles internos, programas de resultados e contenção de desperdícios. Visando contribuir para desmitificar algumas meias verdades e diminuir as incertezas que cercam os processos de medição dos resultados e impactos dos projetos sociais, elaboramos alguns quadros comparativos.

Quadro. Captação de recursos

Projeto	Realizadores	Valor total (R\$)	Número de beneficiados	Número de instituições	Valor médio por pessoa (R\$)	Valor médio por instituição (R\$)
Teleton 2009	SBT	19.343.325,00	ND	3	ND	6.447.775,00
Teleton 2010	SBT	23.000.000,00	ND	1	ND	23.000.000,00
McDia Feliz 2010	Instituto Ronald McDonald	13.004.018,00	ND	58	ND	224.207,21
McDia Feliz 2011	Instituto Ronald McDonald	17.300.000,00	ND	59	ND	293.220,33
Leilão do Coração (um dia – 2010)	Hospital Pró-Criança Cardíaca	11.000.000,00	ND	1	ND	11.000.000,00
Criança Esperança 2009	Rede Globo/Unesco	11.600.000,00	114.953	73	100,91	158.904,10
Criança Esperança 2010	Rede Globo/Unesco	17.300.000,00	33.000	64	524,24	270.312,50

Fontes: Site Teleton, Relatórios Anuais McDia Feliz, Balanços Sociais da Rede Globo.

ND: dados não disponíveis; *número de atendimentos.

Primeiramente, iremos considerar apenas os esforços realizados no campo da captação de recursos; a seguir, analisaremos a utilização dos recursos e os resultados alcançados por alguns projetos sociais conhecidos.

O Quadro inclui alguns projetos que conseguiram captar volume significativo de recursos. O projeto Teleton é realizado pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e visa arrecadar recursos para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). As atrações se sucedem por 24 horas, período em que artistas ficam no ar ininterruptamente junto com os pacientes atendidos pela AACD. Em 2009, o projeto superou as metas estabelecidas e arrecadou R\$ 19,34 milhões para serem empregados na construção de uma nova unidade, em Poços de Caldas (Minas Gerais), e de dois novos centros de reabilitação na cidade de São Paulo. Trata-se de um esforço concentrado de mídia com foco muito específico: arrecadar dinheiro para a AACD construir novas unidades. Em 2010, o Teleton captou 18,9% a mais que em 2009 e destinou o recurso para uma única unidade da AACD. Já o projeto McDia Feliz, que destina a receita de um único dia de venda de hambúrgueres na Rede McDonalds para instituições que abrigam crianças e adolescentes com câncer, obteve, certamente com menos investimento em mídia, um significativo volume de recursos (R\$ 13 milhões em 2010). Em 2011, o McDia Feliz captou um valor de 33,03% superior, ao ser comparado a 2010 (R\$ 17,3 milhões).

Portanto, o que queremos dizer é que quando se avaliam e comparam projetos, torna-se possível descobrir quais são

os indicadores apropriados, as melhores estratégias de captação e a metodologia de comunicação mais eficiente para cada caso. É assim que podemos verificar que o terceiro projeto do Quadro 1, Leilão do Coração, também arrecadou uma quantia significativa num único dia (R\$ 11 milhões), para doar ao Hospital Pró-Cardíaco do Rio de Janeiro. Tal fato ocorreu possivelmente pelo fato de sua gestora ter focado seus esforços na atração dos doadores mais adequados para sua causa. Em relação ao Criança Esperança, o grande esforço midiático, o envolvimento de artistas e celebridades e o número de inserções comerciais veiculadas geraram em 2009 um resultado semelhante (R\$ 11,6 milhões) ao Leilão do Coração de 2010, ou menor do que a campanha do McDia Feliz do mesmo ano.

Todos os projetos mencionados são de conhecimento público, e os dados aqui reproduzidos foram veiculados em mídias impressas e estão disponíveis na Internet. A comparação dos resultados da captação, puramente, indica que todos obtiveram crescimento de um ano para o outro.

A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Atrás da meia certeza, segundo a qual “é muito difícil avaliar o impacto de um projeto social”, esconde-se uma meia dúvida: “toda contribuição social é válida, mesmo que não se saiba exatamente para quê”. Esta é a mesma lógica que afirma: “é melhor ter uma criança trabalhando do que roubando”, ou então, “uma ONG que utiliza mal os recursos que recebe ainda é melhor do que deixar o dinheiro ser desviado por uma prefeitura corrupta”. Esses

tipos de argumentação apenas comparam o que é ruim com o que é ainda pior, para justificar a negação de um direito, como por exemplo, das crianças à educação, ou para ocultar a incompetência de uma organização social ou de uma Prefeitura.

Com um conjunto de dados, um “investidor social” poderá decidir se quer atender a um maior número de pessoas, aplicando seus recursos em entidades nas quais a relação custo-atendimento é mais favorável, ou se pretende obter mais retorno de mídia com sua carteira de projetos sociais. É possível também optar por um trabalho mais transformador, cujos resultados acontecerão em médio ou longo prazo, ou, no curto prazo, aumentar a renda do grupo impactado diretamente pelo projeto. Desse modo, segundo

suas convicções profissionais e atribuições institucionais, é possível decidir se prefere “laranjas ou bananas”.

São conclusões óbvias como essas que desejamos expor, para criar métricas quantitativas e qualitativas para o Terceiro Setor. Todo dinheiro destinado à área social, ainda que seja considerado insuficiente, poderá ser utilizado para que sejam obtidos maiores e melhores resultados – e por mais tempo. Negar este fato é contribuir para a manutenção do *status quo* predominante na área social. Atribuir exclusivamente à falta de recursos a não superação de problemas prevalentes na realidade brasileira é uma forma perversa de viver do problema, ao invés de solucioná-lo.

É hora de cobrar dos movimentos e das organizações sociais melhores resultados, fato que depende do estabelecimento de bons indicadores de eficiência¹, eficácia² e efetividade³. Já não basta fazer. É preciso fazer mais com menos, e melhor. Desta maneira, as conquistas obtidas irão se perpetuar, consolidando os avanços e libertando as novas gerações dos problemas vivenciados atualmente. A incompetência não garante a ninguém um lugar no céu. Menos justo ainda é fazer da incompetência o meio para se obter um lugar na terra. 🌱

¹ Ser eficiente significa fazer mais com menos. A eficiência refere-se à natureza e qualidade dos processos empregados na execução das atividades.

² Refere-se ao produto do projeto, que se tornou tangível pelos resultados quantitativos e qualitativos alcançados. Ser eficaz significa transformar a realidade com as ações realizadas.

³ É aferida pelo nível de sustentabilidade das transformações geradas pelo programa. Refere-se, pois, ao impacto causado pelas ações. Algo efetivo possui resultados permanentes, independentemente das forças que os geraram.



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

**Mais de 40 anos de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor**

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

Inscrições abertas

O programa do Congresso tem por objetivo contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional da sociedade civil organizada e das empresas socialmente responsáveis, diante das mutações legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor.

XIV

Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

Indicação:

Administradores/Dirigentes Públicos e das organizações não governamentais, Assistentes Sociais, Auditores, Captadores de Recursos, Contabilistas, Ecônomos, Provinciais Religiosos, Estudantes, Membros dos Conselhos Municipais e Estaduais e Operadores do Direito.

Realização:



ECONÔMICA
Desenvolvimento Social

www.economica.com.br

**16 de agosto de 2013 | Intercontinental Hotel
Alameda Santos, 1.123 - São Paulo | SP - Brasil**



EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

Estudo da Endeavor ressalta a disposição do brasileiro ao próprio negócio e aponta a existência de nove perfis de empreendedores

Por Paula Craveiro

Antenado, apaixonado, arrojado, desbravador, empolgado, independente, lutador, pragmático e provedor. Divididos entre empreendedores formais, informais e potenciais, esses perfis são o foco da pesquisa *Empreendedores Brasileiros: Perfis e Percepções 2013*, realizada pela Endeavor Brasil, com o apoio do Ibope Inteligência.

Para distinguir suas particularidades, ambições e dificuldades, a pesquisa quantitativa foi aplicada a 3.240 brasileiros, de ambos os sexos, de 16 a 64 anos, em todas as regiões do país, no período entre 24 de novembro 2011 e 4 de fevereiro 2012, sendo subdividida em dois estudos: um representativo da população e outro dos empreendedores.

Para a amostra referente à população, foram entrevistados 2.240 brasileiros, empreendedores e não empreendedores. A amostra foi selecionada por meio de um sorteio das cidades e setores censitários pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho). A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, considerando um nível de confiança de 95%.

Para entender melhor a realidade brasileira, o levantamento comparou os resultados obtidos com os de outros países, em parceria com a pesquisa internacional *Flash Eurobarometer*, do European Commission, sobre empreendedorismo em mais de 30 países, incluindo China, Coreia do Sul, Estados Unidos e membros da União Europeia. O uso das mesmas perguntas desta

pesquisa permite uma comparação entre o cenário empreendedor brasileiro com as economias mais importantes do mundo.

POR QUE EMPREENDER?

De acordo com os dados levantados pela Endeavor Brasil, a percepção do brasileiro sobre empreendedorismo e empreendedores é bastante positiva e otimista.

É notável sua aspiração pelo empreendedorismo – 76% preferiria ter um negócio próprio a ser empregado ou funcionário de terceiros. É a segunda maior taxa do mundo, ficando atrás somente da Turquia. Melhor perspectiva de renda futura e oportunidade de ganhar mais é outra meta, que vem logo em seguida.

O ato de empreender é considerado um meio de alcançar mais prazer, autonomia e realização. Cerca de 90% dos brasileiros entrevistados acreditam que “empreendedores são geradores de empregos” e praticamente todos concordam que “ter um negócio próprio é assumir responsabilidades” e “colocar a mão na massa”. No entanto, é justamente isso que falta: mão na massa.

Embora três em cada quatro respondentes prefiram empreender, apenas 19% acha muito provável abrir um negócio próprio nos próximos cinco anos. Além disso, entre aqueles que já têm suas empresas, somente 14% (ou 4% do total da população brasileira) têm funcionários – ou seja, são, de fato, geradores de emprego.

Em geral, os empreendedores com funcionários são o perfil mais desenvolvido social e economicamente, independentemente do dado analisado. Possuem, por exemplo, a maior renda individual e familiar e o mais alto nível de escolaridade – 24% deles completaram o Ensino Superior, enquanto a média dos empreendedores brasileiros é de 16%. Além disso, utilizam-se de fontes de informação mais variadas do que o restante da população.

Um ponto que não aparece muito no Brasil é “independência para escolher hora e local de trabalho”, que figura como a segunda principal razão em todas as outras economias analisadas, exceto no Japão, onde aparece na primeira colocação. No Brasil, ocupa somente o quarto lugar.

A pesquisa revela que existem mais oportunidades de negócios no Brasil do que no exterior, o que sugere que o mercado brasileiro possui espaço para negócios que podem já existir fora do país, e que a recente crise econômica foi menos importante aqui do que no resto do mundo. Outro ponto importante a ressaltar é que mesmo que a independência seja importante para o brasileiro, ele fica mais atento à autorrealização do que à flexibilidade no trabalho.

DÉFICIT EDUCACIONAL

O estudo reconheceu também que, seja qual for o perfil do empreendedor, existe um grande déficit educacional a suprir. Entre os quatro maiores problemas enfrentados pelos empreendedores brasileiros, três estão ligados à falta de conhecimentos, principalmente nos quesitos gestão de pessoas, fluxo de caixa e como administrar um negócio. Soma-se a isso a informação de

O ato de empreender é considerado um meio de alcançar mais prazer, autonomia e realização. Cerca de 90% dos brasileiros entrevistados acreditam que “empreendedores são geradores de empregos” e praticamente todos concordam que “ter um negócio próprio é assumir responsabilidades” e “colocar a mão na massa”

que muitos acreditam que o empreendedorismo é algo intrínseco às pessoas e, portanto, colocam o preparo em segundo plano.

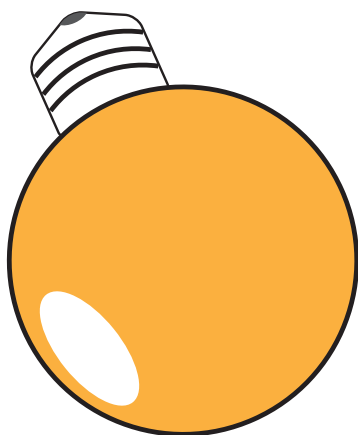
Ao analisar as relações de empreendedores com associações de classe e instituições de empreendedorismo, a pesquisa mostra que embora quase 100% dos proprietários de negócios formais conheça o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), por exemplo, apenas 46% deles já teve algum tipo de relacionamento com a instituição; entre os informais, a taxa fica em 31%.

“Atualmente, muitos cursos para empreendedores têm foco nas empresas, e não no empreendedor em si”, avalia Amisha Miller, gerente da área de Pesquisa e Políticas Públicas da Endeavor. “Com isso, é mais difícil chamar sua atenção. Ele reconhece os cursos de empreendedorismo como um benefício para a empresa, mas não para ele, como pessoa ou líder. Acreditamos que esta é uma das razões pelas quais não recorram aos cursos, embora saibam da sua existência”.

SEGMENTAÇÃO

Para a Endeavor, a segmentação favorece o apoio e o desenvolvimento de produtos e serviços direcionados a cada perfil. “As organizações que se relacionam com empreendedores podem investir seu dinheiro de modo muito mais eficaz, desenvolvendo produtos e serviços focados em grupos específicos e utilizando melhor os canais de comunicação para alcançá-los”, propõe Amisha. “Não podemos tratar os empreendedores (28% da população entre 16 e 64 anos) e os potenciais empreendedores (33%) como um grupo padrão”.

Para aprofundar o entendimento sobre os potenciais empreendedores, foram destacados nove perfis no Brasil, cada um com suas características mais relevantes e podendo ser apoiados de maneiras diferentes. Para isso, a Endeavor separou grupos baseados em um conjunto de características. Devido ao fato de cada grupo possuir características sociodemográficas, atitudes e



O estudo reconheceu também que, seja qual for o perfil do empreendedor, existe um grande déficit educacional a suprir. Entre os quatro maiores problemas enfrentados pelos empreendedores brasileiros, três estão ligados à falta de conhecimentos

expectativas diversas, eles enfrentam variadas barreiras em abrir ou ampliar seus negócios, e, assim, têm demandas diferentes em relação ao empreendedorismo.

Dentre aqueles que pretendem ser empreendedores, mas ainda não são, foram identificados três grandes perfis:

- **Desbravador:** deseja empreender para ganhar mais dinheiro, mas não possui experiência e renda. Demanda conteúdo básico e prático sobre diversos temas, como finanças pessoais.
- **Empolgado:** quer empreender para ter mais independência pessoal. É mais jovem do que a média. Possui interesse em educação a distância e conteúdo inspiracional.
- **Provedor:** composto principalmente por mulheres e pessoas mais velhas, com baixa escolaridade e renda pessoal. Neste caso, são necessários engajamento por meio de eventos locais ou na comunidade e conteúdos mais simples.

O levantamento da Endeavor determinou também quatro tipos de empreendedores formais:

- **Apaixonado:** a maioria é mulher, com idade entre 25 e 35 anos. Em geral, possui empresas nas áreas de saúde, estética e venda de acessórios. Enfrenta dificuldades burocráticas e falta de investimento. Poderia se beneficiar de cursos sobre acesso a capital, inovação e *networking*.
- **Antenado:** geralmente jovem e com maior renda familiar. Enfrenta obstáculos de conhecimento e investimento. Necessita de *mentoring* e *coaching*, além de ajuda com recursos humanos.
- **Independente:** empreendedor mais maduro e estável. Não acessa muito a internet, portanto, precisa de conteúdo por meio de revistas e ou jornais. Para resolver problemas financeiros, requer educação sobre linhas de financiamento e oportunidades de acesso a capital.

Amostra de população, por região (realizada/ponderada)

	Amostra realizada	Amostra ponderada
Norte + Centro-Oeste	224	224
Nordeste	504	364
Sudeste	1.036	700
Sul	476	224
TOTAL	2.240	1.512

Fonte: Endeavor Brasil, 2013 (Amostra: 2.240).

Potenciais empreendedores	Empreendedores formais	Empreendedores informais
Desbravador	Antenado	Lutador
Empolgado	Apaixonado	Pragmático
Provedor	Arrojado	
	Independente	

- **Arrojado:** a maioria é composta por homens com maiores rendas pessoal e familiar. Para crescer, precisa de ajuda sofisticada e *mentoring/networking* com especialistas, para resolver problemas de conhecimento empresarial e superar obstáculos financeiros e pessoais.

Há, ainda, outros dois perfis, representantes dos empreendedores informais:

- **Lutador:** empreendedor com mais idade e menor escolaridade que abriu o negócio por necessidade. Não costuma acessar a internet, demandando mais conteúdo por meio de televisão e de cursos básicos em gestão de negócios.
- **Pragmático:** escolaridade mediana, se comparada aos empreendedores informais em geral. Trabalha sozinho e utiliza muito a internet e as redes sociais. Para aumentar o baixo faturamento anual e a falta de investimentos, carece de conteúdo prático e inspiracional, preferencialmente on-line.

RESULTADOS

O que se pode inferir da análise realizada pela Endeavor Brasil e pelo Ibope Inteligência é que o brasileiro, de modo geral, é bastante otimista quando o assunto é empreender.

O país possui uma das maiores taxas do mundo referentes ao percentual de indivíduos que preferem ter seu próprio negócio a ser empregado. Mais da metade dos entrevistados acha provável ou muito provável abrir um negócio nos próximos cinco anos. Isso, por um lado, traz uma vontade enorme por parte do indivíduo de se engajar nesse meio, mas é preciso ter cautela para enxergar os riscos e os desafios dessa jornada.

O brasileiro considera os problemas de se empreender em um nível menor em relação ao restante do mundo e dá mais atenção ao dinheiro do que às outras possíveis dificuldades. Muito mais do que em outros países, dinheiro é sempre um problema no Brasil, especialmente quando se fala em investir em um negócio próprio. Entre aqueles que acham pouco provável empreender no futuro, 66% dizem que a falta de recursos financeiros é a principal razão para isso. Este índice é um dos maiores em todo o mundo. 📈

NÍVEL DE RENDA

(%)	Total Geral	É empreendedor				Não é empreendedor		
		Total	Tem funcionários	Não tem funcionários	Não vê atividade como negócio	Total	Pretende ser	Não pretende ser
Renda familiar (em R\$)	1.798,48	1.860,89	3.410,02	1.648,81	1.546,93	1.774,40	2.071,53	1.529,43
Renda pessoal (em R\$)	839,54	1.140,85	2.070,60	1.085,08	928,16	723,11	810,23	651,28

Fonte: Endeavor Brasil, 2013 (Amostra: 2.240).

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

www.marketanalysis.com.br

MEDINDO O PROGRESSO SUSTENTÁVEL: OS SETE DESAFIOS

Após a Rio+20, o olhar se volta para os próximos anos e para o natural balanço sobre as lições aprendidas. Para mapear esse terreno, a Market Analysis, como integrante da rede GlobeScan de institutos especializados em temas de sustentabilidade, sintetizou as principais conclusões do diagnóstico feito em parceria com a consultoria Sustainability. Do estudo, alimentado a partir de entrevistas com mais de 1,6 mil experts no tema e perto de 25 mil cidadãos em mais de 20 países, destacam-se sete achados principais.

A pesquisa revela que especialistas e cidadãos reparam com ênfase os governos nacionais pelo pobre desempenho das últimas décadas na agenda de sustentabilidade. Contudo, esta visão crítica não evita que o público ainda veja as autoridades políticas de cada país como as lideranças naturais do processo. Sete grandes perspectivas se destacam nas consultas realizadas com o objetivo de pensar no ano da Rio+20 sem dar por encerrado o debate sobre o modelo de sustentabilidade.

DESAFIO 1: O PROGRESSO SUSTENTÁVEL TEM SIDO PARCIAL, DESIGUAL E COM CONTRADIÇÕES

Especialistas e o público geral encontram-se divididos quanto às conquistas alcançadas 20 anos depois de iniciado o

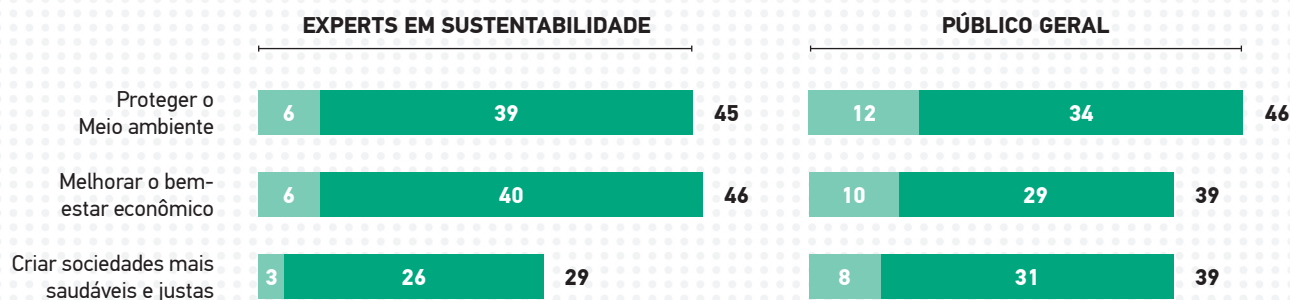
grande debate sobre desenvolvimento sustentável. Menos da metade deles enxerga um progresso sólido nos pilares ambiental e econômico, e a grande maioria tem sérias reservas quanto aos avanços ocorridos no pilar social. De forma muito clara, a mensagem de uns e outros é que a grande dívida pendente é por maior justiça social.

Contudo, as percepções de uma parcela importante de pessoas ouvidas pelo estudo é favorável, e alguns passos objetivos tomados por empresas e governos, por exemplo, ajudam a compor essa leitura, especialmente no que tange às melhorias no meio ambiente. A maior eficiência energética, a ampliação dos processos de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos e a menor pegada em termos de emissões ao longo da cadeia produtiva no mundo corporativo deixaram de ser exceção e se tornaram práticas “*mainstream*” do universo empresarial ao redor do planeta.

Por sua vez, nações poluidoras viram seus governos assumirem compromissos inéditos: os EUA admitiram aderir às metas de redução de gases de efeito estufa, em Copenhague; a China está mudando de forma importante sua matriz energética para uma de fontes limpas e renováveis; e o Brasil sinalizou uma política de redução do desmatamento para chegar a até 80% em 2020. É verdade que tais medidas precisariam ser mais intensas e

O progresso percebido ao longo dos últimos 20 anos

Opinião dos experts em sustentabilidade e do público geral, 2012 (%)



FONTE: SUSTAINABILITY E GLOBESCAN/MARKET ANALYSIS

rápidas e que promessas costumam ficar a certa distância da realidade, mas elas acabam obrigando os políticos a se aproximarem dos acordos feitos.

A evolução nos níveis de bem-estar econômico é o segundo aspecto melhor avaliado – em especial entre os países emergentes. O estabelecimento das oito Metas do Milênio, no ano 2000, é identificado como tendo incentivado um esforço coletivo em favor da inclusão, da erradicação da pobreza e do acesso à educação, entre outros objetivos.

Mas tais avanços têm sido ofuscados pelas disparidades sociais e pelas crises de origem econômica e ambiental, que resultaram em recessão e desemprego, quebra de safras e inflação nos preços dos alimentos. Tanto a opinião pública mundial quanto os experts em sustentabilidade acreditam que ainda há um longo caminho a ser percorrido até chegarmos à criação de sociedades mais saudáveis e equitativas.

DESAFIO 2: A FALTA DE VONTADE POLÍTICA E OUTRAS BARREIRAS

O que está impedindo de se conquistar resultados mais sustentáveis?

Os peritos consultados apontam, principalmente, para uma falta de vontade política na hora de pensar nos obstáculos para impulsionar a agenda global da sustentabilidade.

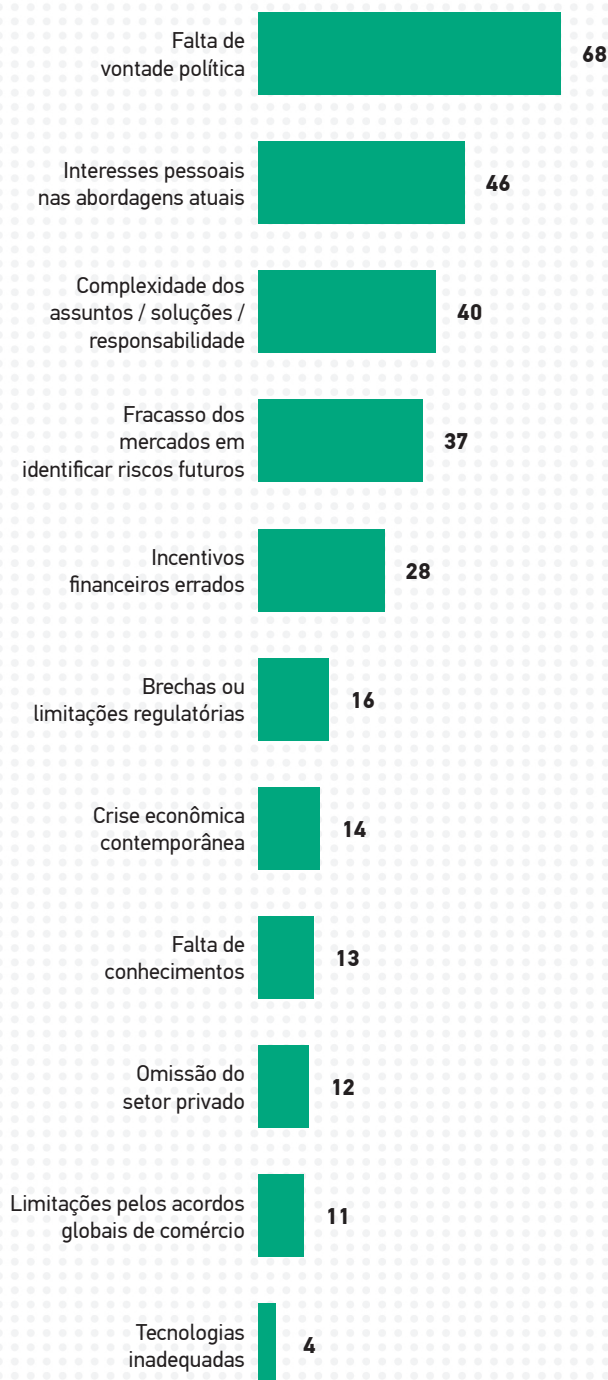
Por que nossos representantes não se tornaram os líderes em sustentabilidade das nossas sociedades? Se é verdade que o ciclo eleitoral privilegia o curto prazo em detrimento do imperativo de longo prazo das metas sustentáveis, também é certo que as plataformas dos governos democraticamente eleitos refletem, de uma forma ou de outra, as prioridades do eleitorado. Ou seja, a responsabilidade é, até certo ponto, consentida por parte dos votantes. Por outro lado, as próprias empresas vivem pautadas pelo curto prazo com uma intensidade maior e, no entanto, muitas delas têm liderado o movimento pela economia verde. Por que os políticos não tem usado isso como inspiração para políticas mais responsáveis?

Na visão dos especialistas, uma segunda barreira-chave são os interesses pessoais envolvidos na formulação de decisões que lidem com temas da agenda de sustentabilidade. Existem alguns conflitos óbvios: para o consumidor, que após anos de consumo reprimido passa a ter renda suficiente para esbanjar com a oferta do mercado, embora seu consumo possa ser ruim para sua saúde, seu habitat e até seu próprio bolso; para os partidos políticos, que devem decidir entre proteger reservas florestais sem eleitores ou ceder à pressão de empresas capazes de patrocinar suas futuras campanhas; e para as pequenas e médias empresas, que para não sucumbirem diante dos impostos e da concorrência, subfaturam ou descumprem a legislação trabalhista.

Mas tudo piora quando diferentes interesses convergem em favor da inação e, naturalmente, desestimulam a possibilidade de avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. Em

Barreiras percebidas para o avanço da Agenda 21

Opinião dos experts, 2012 (%)



FONTE: SUSTAINABILITY E GLOBESCAN/MARKET ANALYSIS

momentos de recessão, governos e empresas buscam minimizar a perda de receitas a ponto de lançar mão de planos de estímulo às compras, sem contrapartidas ambientais ou sociais. Fica claro que, quando um em cada dois adultos está sem emprego (como na Espanha), quando o modelo econômico gera fortes críticas e poucos resultados (como nos EUA e na Europa) e quando os motores da economia mundial desaceleram (China e Índia), persuadir os investidores a apostar em uma agenda verde é uma tarefa ingrata.

Muito além das agendas setoriais, os especialistas reconhecem que a própria natureza complexa dos temas é um obstáculo. As questões de sustentabilidade têm uma característica sistêmica e, portanto, exigem compreensão profunda, ancorada em provas científicas. Da mesma forma, para o debate progredir é preciso um conhecimento dos diferentes pontos de equilíbrio possíveis, seus custos e benefícios, seus determinantes e suas implicações de curto e longo prazos.

DESAFIO 3: QUEM LIDERA E QUEM DEVERIA LIDERAR?

A pesquisa revela um claro vazio de lideranças institucionais e sugere que seu caráter altamente técnico bloqueie o aparecimento de um espírito de mobilização atrelado à realização de um objetivo global como o desenvolvimento sustentável, embora referências variadas tenham surgido ao longo dos últimos anos: de Al Gore até o movimento Occupy WallStreet, de Marina Silva até Wangari Maathai e Muhammad Yunus. Seja como for, aqueles agentes de quem habitualmente esperaríamos a iniciativa (governos nacionais, organismos multilaterais, setor privado, Nações Unidas) não parecem ter preenchido as expectativas. De fato, para os experts consultados, os governos nacionais são os que pior se saíram em colocar em marcha uma proposta de sustentabilidade, opinião que é compartilhada pelo grande público.

QUEM APARECE À FRENTE COMO MODELO INSPIRADOR DE ATUAÇÃO?

As organizações não governamentais da sociedade civil, os empreendedores sociais e as iniciativas independentes de cidadãos mobilizando a população geral surgem claramente como exemplos de atuação. É a consagração do modelo *bottom-up*, nascido nas bases da sociedade, partidário da inclusão e da inovação e percebido como mais transparente para obter resultados sustentáveis. Em perspectiva, o contraste entre a autoridade e os recursos que governos, organismos multilaterais e instituições financeiras têm e a baixa eficácia de ação por eles apresentadas é chamativo. A crítica a uma abordagem *top-down* não poderia ser mais nítida.

DESAFIO 4: MUITO ALÉM DA REFORMA DO SISTEMA

Os especialistas em sustentabilidade acreditam que nosso atual sistema econômico precisa de mudanças importantes para

viabilizar o progresso. Oito em cada dez (78%) entendem que já não se trata de pequenos ajustes no modelo mas, sim, de transformações radicais.

De fato, diversas opções foram discutidas na Rio+20, tais como monetizar a biodiversidade, atrelar a noção de desenvolvimento à conquista de bem-estar antes do que às variações de acumulação de riquezas e eliminar subsídios aos combustíveis fósseis. Várias empresas já estão antecipando essas mudanças.

DESAFIO 5: COLABORAÇÃO COMO MODELO DE SUCESSO

Um futuro favorável dependerá, em grande medida, das parcerias multi-*stakeholders*, ferramenta vital para o desenho de soluções diante dos complexos desafios do desenvolvimento sustentável.

A sociedade civil, bem avaliada no seu engajamento com a proposta de sustentabilidade, continuará tendo um papel crítico. A grande maioria dos experts consultados (82%) concorda que as ONGs podem ser um dos agentes mais eficientes e efetivos em mobilizar o conjunto da sociedade rumo à sustentabilidade se trabalharem em parceria com o mundo corporativo – ao invés de em oposição a ele. Por sua vez, o setor privado poderia realizar o máximo de seu potencial como agente de transição para uma economia verde e responsável se trabalhasse junto com os governos para definir regras do jogo favoráveis a um novo equilíbrio sustentável.

Tais parcerias multi-*stakeholders* surgem como ícones do modelo a construir, uma vez que são julgadas como tendo um caráter de vanguarda indiscutível e por exibir uma eficácia bem superior a propostas alternativas.

A chamada pela colaboração é nítida. O que não fica tão claro, entretanto, é como essas parcerias multissetoriais serão conduzidas. De fato, sem contar com uma liderança singular ou um mecanismo de regulação, a convergência dos vários setores pode perder força e propósito.

DESAFIO 6: A REVISÃO DO CONCEITO DE SUCESSO EMPRESARIAL

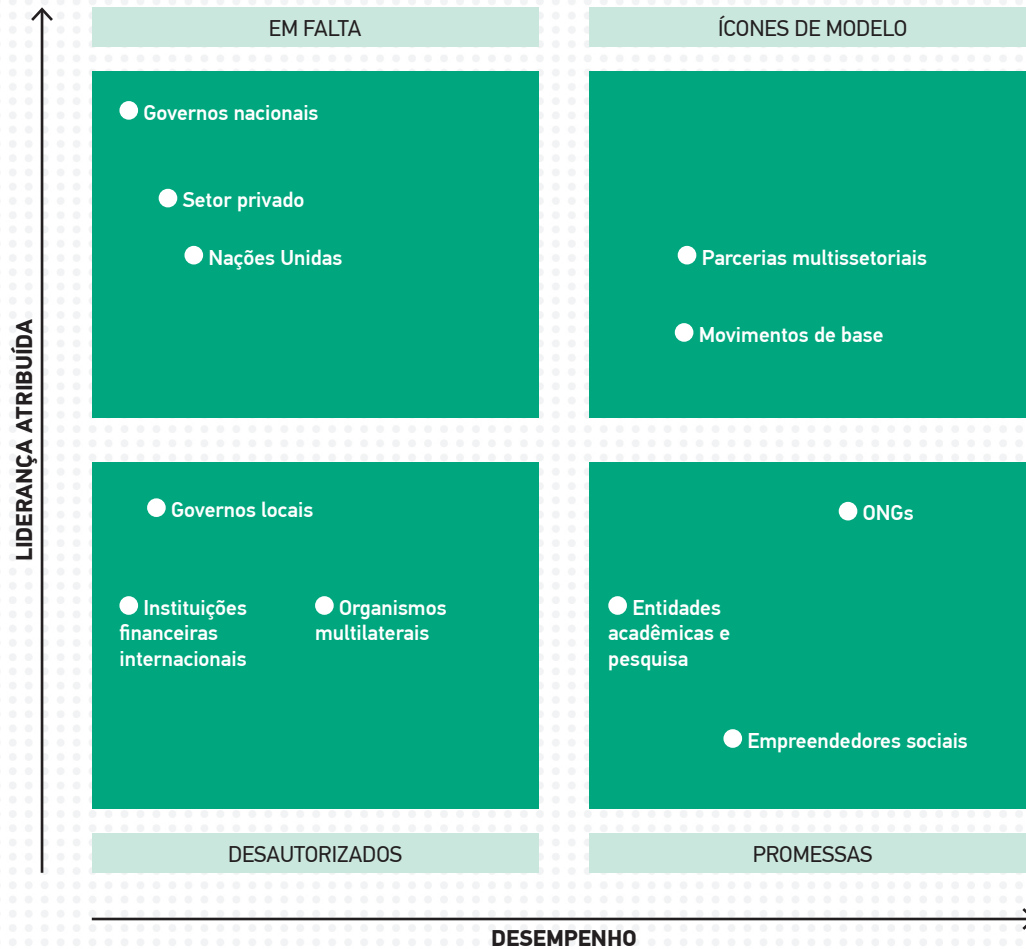
O aumento de oportunidades e obrigações para o setor privado no futuro é consenso. Contudo, até pouco tempo atrás a atitude predominante diante da proposta de desenvolvimento sustentável passava pela apatia ou pela franca oposição. Na medida em que as multinacionais ganharam maior peso, com cadeias produtivas globais e poder econômico superior ao dos próprios estados, as exigências se multiplicaram. Qual é a guia de atuação mais favorável na visão dos experts?

As grandes empresas poderiam forjar colaborações e parcerias ao invés de ficar esperando que a pressão da sociedade ou a regulação do governo indiquem qual papel devem desempenhar.

Além disso, o mundo corporativo deveria aperfeiçoar seu desempenho em sustentabilidade com o mesmo rigor com o qual persegue a lucratividade ou a inovação. Não há dúvidas

Atores da agenda sustentável - liderança atribuída e desempenho percebido

Opinião dos experts em sustentabilidade, 2012



FONTE: SUSTAINABILITY E GLOBESCAN/MARKET ANALYSIS

sobre os ganhos em ecoeficiência do setor privado nas últimas décadas por meio da inovação tecnológica. De fato, estas iniciativas costumam ser o passo inicial rumo à sustentabilidade de várias empresas, mas precisam se tornar parte de objetivos absolutos e estratégicos.

DESAFIO 7: O FIM DA ERA DOS GANHOS FÁCEIS

Quando pedimos aos peritos que hierarquizassem os principais desafios da sustentabilidade nos próximos cinco anos, o que surgiu como prioridade foram as ações de desenvolvimento social e ambiental. Criar sociedades mais justas, garantir condições de vida seguras, defender o meio ambiente e buscar a mitigação

das consequências de não tê-lo defendido até agora aparecem como urgências.

Os temas mais fáceis de progredir são os relacionados com a inclusão ativa de novos atores (jovens, mulheres), a promoção de um engajamento mais amplo entre atores tradicionais (cidadãos no geral e corporações) e melhorias pontuais (saúde, mobilidade, tecnologias ecoeficientes). Entretanto, nem todos estes assuntos são percebidos como importantes. Pior ainda: há uma tendência a perceber as questões menos importantes como sendo as mais fáceis de prosperar, correndo o risco de atrair as atuais lideranças a conformar-se com a uma agenda compensatória antes daquela ancorada nas urgências relevantes. 🌱



CONSUMIDOR DÁ MAIS VALOR À SUSTENTABILIDADE DO QUE AO CONSUMISMO

O Instituto Akatu lançou, em 25 de abril, a Pesquisa Akatu 2012: Rumo à Sociedade do Bem-Estar. Trata-se da oitava edição da série de publicações “Responsabilidade Social Empresarial – Percepção pelo Consumidor Brasileiro”, que vem sendo realizada desde 2000. O levantamento retrata um cidadão que, mesmo em um clima econômico de maior consumo, mantém inalterados seus comportamentos cotidianos de gastos conscientes, tem mais conhecimento sobre sustentabilidade e sobre responsabilidade social empresarial, e está mais crítico e exigente sobre as práticas das empresas nestas áreas. A pesquisa entrevistou 800 pessoas com mais de 16 anos de idade, de todas as classes sociais e de 12 capitais e/ou regiões metropolitanas de todo o Brasil. Embora o levantamento indique estabilidade no número de consumidores classificados como “conscientes” (em torno de 5% da população), houve crescimento na adesão a práticas de consumo consciente, ainda que apenas de maneira eventual e não contínua. Isso mostra que o brasileiro passou a ser mais exigente em relação à atuação das empresas. O levantamento do Akatu revela ainda que o comportamento das empresas impacta diretamente na decisão de compra dos consumidores, que destacam cinco aspectos como motivadores de preferência ou admiração por determinadas companhias: Não maltratar os animais (52%); Ter boas relações com a comunidade (46%); Ter selos de proteção ambiental (46%); Ajudar na redução do consumo de energia (44%); e Ter selo de garantia de boas condições de trabalho (43%).

Relatório da Pesquisa Akatu 2012: <http://bit.ly/Pesquisa2012>

Sumário de conclusões da Pesquisa Akatu 2012: <http://bit.ly/SUM2012>

ARTEMÍSIA BUSCA POR NEGÓCIOS SOCIAIS QUE IRÃO TRANSFORMAR O BRASIL

Estão abertas, até 20 de maio, as inscrições para o 11º Prêmio Alcoa de Inovação em Alumínio. Seu objetivo é estimular a utilização do alumínio, material infinitamente reciclável, para criar soluções inovadoras e sustentáveis. Na primeira etapa, as equipes deverão preencher uma planilha-padrão, que utiliza as ferramentas do modelo de governança da área de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação da Alcoa: a Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), além do gráfico Sustentabilidade *versus* Dificuldade de Implementação. Na segunda fase, as dez equipes selecionadas desenvolverão um protótipo que demonstre o projeto enviado. Cada grupo finalista receberá R\$ 3 mil para o desenvolvimento do trabalho. Os protótipos serão expostos para análise da Comissão de Premiação, formada por cinco profissionais e professores da área, que avaliará os projetos e escolherá os vencedores.

<http://www.artemisia.org.br>



PRÊMIO ALAS-BID PELO DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A organização ALAS, criada pela cantora colombiana Shakira, e o Banco Interamericano pelo Desenvolvimento (BID), lançaram a segunda edição do Prêmio ALAS-BID pelo Desenvolvimento da Primeira Infância, que reconhece a excelência em educação infantil nas Américas. São quatro as categorias avaliadas: melhor centro para crianças, melhor educador, melhor publicação e melhor inovação. Não há recursos financeiros envolvidos na premiação, que é um reconhecimento pelo bom trabalho realizado. Porém, no site prêmio, há a informação que alguns dos vencedores do ano passado receberam doações de sócios do BID. As inscrições podem ser feitas em inglês ou espanhol.

<http://www.iadb.org>





INSTITUTO RONALD MCDONALD LANÇA ESTUDO SOBRE DIAGNÓSTICO CONTRA O CÂNCER

Para comemorar seus 14 anos de existência, o Instituto Ronald McDonald divulgou estudo exclusivo realizado pelo Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Instituto Fernandes Figueira (NATS/IFF) sobre o Programa Diagnóstico Precoce do Instituto Ronald McDonald. Criado em 2008, em parceria com o Instituto Nacional de Câncer (Inca) e a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, o programa possibilitou que mais de 13 mil profissionais fossem capacitados em todo o Brasil, o que representa uma área de cobertura de 106 municípios em 12 estados. O câncer ainda é a principal causa de mortalidade por doença na faixa etária dos 5 aos 19 anos. As chances de cura podem chegar a 85%, desde que o diagnóstico seja precoce, segundo dados do Inca. A pesquisa mostra que houve um aumento de 23% de crianças e adolescentes que chegaram aos hospitais pesquisados para concluir a avaliação diagnóstica nas regiões em que o programa foi implementado.

www.agenciabrasil.gov.br



PUBLICAÇÃO DO IDIS REFORÇA DEBATE SOBRE FUNDOS PATRIMONIAIS

O IDIS lançou o livro "Fundos Patrimoniais – Criação e Gestão no Brasil" para fomentar a discussão sobre este instrumento de financiamento de entidades sociais, em parceria com o Instituto Filantropia. A obra traça um panorama do Terceiro Setor no país e apresenta os fundos patrimoniais, conhecidos nos Estados Unidos como *endowments*, ainda incipientes no Brasil. *Endowments* é um montante aplicado cujos rendimentos são usados para financiar as atividades de uma entidade social. Desta forma, ela conta com uma fonte financeira constante. Alguns dos mais conhecidos fundos patrimoniais do mundo são o da Fundação Bill & Melinda Gates e os das universidades de Harvard e Yale. No Brasil, ainda não existe previsão jurídica para essa estrutura.

www.idis.org.br

FUNDO FINANCIA PROJETOS NO SETOR CULTURAL

O Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, da Unesco, está com edital aberto para financiar projetos que promovam um setor cultural dinâmico em nível nacional e/ou local, em países em desenvolvimento. Organizações da sociedade civil podem solicitar até US\$ 100 mil, pouco menos de R\$ 200 mil. Os projetos brasileiros podem enviados até o dia 14 de junho, para a Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais do Ministério das Relações Exteriores (DAMC – Ministério das Relações Exteriores / Palácio Itamaraty – Esplanada dos Ministérios / Bloco H – Brasília – DF – Brasil / CEP 70170-900), onde passarão por pré-seleção, realizada por uma comissão conjunta com o Ministério da Cultura. Somente serão aceitos projetos em inglês ou francês.

<http://www.unesco.org>



CERÂMICA SERRA DA CAPIVARA

Fundada em agosto de 1994, a **Cerâmica Serra da Capivara** está localizada no povoado Barreirinho, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no município de Coronel José Dias, Sudeste do Piauí. Foi criada para oferecer às pessoas que moram na região nova fonte de renda. Atualmente, gera 28 empregos diretos, dos quais 22 são artesãos locais. Além da beleza e funcionalidade das peças confeccionadas, existe o valor social agregado. O funcionamento da cerâmica obedece à legislação ambiental vigente no país.

📧 ceramicacapivara.com



ARTE OFÍCIO

Criada em 1993, a **Arte Ofício** é composta por um grupo de aproximadamente 40 mulheres com necessidade de intervenção em sua realidade socioeconômica, residentes no bairro de Rubião Júnior, em Botucatu, interior do Estado de São Paulo. É um projeto socioeducativo e de geração de renda que promove as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento humano e social das mulheres envolvidas e suas famílias. É oferecida orientação nas áreas de educação e saúde para que as mulheres estejam menos vulneráveis a problemas como desestruturação familiar, envolvimento com álcool e drogas, baixa autoestima, gravidez indesejada, entre outros. As atividades são semanais, realizadas no Centro Comunitário da Ação da Cidadania de Botucatu, e as participantes aprendem também técnicas de trabalho em crochê, ponto-cruz e costura. As aulas são ministradas por professoras que se formaram na própria Arte Ofício e hoje são multiplicadoras.

📧 cooperativaarteoficio.com.br





CESTARIA BOTÂNICA

Situada no município de Queimados, no interior do Estado do Rio de Janeiro, a **Cestaria Botânica** foi criada por um grupo de quatro mulheres que se reuniam no quintal de uma casa para criarem suas peças. Posteriormente, ganharam um curso de cestaria e passaram a repassar os conhecimentos obtidos a outras mulheres, que, juntas, criaram a Associação das Artesãs Marianas, também conhecida como Cestaria Botânica. Atualmente, contam com a participação de 13 artesãs, que desenvolvem trabalhos em piaçava e, assim, contribuem para a geração e aumento de renda.

📧 cestariabotanica.com.br



COOPERATIVA DOS ARTESÃOS TÊXTEIS DE TACARATU

A **Cooperativa dos Artesãos Têxteis de Tacaratu** foi fundada em 2003, na cidade de Tacaratu, em Pernambuco, por meio da união de duas associações: Associação Ativa e Associação Euzébio Quirino, com o objetivo de comercializar os produtos da marca Caraibeiras e melhorar o processo produtivo e a qualidade de vida dos associados. Hoje, é formada por 23 cooperados ativos, sendo 16 mulheres e sete homens, na faixa etária de 23 a 69 anos, que trabalham de modo coletivo e familiar.

📧 facebook.com/Coopertextil



O OVO, A GALINHA E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Alguns temas são imortais. A educação possivelmente tem posição de destaque nesse rol. Antes, porém, vale lembrar que em quaisquer momentos da história nos quais floresceram grupos humanos com algum ou muito apreço pela vida, a educação se fez presente e pulsante.

O que veio primeiro? O ovo ou a galinha? É a típica pergunta que aguça a curiosidade de crianças e adultos que Na relação umbilical entre cidadania e educação, a dúvida não é diferente. O que vem primeiro em uma sociedade: a maioria cidadã ou a estrutura educacional? Primeiro se aguarda a revelação espontânea de cidadãos éticos para depois se providenciar educação de qualidade, ou primeiro se investe apaixonadamente em educação para se ver nascer uma comunidade solidária e justa?

Talvez a ética seja um tempero essencial para se lidar com a equação envolvendo o ovo e a galinha, a educação e a cidadania. Em uma sociedade, ainda que primitiva em termos culturais e tecnológicos, imagina-se uma gestão mais possível entre as causas e consequências. Em uma sociedade repleta de fontes culturais e alternativas tecnológicas cada vez mais aumentadas e disponíveis não parece ser diferente.

Como a proposta é compreender mais do que definir, por que não aproximar educação e cidadania? Quem sabe o namoro entre elas conceba um espírito protagonista nos indivíduos, uma força individual, conectada a uma rede que a todos inspira, capaz de propor, fiscalizar e ajustar os assuntos de interesse público?

Muito se fala sobre a postura excessivamente passiva dos brasileiros em relação ao que é de todos, mas que muitas vezes

parece estar sendo cuidado por ninguém. Diz-se que o brasileiro reclama pouco e quando o faz normalmente é na mesa do bar, em discursos frágeis que se perdem quando chega a próxima rodada de cerveja. Será que o brasileiro, então, não leva consigo o gene da defesa de seus direitos?

A Agência Nacional de Telecomunicações divulgou, em março de 2013, que recebe diariamente em seus canais de atendimento 30 mil reclamações de clientes insatisfeitos com os serviços prestados pelas companhias do segmento (telefonia, televisão a cabo etc.). Isso não parece confirmar a tese de que o brasileiro é frágil no esporte da reclamação.

No entanto, observando-se o relatório emitido pela Ouvidoria da Prefeitura de São Paulo relativo a 2012, percebe-se que, ao longo de 12 meses, em uma cidade com quase 12 milhões de cidadãos, foram registrados nos canais oficiais de reclamações, sugestões e elogios a intrigante quantidade de 11.929 protocolos abertos. Ou seja, um em cada 10 mil paulistanos efetivou formalmente alguma reclamação.

Seria falta de motivos para reclamar (hipótese pouco provável dados os desafios enormes que a cidade ainda possui) ou falta de protagonismo individual? Ou seria falta de pessoas educadas para o exercício da cidadania quando estão em pauta os tais assuntos de interesse coletivo?

A questão vai além da reclamação pela reclamação. Como nas antigas propagandas publicitárias, que buscavam chamar a atenção dos clientes para o produto exposto, o objetivo e sentido da reclamação é a demonstração de vigilância, derivada do real interesse do reclamante, ampliando-se as chances de respostas afirmativas pelos responsáveis pelos serviços deficitários.

Uma pista para compreender a motivação da reclamação pode estar relacionada à clareza sobre quem está pagando a conta. O indivíduo sente o golpe explicitamente em seu bolso quando chega a fatura mensal da telefonia. Menos clara é a relação com a maior parte dos tributos, que são embutidos nos preços e não oferecem a chance de visualização de quanto representam na conta final. Uma medida já adotada em diversos países é a separação, no recibo da compra, dos valores do produto ou serviço adquirido do que é a sua tributação, ou seja, a contribuição de cada um para que os direitos de todos sejam atendidos com qualidade.

A escola é terreno indispensável para o plantio de mais consciência e atitude protagonista. Pode-se até criar um conteúdo específico para se tratar desses temas relacionados à cidadania, mas ainda mais importante do que o currículo acadêmico é o verdadeiro interesse dos comandantes da educação em espalhar essas sementes em toda a estrutura, seja pública ou privada, para que se reverbere nos alunos a vontade e a competência de ser vigilante e atuante nos assuntos de interesse coletivo. Fora das escolas, a sociedade civil organizada tem papel cada vez mais fundamental para a ampliação do processo de desenvolvimento da musculatura cidadã, sensibilizando, informando e capacitando mais e mais pessoas.

Sem ovo não se faz a galinha; sem galinha não se faz ovo. Sem cidadania não se faz educação; sem educação não se faz cidadania. Sem ética aplicada e apaixonada unindo os pontos desse caminho não se rompem os laços atroz e históricos de culto à ignorância. 🐔

Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais





**A PAULUS participa da
implantação do Sistema
Único de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o Brasil.**

Núcleo PAULO DE FORMAÇÃO, Pesquisa e Disseminação Social
Contato: nucleosocial@fapcom.edu.br

